

ATA 233ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2 Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e dezoito, às nove horas, na Plenária da Casa de
3 Direitos Humanos, realizou-se a ducentésima trigésima terceira Plenária Ordinária do CEAS,
4 coordenada pelo Conselheiro Rodrigo Silveira e Souza, onde estavam presentes os seguintes
5 Conselheiros Titulares: Arlete Alves de Almeida - O Movimento GRAAL do Brasil, Cristiane Isabel
6 Felipe – Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora (IMSNS), Damião Braz –
7 Articulação dos Povos e Organizações Indígenas, Deborah Ackerman – SEDESE, Elerson da Silva
8 – Cáritas Brasileiras-Regional MG, Felipe Serrano Milioreli – Conselho Municipal de Assistência
9 Social – CMAS - Campo Belo, Gilberto Donizete Ribeiro – Colegiado dos Gestores Municipais da
10 Assistência Social do Estado de Minas Gerais - COGEMAS, Isac dos Santos Lopes - Federação
11 das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, João Alves Crisóstomo – CMAS/Pirapora, Luanda
12 do Carmo Queiroga - Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, Maria do Carmo Brandão
13 Vargas Vilas - CMAS/Leopoldina, Maria Juanita Godinho Pimenta - Federação das APAES do
14 Estado de Minas Gerais, Rodrigo Silveira e Souza – Conselho Regional de Serviço Social - CRESS,
15 Silvana Célia de Campos – Secretaria de Estado de Educação, Soyla Rachel dos Santos Pereira –
16 CMAS/Paracatu, os seguintes Conselheiros Suplentes: Alice de Rezende Brandão Faria - Fórum
17 Municipal dos Trabalhadores do SUAS de Belo Horizonte, Ana Cristina de Resende Dias –
18 Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, Ariadna de Almeida Silva – Federação das Associações
19 sem Fins Econômicos de MG - FASEMIG, Bruno Alexandre Rodrigues Tocafundo – CMAS/Juiz de
20 Fora, Camila Rita da Silva – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento -
21 SEAPA, Cecília de Araújo Carvalho - Associação Quilombola Porto Pontal, César Augusto
22 Calinçani Pereira – SEDESE, Eleniudes Santos Silva – Federação Nacional de Educação e
23 Integração dos Surdos FENEIS, Gabriela Nair Figueiredo –Secretaria de Estado de Planejamento e
24 Gestão - SEPLAG, Helder Augusto Diniz Silva – CMAS/Pedro Leopoldo, Ivone Pereira Costa Silva
25 – COGEMAS, Márcio Caldeira - Associação Profissionalizante do Menor - ASSPROM, Maria da
26 Conceição Silva – CMAS/Nova Lima, Marleide Marques Castro - Conselho Regional de Psicologia –
27 CRP/4ª Região, Marta Maria Castro Vieira da Silva – SEDESE, Sandra de Fátima Veloso Costa –
28 CMAS/Montes Claros e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Ângelo
29 Santos Machado, Cláudia Alexandre, Consolação Cifani da Conceição, Fernanda Silva Souza,
30 Leonardo Lobato Martins Costa, Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira, Raquel
31 Trindade de Freitas, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta
32 Plenária como convidados, Halim Antônio Girade do MDS, Maria do Carmo Brant do MDS, Rosilene
33 Rocha da SEDESE, Ludson Rocha Martins do CRESS Contagem, Dayara Carvalho da SEDESE,
34 Letícia Costa de Oliveira da FUCAM/SEDESE, César Pereira da SEDESE, Isabela Kassato da
35 FUCAM/SEDESE, Paulo Sérgio de Aquino do MDS, Leonardo Koury Martins da Frente Mineira
36 SUAS, Marianne Caldeira de Castro Silva da Assessoria de Comunicação da SEDESE, Maria
37 Auxiliadora Miranda do CRESS Betim, José Estevão dos Santos do PCH Boa Vista 2 de Varginha,
38 Talita Aguiar Elisei do PCH Boa Vista 2 de Varginha, Maria Julia A. Vale do CPR BH, Lena Alves da
39 SEDESE, Frederico Ayres da CGH de Santana do Deserto. (Rodrigo): Apresentação dos processos
40 da PCH Bela Vista, apresentação do novo modelo de atendimento e reordenamento da Fundação
41 Caio Martins -Fucam, e o plano de ação da comissão de ética e encerramento. Então dando início
42 aos trabalhos, eu gostaria de convidar nossa secretária de estado Rosilene Rocha para compor a
43 mesa com a gente, gostaria de compor/de chamar o Secretário Nacional de Promoção do
44 Desenvolvimento Humano – Halim Antônio Girade, a Secretária Nacional de Assistência Social –
45 Maria do Carmo Brant, Maria Julia Andrade Vale do CRP, Ivone Pereira de Castro Silva do
46 Cogemas, Maria Auxiliadora de Miranda representando o CRESS 6ª Região, gostaria ainda de
47 registrar a presença do companheiro de luta de muita militância Leonardo Coury da Frente Mineira
48 e Defesa do SUAS. Bem, nós vamos então iniciar, dá as boas-vindas, uns cinco minutinhos e
49 depois a gente passa a palavra para o MDS, a Secretária Nacional para que possam iniciar a
50 apresentação que terá em torno de meia hora pra fazê-la. Tá. Então, a princípio, eu passo pra
51 Rosilene nossa Secretária para fazer suas considerações iniciais. (Rosilene): Bom dia a todos e a

52 todas, eu queria agradecer aqui ao presidente Rodrigo ao convite pra vir aqui nessa plenária, (é) eu
53 não sou conselheira estadual, então nem sempre estou aqui nas plenárias do Conselho, (é) mas é
54 sempre uma alegria quando convidada vir aqui, hoje especial eu vim dar boas-vindas a Secretária
55 Nacional de Assistência Social, Secretária Maria do Carmo, ao Secretário Nacional de Promoção
56 do Desenvolvimento Humano, Secretário Halim, queria cumprimentar aqui minhas parceiras de
57 mesa, a Dora, todas já colegas de militância, né Ivone, e também queria cumprimentar Maria Rita
58 do CRP e dizer que é uma alegria, desculpe Maria Júlia, Maria Júlia do CRP, dizer que é uma
59 alegria que é, compartilhar essa mesa com vocês, maioria de mulheres aqui, Rodrigo está de
60 parabéns, Secretário Halim e o Presidente Rodrigo, na verdade a vice presidente pela Sedese aqui
61 é a Simone Albuquerque, a Simone teve um compromisso não pode vir, e de toda forma eu já tinha
62 dito ao Secretário Halim anteontem lá em Brasília que eu viria para dar as boas-vindas, teria que
63 sair rápido porque a gente está, na verdade, com uma agenda do Governador, e é possível que ele
64 não possa ir ou vai render, então, se eu sair meio abruptamente eu peço licença, de antemão, pra
65 você que é uma colocação do Governador. Mas eu queria na verdade, eu não sou conselheira
66 então vou fazer aqui uma boas-vindas, uma fala muito simples, recuperando um pouco os contatos
67 que o Secretário Halim já vem fazendo comigo a mais tempo em relação a questão do Criança Feliz
68 em Minas Gerais, o Secretário Halim quando veio fazer a capacitação em Betim ele esteve numa
69 audiência lá conosco e a gente colocou pra ele como é que foi o processo, todo processo histórico.
70 E da questão do Criança Feliz aqui em Minas e mais ainda do processo histórico desse Conselho
71 aqui em Minas Gerais, obrigada. Coloquei para ele como que a gente tem aqui um histórico de um
72 Conselho muito participativo e que de fato aqui além de ser um Conselho que de fato decide, a
73 Secretaria tem (é) assim o compromisso de assumir todas as deliberações do Conselho, goste ela
74 ou não. É, então eu expliquei, coloquei pra ele contei toda história né do processo da pré-adesão
75 que a Sedese trouxe aqui, nós fizemos a pré-adesão no sistema, até porque a gente não conhecia
76 o programa, e a gente com aquele raciocínio de não deixar que os município acessassem recursos
77 para uma faixa etária especialmente importante e prioritária, isso a gente tem todo acordo. O
78 Secretário Halim conhece as minhas posições e a Secretária Carminha também, então eu coloquei
79 toda história ele. É, eu queria dizer pra vocês, tanto pro Secretário Halim, à Secretária Carminha,
80 pro Presidente Rodrigo, e para todos vocês Conselheiros e Conselheiras e demais, ~~que~~ duas
81 coisas, eu tenho muito orgulho assim de ser da Assistência Social em Minas, é, as pessoas
82 estranham por aí. Eu estava na semana passada, quinta feira, num evento do Conselho Estadual
83 de Pernambuco, e era um evento, Rodrigo, em torno de algumas, representações que o Conselho
84 havia feito no Ministério Público em relação a Secretaria Estadual. Então era um evento que
85 começaria tenso e eu disse isso eles, por coincidência eu tinha sido convidada pelo Secretário
86 Estadual que foi o ex Secretário Estadual em Minas na gestão passada, e pela presidenta que eu já
87 havia feito outros eventos lá e ela já tinha me conhecido. E aí eu disse eles que a gente, nesse
88 momento histórico, tem que ter uma capacidade muito grande de identificar o nosso adversário não
89 é o nosso inimigo é o nosso adversário, nós temos que lutar contra fome, nós temos que lutar pela
90 inclusão dos nossos usuários, nossos beneficiários, nós temos que lutar para rever aquelas
91 matérias que saíram na imprensa ontem, (né) (quantidade) aumento de desemprego, aqui em
92 Minas a gente teve uma inflexão, a gente tinha tido um movimento bom de inclusão de pessoas no
93 mercado formal; agora na última, leitura dos dados a gente teve uma inflexão. Enfim, e a gente
94 sabe que o resultado de tudo isso é, sempre as famílias mais pobres, as famílias com os quais nós
95 trabalhamos que são mais penalizadas, isso de um lado; de outro lado, nós temos obrigações
96 institucionais que é fazer com que os sistemas da assistência social não pare. São obrigações que
97 cada um de nós, no seu lugar, tem o dever de fazer, então nós não podemos parar, nós temos que
98 fazer o sistema rodar. As pessoas estão esperando serviços, programas, benefícios e os projetos.
99 Então nós temos uma luta comum e diferenças no processo de implantação desses, serviços que
100 são apresentados, isso é absolutamente democrático, isso é absolutamente natural. O Secretário
101 Halim muito delicadamente, inclusive, muito gentil, como ele é, perguntou se havia algum problema
102 de vir a Minas Gerais, eu disse, de jeito nenhum, lá o Conselho é autônomo o senhor mande a

103 carta, o Conselho é que vai definir se recebe ou não. Então, quero dizer isso aqui muito
104 francamente muito abertamente, o Secretário Halim conhece minhas opiniões, eu inclusive como
105 não sou conselheira não vou, vou tentar não interferir, só naquilo que é do órgão gestor. Em
106 respeito a esse espaço e em respeito aos dois (2) também que vieram aqui para conversar com
107 vocês porque também são dois (2) Secretários Nacionais que se dispuseram a vir conversar com o
108 Conselho, a gente também que reconhecer a importância disso e dessa institucionalidade que eles
109 propõem. A Secretaria lá na Comissão de Intergestores Tripartite – CIT, eu sou representante, uma
110 das representantes do Secretário de Estado na Comissão Intergestora Tripartite que tem nos dado
111 muito trabalho, tivemos uma acalorada reunião anteontem. Agente continua com nossa mesma
112 posição, uma necessidade maior de avaliação, sei também que o Secretário vai trazer algumas
113 informações, mas essas são posições de Minas Gerais, da gestão estadual, essa não é uma
114 posição do Fonseas todo. Então lá a gente faz outro tipo de debate. Então eu queria, viu Secretária
115 Carminha, Secretário Halim, dizer a vocês que fiquem à vontade para argumentar, eu não sou
116 conselheira, então vou tentar não interferir. Acho que esse espaço é do Conselho, que eu respeito
117 muitíssimo, lutamos muito pra ter um espaço como esse, com a autonomia que esse Conselho tem
118 e (é) dizer que quantas vezes quiserem, vocês podem vir a Minas Gerais podem discutir as
119 questões do SUAS porque para fazer discussões públicas, democráticas que respeitem e que
120 queiram de fato consolidar o sistema de assistência social em Minas e no Brasil a gente estará
121 sempre, à disposição e com as portas abertas. E mais uma vez agradecer aqui o espírito
122 democrático do nosso, querido Presidente. Então, muito obrigada e que todos tenhamos um bom
123 trabalho. (Rodrigo): Obrigado, Rosilene. É vou pedir a dona Ivone Pereira do Cogemas para dar as
124 boas-vindas, dona Ivone, rapidinho para gente já partir para a apresentação. (Ivone): Cogemas –
125 Então, bom dia a todos e a todas, eu quero cumprimentar também aqui a mesa, as autoridades
126 aqui presentes, peço licença para usar os meus cumprimentos aqui, à nossa Secretária Rosilene
127 Rocha né, que pra mim representa uma grande idealizadora, uma grande guerreira, defensora do
128 SUAS, não só em Belo Horizonte, em Minas Gerais mas no Brasil até fora. Então, eu quero assim
129 cumprimentá-la e dizer que o Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social no qual eu
130 estou aqui representando o nosso presidente José Crus, e como vice-presidente representando 853
131 municípios de Minas Gerais. Nós realizamos também uma plenária no ano passado com uma
132 reunião ampliada com esse tema do Programa Criança Feliz e dizer que é uma alegria muito
133 grande estar aqui representando o colegiado e podendo (prazer também acho que é) dar destino ao
134 colegiado, sou conselheira estadual representando o Colegiado de Gestores Municipais de
135 Assistência Social. Então, bom dia para todos nós. (Rodrigo): Obrigado dona Ivone acertei o nome
136 da senhora hoje né, porque está escrito; é que eu só chamo ela de dona Ivone, gente. É eu gostaria
137 de passar a palavra então para Maria Júlia Andrade Vale do CRP. (Maria Júlia): É, bom dia,
138 gostaria também de cumprimentar a mesa, e dizer da responsabilidade que é estar aqui nesse
139 lugar, em nome do nosso Conselho, Conselho Regional de Psicologia, que é uma categoria que
140 tem se empenhado muito pra estar cada dia mais presente no SUAS. É um espaço muito caro para
141 nós como profissionais e a gente pretende nessa oportunidade aqui apresentar um pouco aquilo
142 que a gente pensa em relação a pauta, nesse momento agora. Eu não entendi ainda se já é pra
143 gente apresentar essas suposições ou se... são só boas vindas por enquanto. Ok. Então,
144 continuando né, é uma honra muito grande estar presente nesse Conselho, eu também não sou
145 Conselheira, a nossa Conselheira, a gente tem uma representante do CRP que participa desse
146 Conselho na categoria de trabalhadores que é a Marleide, e gostaria de então de desejar um bom
147 dia de trabalho todos e que essa reunião seja mais um marco de consolidação do SUAS aqui no
148 nosso Estado, bom dia. (Rodrigo): Maria Auxiliadora de Miranda - CRESS, minha companheira de
149 luta, conselho ao qual represento aqui desse conselho e tenho a honra de ter recebido a confiança
150 de vocês como Presidente, obrigado. (Maria Auxiliadora): Bom dia a todos e todas, o CRESS
151 reconhece esse Conselho como espaço muito importante para sua atuação, tendo em vista que os
152 Assistentes Sociais no Brasil são protagonistas da construção desse Sistema Único de Assistência
153 Social, nós temos uma histórica participação aqui e nesse momento é muito oportuno voltar a

154 conversar sobre o Programa Criança Feliz Primeira Infância onde nós deveremos reiterar as
155 posições exaustivamente construídas nesse processo. Obrigada, até mais. (Rodrigo): Então, já vou
156 passar para Secretária Nacional e seu Halim porque aí já dão as boas vindas e já iniciam a
157 apresentação na sequência, pode ser? Então, Secretária por favor. (Secretária Nacional): Eu só
158 quero deixar boas vindas e dizer o meu enorme prazer porque é uma oportunidade passar uma
159 manhã com o Conselho, é uma forma da gente se envolver mais na discussão que acontece nas
160 regiões, nos estados, nos municípios, eu digo que isso é um privilégio e um compromisso nosso
161 porque se nós não ouvirmos vocês a gente pode estar equivocada no desenho da política, na
162 gestão da política, então eu digo que prazer é meu de estar aqui ouvindo vocês. Eu passo
163 imediatamente a palavra para o Halim nosso Secretário, responsável pelo Programa Primeira
164 Infância, porque afinal a grande discussão hoje é Primeira Infância, mas estou disponível para
165 qualquer outra pergunta com relação à política que estamos buscando fortalecer ao máximo, que é
166 a política de assistência social. Muito obrigada. (Halim): Bom, bom dia, eu cumprimento ao
167 Presidente Rodrigo, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui com o Conselho Estadual de
168 Assistência de Minas Gerais, cumprimento a Secretária Rosilene, nós já tivemos algumas
169 conversas e a gentileza das conversas eu fico realmente muito sensibilizado, muito obrigado, sei
170 que a senhora tem suas posições e as respeito e é importante conversar com pessoas que tem
171 posições. Muito obrigado. Eu cumprimento a Secretária Nacional Carminha, que realmente para
172 mim é um privilégio também tê-la aqui nessa visita ao Conselho Estadual, certo. Eu solicitei essa
173 oportunidade ao Presidente Rodrigo, vai fazer quase dois (02) meses, né Presidente, e foi
174 concedida e eu agradeço muito, assim, como cumprimento o representante do Conselho Regional,
175 do CRP e também do CRESS e do Cogemas e cumprimento os Conselheiros, muito obrigado por
176 terem vindo, para mim é uma oportunidade. Como Secretário Nacional de Desenvolvimento
177 Humano, eu tenho uma das minhas prioridades e atribuições informar sobre alguns programas e é
178 por isso que eu vim aqui, e venho com muita satisfação, venho com muita satisfação porque eu
179 devo falar sobre um programa que ele não é mais um programa que vem, ele é um programa único,
180 hoje no mundo todo, está sendo prioridade no mundo todo no mundo desenvolvido, né, nos últimos
181 30 anos e conseguiram identificar claramente que há uma correlação muito forte entre a primeira
182 infância, principalmente até os 3 anos e o resto da vida dos seres humanos e os principais países
183 quando começaram por evidência científica identificar essa realidade começaram realmente ter
184 programas muito fortes na primeira infância, hoje os países desenvolvidos todos tem, e nós do
185 Brasil estamos já devendo isso à população no fortalecimento do vínculo entre o cuidador e a
186 criança, é mais ou menos isso. Na maioria dos países, esse programa se encontra na assistência e
187 alguns países se encontram na educação, e alguns países se encontram na saúde, poucos, mais é
188 na assistência, os principais, Colômbia e Chile aqui das Américas, certo, o Chile é o mais velhos
189 deles, há 14 anos trabalha pra todas as crianças né, ele primeiro foi na saúde, hoje ele se encontra
190 na assistência e tem uma parte dele que é na Educação, a Colômbia também é assistência, Cuba
191 tem um excelente trabalho na primeira infância se encontra na educação, certo, então vejam eu vou
192 trazer aqui pra vocês, voz de quem realmente também está fazendo já o programa, as primeiras
193 visitas se iniciaram em julho do ano passado, o programa foi lançado em 16 mas as primeiras
194 visitas em julho do ano passado, então não tem ano ainda mas tem voz daqueles que estão sendo
195 beneficiados e aqueles que estão fazendo esse programa. Por favor, Paula: (Vídeo): O projeto
196 Criança Feliz mudou a vida da minha casa, fez eu me aproximar mais dos meus filhos, me
197 aproximar mais da minha esposa, além de pai eu sou pai e mãe porque a minha mulher trabalha,
198 não trabalha todo dia mas eu sou pai e mãe dentro da minha casa. (Vânia): Meu nome é Vânia, sou
199 visitadora do Programa Criança Feliz, eu chego na casa, na família, a gente orienta a mãe, a gente
200 dá opções de brincadeira que trabalha na motricidade, na cognição, o imaginário da criança e
201 assim a gente vai desenvolvendo cada área dessa criança. Cada dia que a gente volta à casa é um
202 cenário diferente. (Homem): toda vez que ela vem é um sistema diferente, é uma brincadeira, é um
203 ensino diferente que ela faz com a gente. Meus meninos já chamam ela de tia, passa na rua, tia,
204 tia, tia, gosta muito dela. (Vânia): As crianças já me chamam, tia vamos brincar, vamos subir, qual a

205 brincadeira de hoje, a gente vê a evolução não só na criança mas como também na família.
206 (Homem): Eu estou em estado de Deus, depois que Vaninha passou a frequentar minha casa, o
207 Vitor começou a ficar menos agressivo, mais calmo, no lugar dele gritar ele pedia, pedia água, ela
208 sabe pedir água. (Vânia): Eu vejo resultados em semanas, uma criança que ela é amada agora e
209 pessoas comprovam, que lá na frente, ele vai ser um cidadão melhor, ele vai ser uma criança mais
210 segura. (Homem): A Vânia é uma pessoa, que ela nasceu esse dom, parece que ela foi sorteada
211 para soltar esse desenvolvimento para o mundo. (Vânia): Tem muita mãe no mundo, a gente pode
212 levar um pouco de alegria, um pouco de luz, a gente pode mudar a realidade. (Homem): Feliz
213 daquele que tem esse projeto na sua casa, eu recomendo para pais e mães a levar esse projeto na
214 sua casa porque é um projeto muito bom. (Narrador): É assim que o Programa Criança Feliz tem
215 orientado famílias de todo Brasil mostrando que pequenos cuidados ajudam a reduzir a
216 desigualdade e geram muito mais oportunidade no futuro. (Halim): Obrigado Paula. Passo seguinte.
217 Apresentação. Pronto. É próximo. Próximo slide: Vejam, é uma criança na situação de pobreza, de
218 abusos, de maus tratos e privações, todas evidências, todas pesquisas tem mostrado o seguinte o
219 que acontece com essa criança, desenvolve grandes possibilidades, vão ter problemas de saúde
220 mental, agressão, asma, pensamentos suicidas, doença coronária cardíaca, delinquência,
221 obesidade, envelhecimento, perda de memória, ansiedade, comportamento antissocial,
222 hipertensão, alcoolismo, diabetes, impulsividades, problemas imunológicos e câncer, stress
223 excessivo, problemas de comportamento, consumo de drogas e depressão. Vocês perceberam
224 aqui que na realidade foram colocadas algumas questões relativas à saúde, isto é muito novo,
225 certo, como por exemplo a asma, a hipertensão arterial, diabetes, isso é muito novo, é dos últimos
226 3 anos, todo restante não, todo restante a questão de ser mais violento, ter mais ansiedade, ter
227 mais depressão isso daí já existia, já se sabia disso, está bem. Vamos ver agora o que acontece
228 quando essa criança é mais cuidada, vamos lá, cuidado, amor, afeto, boas condições de vidas,
229 criança vulneráveis mais protegidas, melhor nutrição, maiores salários, menos adolescentes
230 grávidas, mais matrículas nas escolas, menor evasão escolar, menos repetência, redução da
231 probabilidade de cometer delitos, cultura da paz, maiores taxas econômicas, menos adulto na
232 prisão, sucesso na escola, contribuição para quebrar o ciclo da pobreza, adolescentes melhor
233 preparadas, maior responsabilidade social, menos repetência, vida mais saudável, melhor aptidão
234 intelectual e mais saúde. Isso daí não saiu da nossa cabeça, isso daí saiu de todos estudos
235 mundiais, esses estudos são estudos que todos tem acesso. Identificaram que quando cuidam
236 melhor dessa criança nós temos esses resultados. Agora, o que significa essa tensão e esse
237 cuidado. Vai lá. É isso daí. O que é que temos que fazer. É dar carinho para criança, cantar, beijar,
238 contar histórias, consulta pré-natal, interagir com elas, fazer afagos, olho no olho, isso é
239 absolutamente fundamental, brincar, abraçar, boa alimentação, aleitamento materno, ler livros pra
240 crianças, falar com elas, ouvir a criança e considerar o que ela fala, amar as crianças e dar seu
241 tempo a elas. Então, vejam, essas foram as principais ações que foram identificadas como
242 passíveis de fazerem grandes mudanças na vida da criança. Está bem. Próximo. Nós trabalhamos
243 desde a gestação. É, pronto, próximo. Falar rapidamente porque as mudanças acontecem dentro
244 do cérebro, o cérebro tem 100 bilhões de neurônios, nós todos, ter neurônios não significa nada, é
245 apenas ter, o que faz a diferença (...), próximo, é quando tem um neurônio que é célula, outro
246 neurônio, outro neurônio, são essas ligações entre eles, cada neurônio faz 15 mil ligações, por
247 segundo, toda vez que a gente afaga uma criança, beija, abraça, conta história para ela, certo, olho
248 no olho, por segundo, forma ligações entre um neurônio e outro chega formar um (01) milhão de
249 ligações entre eles, o que faz a diferença é essa ligação entre eles, próximo, próximo, como é que
250 faz a ligação, aqui tem um neurônio aqui tem outro eles não se encostam vem um impulso elétrico
251 transforma em impulso químico passa para outro neurônio, cada vez que a gente abraça, beija
252 forma por segundo 1 milhão é isso que vai fazer a diferença, tem crianças que não tem isso porque
253 não receberam essa tensão, e tem crianças que tem, isso que vai fazer diferença na vida, pro resto
254 da vida, próximo, aqui rapidamente o seguinte, são neurônios de uma criança ao nascer, aos 3
255 anos olha as ligações entre os neurônios, então aqui e aos 10 anos tem menos porque aquelas que

256 não são importante são descartadas, mas aqui a diferença é muito importante, ao nascer e aos 3
257 anos, tá bem, essas ligações que fazem diferença na vida do ser humano, próximo, veja o tamanho
258 aproximado do cérebro de uma criança de 3 anos e de um adulto, é quase o mesmo, isso é, a
259 criança aos 3 anos praticamente ela já formou quase todas as ligações necessárias pro resto da vida,
260 vejam o peso também, 1100 e 1300 de 3 anos para adulto. Próximo. Volte. Essa foto ela é muito
261 simbólica, são órfãos da Romênia, vocês estão vendo aqui crianças que foram colocadas em
262 abrigos e davam alimentação, comida, roupa e banho, não davam carinho, não beijavam, não
263 conversavam, não contavam histórias, não abraçava, isto é, essas crianças que foram órfãos da
264 Romênia do ditador Nicolae Ceausescu o que aconteceu com elas, são adultos com problemas
265 gravíssimos e a ONU tem programas destinados só a elas. Vão ver o que acontece no cérebro
266 dessas crianças. Próximo. Aqui é um cérebro normal, vocês estão vendo, aqui é um cérebro de
267 uma criança lá da Romênia, é importante que percebam que vejam aqui está escuro, no cérebro
268 dessa criança da Romênia, aqui é a parte da cognição e a parte da emoção, eles não tem,
269 deixaram de ter, isto é, onde tem vermelho, é muita atividade, a parte da emoção e a parte da
270 cognição de todos os órfãos da Romênia não tem isto daqui. Quem é que faz essas cores e faz
271 essas ligações? Os neurônios, certo? Próximo. Então, vejam, aqui nós temos em meses, aqui
272 nascimentos, aqui em meses e a partir daqui em anos, aqui é o primeiro ano de vida, tudo que diz
273 respeito a audição e visão. Vejam vocês, no primeiro ano, nos primeiros seis meses de vida
274 desenvolvem tudo, por exemplo, uma criança que nasceu com catarata até 6 meses se você não
275 tira a catarata ela fica cega por resto da vida, o adulto não, ele pode recuperar se ele tem catarata,
276 mas a criança não, a parte da linguagem se desenvolve até o primeiro ano de vida, e a parte da
277 cognição começa alta no primeiro ano, segundo, terceiro e quarto ano ainda estão altos. Próximo.
278 Vejam, esse trabalho nosso, ele vai contribuir para os objetivos do desenvolvimento sustentável,
279 que são objetivos de todos os países do mundo, são 17. Próximo. O que eu vou falar aqui é o sinal de
280 trânsito que a gente utiliza esses sinais em mapas para falar, o verde, o amarelo e o vermelho,
281 certo, o vermelho para, o verde anda, e o amarelo (...), esses são mapas mundiais que trabalham
282 com sinal de trânsito que é mais fácil. Próximo. O que está em vermelho no Brasil, não está bem
283 em relação ao analfabetismo, o Brasil deveria estar todo verdinho aí. Claro, com certeza. Certo.
284 Próximo. Pré-natal, o que está em vermelho ainda não está bom, em verde tá razoável e o amarelo
285 está mais ou menos. Vejam o que temos, o que ainda tem que melhorar em nosso país. Próximo.
286 Aqui, parto cesárea, certo? A parte do Brasil que tem mais hospitais e mais médicos é onde tem
287 mais parto cesárea onde mais complica a vida das crianças. Está bem? Próximo. O que nós
288 queremos com o programa Criança Feliz? Essa é uma pergunta, qual o objetivo? Quando eu falo
289 nós - o que o mundo espera quando se tem um programa, certo, primeira infância do SUAS, um
290 programa que é fácil atenção de zero a 3 anos. Qualquer lugar do mundo que fortalece o
291 desenvolvimento infantil, quebra o ciclo da pobreza, reduz desigualdades, aumenta escolaridade,
292 prepara crianças para o aprendizado, promove o desenvolvimento humano saudável, reduz a
293 pobreza a violência e aumenta o salário das famílias. Então vejam vocês, isso não é uma invenção
294 nossa, dos brasileiros, é do mundo todo que foram identificando o que era possível fazer nessa
295 mudança. Próximo. Vejam o Criança Feliz, a base dele são as visitas domiciliares, as visitas, casa a
296 casa, todas as semanas os visitantes visitam casa a casa, certo? E um outro pilar do programa é
297 ação conjunta, da assistência, da saúde e da educação principalmente, esse é o objetivo do
298 programa. Próximo. A população beneficiária, pode ir lá, nesse momento, são os beneficiários do
299 bolsa família. Qual é a população beneficiária hoje do programa? Chega 3,7 milhões, sendo 640 mil
300 gestantes, 3 milhões de crianças, 75 mil crianças BPC, que tem o BPC e 8,6 mil crianças, 8.600
301 que realmente estão afastadas do convívio familiar. Este é o objetivo. Não é objetivo nos outros
302 países. Nos outros países que tem mais recursos, é para toda criança, seja ela, uma criança mais
303 carente mais vulnerável ou não, o Chile, 100% das crianças, está hoje com 98,9% das crianças, a
304 Colômbia também, Estados Unidos também, Noruega também, aqui nós estamos começamos,
305 então nós começamos com as mais vulneráveis, está bem? Próximo. O modelo de governança na
306 União, no Estado e no município. Lá na União nós temos uma coordenação nacional na secretaria,

307 no estado deveríamos ter uma coordenação estadual e no município deveríamos ter uma
308 coordenação municipal. Essas pessoas elas são fundamentais para o programa, o estado como
309 multiplicador e o município como supervisor e visitador, isto é o multiplicador treina o supervisor que
310 treina o visitador, o visitador ele vai nas casas, ele atende até 30 crianças, o supervisor ele
311 supervisiona e treina até 15 visitantes e os multiplicadores vão treinando os municípios. Próximo.
312 Qual é a situação hoje desse programa no país? Está bem, essas informações são de ontem, está
313 bem, hoje nós temos o seguinte: o Brasil tem cinco mil e quinhentos e setenta (5570) municípios e
314 dois mil e quarenta e oito (2048) já iniciaram as visitas domiciliares no país. Próximo. Hoje nós
315 temos então dois mil e quarenta e oito (2048) municípios que iniciaram as visitas, e temos já
316 acompanhadas duzentos e setenta e sete (277) mil crianças, sejam fora do útero ou dentro do
317 útero, está em torno de duzentos e setenta e sete (277) mil crianças. Quantos visitantes dos
318 municípios nós temos? Hoje treze mil (13.000), e quantos supervisores nos municípios? Três mil e
319 quatorze (3.014). Próximo. Vai lá. Este é o filmezinho - não, volte, põem o cursor aqui que ele
320 passa. Aqui por favor. Vai lá, não está indo, não, o que tá indo não tá disponível, então ele não vai.
321 Próximo. Vejam vocês, a nossa meta nesse primeiro momento é chegar a quatrocentos e trinta e
322 dois (432) mil famílias, isto, é crianças, já chegamos a duzentos e setenta e sete (277) mil. Próximo.
323 A meta agora é chegar a dois mil e seiscentos e setenta e cinco (2675) municípios chegamos a dois
324 mil e quarenta e oito (2048). Próximo. Hoje nós dezesseis mil e noventa (16.090) profissionais
325 trabalhando no Programa Criança Feliz, no país todo. Próximo. O município que está em verde tem
326 a equipe completa, o que está amarelo a equipe está incompleta, e o município que está em
327 vermelho ainda não designou a equipe no Brasil todo. Está bem. Vejo que vocês, também tem
328 municípios em Minas Gerais, certo. Próximo. Aqui o treinamento em Minas Gerais, certo, aqui
329 realizado em Belo Horizonte. Próximo. Dos estados que não capacitaram supervisores dos
330 municípios só falta o Distrito Federal, outro, dos estados que não capacitaram os visitantes para
331 as famílias só falta o Distrito Federal. Próximo. Recursos que nós teríamos que passar agora para
332 2018. Aqui vocês tem o total de recursos pra tocar o programa, certo? Em Minas Gerais seria 3
333 milhões pra esse ano, o total seria 40 milhões para o estado, para os estados. Próximo. Aqui nós
334 temos municípios que fizeram a adesão e uma comparação com os municípios que iniciaram as
335 visitas, de dois mil seiscentos e setenta e cinco (2675), dois mil e quarenta e oito (2048). Próximo.
336 Em julho do ano passado, só tinham esses verdinhos - municípios que iniciaram as visitas, em
337 agosto, em setembro, outubro, novembro, dezembro. Próximo. Janeiro, fevereiro, março e abril,
338 esse é o número de municípios que nós temos dois mil e quarenta e oito (2048) e não trinta (30).
339 Próximo. Os estados que mais aderiram ao programa, Roraima é 100% dos municípios e o Ceará
340 com 98,9% dos municípios, Minas Gerais, 29% dos municípios aderiram. Próximo. Aqui são os
341 municípios que não podem participar do programa por restrições impostas dentro da portaria.
342 Próximo. Quem já fez treinamento completo e iniciaram as visitas, o Acre - o Acre iniciou 100% dos
343 municípios já com visitas. Próximo. Próximo. Agora vocês vão ver algumas fotos, do que tem
344 acontecido, por exemplo, em Brasília. Outro, vai passando agora devagarinho, Brasília, Espírito
345 Santo, o coordenador do projeto do Espírito Santo é esse homem aqui, ele é o vice-governador, ele
346 que é o coordenador. Próximo. Cuiabá-Mato Grosso, São Paulo, Cuiabá-Mato Grosso, Sergipe foi o
347 primeiro estado, volte, Sergipe foi o primeiro estado que fez a primeira visita domiciliar, outro,
348 Palmas-Tocantins, recanto das Emas-Distrito Federal, Porto Alegre lançamento do programa,
349 Curitiba, Piratininga-São Paulo treinamento de visitador, Rio Branco no Acre, Boa Vista-Roraima,
350 Aracajú-Sergipe, Belém no Pará, Teresina-Piauí, essa foi a primeira domiciliar que foi registrada no
351 país, por esse programa, foi 14 de julho lá em Sergipe. Próximo. Sergipe também, Paraíba,
352 Tocantins já são visitas, esse é em área indígena. Em Tocantins, os visitantes são indígenas. No
353 Pará, São Paulo já o trabalho de visita domiciliar, São Paulo, Rio Grande do Sul, Alagoas, aí
354 também em Alagoas, agora Minas Gerais, como é que nós estamos, em Minas Gerais de
355 oitocentos e cinquenta e três (853) municípios é duzentos e cinquenta e cinco (255) aderiram, cento
356 e setenta e um (171) já iniciaram as visitas. Próximo. Nós temos hoje mil e dois (1002) visitantes
357 contratados e duzentos e setenta e dois (272) supervisores contratados aqui no estado. Próximo.

358 Esses são os municípios em verde que já tem equipe completa, amarelo incompleta, em vermelho
359 em que ainda não tem equipe completa. Próximo. Aqui em Minas a meta deve ser trinta e cinco mil
360 (35.000) nós estamos com dezenove mil (19.000) crianças. Vai lá. Próximo. As visitas domiciliares
361 com os municípios duzentos e cinquenta e cinco (255) municípios aderiram, sento e setenta e um
362 (171) iniciaram as visitas. Próximo. Como estava em julho, em Minas, em agosto, setembro,
363 outubro novembro, dezembro, em janeiro, fevereiro, em março e abril. Próximo. Aqui quantos
364 aderiram em Minas Gerais e quantos iniciaram as visitas, a comparação. Próximo. Aqui (já)
365 capacitação em Teófilo Otoni, em Teófilo Otoni também, em Montes Claros, em Sete Lagoas,
366 Montes Claros, Montes Claros, também Montes Claros é um dos polos. Belo Horizonte, Belo
367 Horizonte, Belo Horizonte também, Belo Horizonte, também Belo Horizonte, próximo, Uberlândia,
368 Uberlândia. Pronto. Por favor, vocês vão ouvir agora o depoimento de Secretária Municipal de
369 Prefeito e Secretário de Estado no Piauí. Por favor, vamos ver se a gente consegue. Ah, não
370 conseguiu? É. Bom é isso que eu pedi para ver logo cedo. Você não ouviu? Está bom. Então
371 vamos para aquele último lá. Eu vou terminar minha apresentação com um último depoimento. Está
372 bem. Vou ver se esse consegue. Também não. Então (volte) abre e fecha e abre aquele último. É o
373 último para agente abrir pra perguntas e respostas, se tiverem. Certo? (VÍDEO): (Maria): Eu estava
374 sentada aqui na varanda e aí passaram duas (02) meninas, aí falou: - a gente está procurando,
375 (falou o nome da pessoa que estava procurando), ah, mora em tal rua e aí ela disse é porque agora
376 tá havendo um programa agora chamado Criança Feliz, eu digo, ah que legal, aí então ela disse,
377 então você tem alguma criança, tenho uma de 6 meses, e como é teu nome, eu disse Maria, e não
378 é que tem o programa aqui mesmo. (Visitadora): Eu sou visitadora de trinta (30) famílias do
379 programa Criança Feliz e aí nós vamos apresentar o programa e desenvolver comunicativas para o
380 desenvolvimento integral da criança. Nós trabalhamos atividades de acordo com a faixa etária de
381 cada criança. (Maria): Como a Luana tem apenas 6 meses, ela faz muita massagem com ela, a
382 Luana não fala ainda, mas o corpo dela fala. (Maria): Depois que elas vieram está sendo
383 maravilhoso porque eu tenho que aprender a ter um tempo para todos os meus filhos. (Visitadora):
384 De uma certa forma, nós somos luzes né? Estamos levando para ela algo que talvez por falta de
385 conhecimento, eles não desenvolviam com seus filhos. (Maria): Ela trouxe para cá, é muita luz,
386 muita paz. Quando a gente está aqui no terraço que ela chega brincando com a Luana, a família
387 toda fica aqui, aprendendo com a Luana e a Luana aprendendo com a família. (Visitadora): Todo
388 conjunto familiar está sendo trabalhado de forma muito positiva, muito significativa, são
389 sementinhas que nós estamos plantando. (Maria): A criança que se desenvolve bem, ela pode virar
390 uma criança e até um adulto muito melhor, né? (Narrador): É assim que o Programa Criança Feliz
391 tem orientado famílias de todo Brasil, mostrando que pequenos cuidados ajudam a reduzir a
392 desigualdade e geram muito mais oportunidades no futuro. (Halim): Bom, Obrigado. E pra finalizar,
393 um agradecimento a Secretária Rosilene que ela deixou bem claro na primeira conversa que nós
394 tivemos, “eu deixei para os municípios aderirem se eles quisessem ou não, nem contra e nem a
395 favor, apenas deixei para quem quisessem” e realmente foi isso que aconteceu, com os duzentos e
396 cinquenta e cinco (255) municípios aqui em Minas Gerais que aderiram, certo? Normalmente, nos
397 estados nós temos o apoio da Secretaria de Estado, aqui não tivemos porque obviamente não se
398 aceitou e a gente respeita isso, dois estados não aceitaram Santa Catarina e Minas. Tem que ter
399 esse respeito, mas a gente também tem que dar o apoio aos municípios que realmente, realmente
400 aderiram né? Então, nós temos, aqui mensalmente chegam colegas da assistência do Piauí, Rio
401 Grande do Norte, Roraima, Amazonas, Paraíba, que ajudam o Paulo que tá aqui, ajudam o Paulo
402 que é de Brasília, é um consultor, Paulo é apenas consultor, certo? A treinar os municípios, nós
403 temos vários polos, Montes Claros, Betim, Goiânia, é Goiânia ô, Belo Horizonte, Uberlândia, nós
404 temos vários polos, certo? A exemplo de qualquer Governo Federal faz, quando se tem um
405 programa que realmente o município adere ele pode trabalhar diretamente com o município, isso
406 não tem problema nenhum. Vou dar um exemplo para vocês, eu era Secretário de Estado da
407 Saúde em Goiás, onde houve a implantação do Mais Médico, e o Federal diretamente com os
408 municípios, isso se aceita no Brasil todo, isso é normal isso não tem problemas nenhum, pelo

409 contrário, se a gente quiser pode entrar, e apoiar e fortalecer, certo? Mas o pacto federativo, ele
410 permite isso, então, não é uma invasão, mais que isso, a gente teve o seu apoio. Façam o que
411 quiserem, quem quiser aderir adere quem não quiser não adere. Está bem. Eu agradeço a
412 oportunidade de estar aqui com vocês, agradeço a essa oportunidade de falar para vocês como
413 este programa está no Brasil, no mundo, a importância da primeira infância. Eu me coloco a
414 disposição, se eu puder responder perguntas, se eu tiver resposta eu vou ficar feliz se eu não tiver
415 eu peço desculpas a vocês. Tá? (Rodrigo): Obrigado Secretário pela explanação. Gostaria de
416 chamar à mesa, os debatedores, o CRESS, CRP, Cogemas, para retomar a mesa por favor, então
417 na sequência antes de abrir o pleno, nós vamos abrir para perguntas. Quem, quem quiser eu estou
418 coletando aqui também, mas a secretaria executiva podia disponibilizar uma pessoa para pegar o
419 nome, por favor. Já tem escrito Leo Coury, tá? É o primeiro, então na sequência eu vou passar para
420 dona Ivone do Cogemas para fazer suas considerações a respeito da apresentação, do programa,
421 do relacionamento do Cogemas, dona Ivone, fica à vontade. (Ivone): Então, é como eu falei, o
422 Colegiado realizou no ano passado, uma reunião ampliada com todos os gestores, com o tema foi o
423 Programa Criança Feliz, então dentro das discussões a posição do colegiado junto com os gestores
424 foi continuar essa discussão de não adesão e também de entender que a política do SUAS, há 10
425 anos vem construindo o primeiro plano decenal, esse programa está vindo na contramão dessa
426 política do SUAS. Então, o Colegiado entendeu que no momento era mais importante defender o
427 segundo plano decenal, a implementação do SUAS que já contempla através dos serviços lá
428 tipificados o acompanhamento a criança de zero a seis através das equipes tipificadas na política
429 do SUAS e também em respeito até da política da criança e adolescente que já tem a sua
430 legislação que também tem esse viés. E também por entender essa intersectorialidade da criança
431 em todas as políticas, que o SUAS também traz com sua pasta esse compromisso com esse
432 público de zero a seis. Então o Colegiado continua ainda mantendo essa posição, por não entender
433 a grande importância como fomos apresentados aqui dessas atividades, dessas ações junto a
434 criança, junto a mãe gestante e de entender que ela já está contemplada dentro do Sistema Único
435 de Assistência Social - SUAS, e que as equipes já vem atuando nesse projeto. Então nós
436 continuamos mantendo a posição, estamos aqui também para reforçar para discutir junto com o
437 CEAS a posição do Colegiado. (Rodrigo): Passa para a Secretária Rosilene. (Rosilene): Eu pedi
438 para falar antes da próxima debatedora, porque eu vou ter que sair mesmo, conforme eu já havia
439 dito. Então eu vou pedir licença aqui ao Presidente ao Secretário Halim e a Secretária Carminha, a
440 vocês, e dizer só que eu queria reforçar um pouco isso que o Secretário Halim falou em relação a
441 Criança Feliz em Minas e acho que em outros lugares, tem muito haver também com processos. Se
442 a gente tivesse tido um processo de construção, de vinda de vocês e etc, lá no início e talvez uma
443 certa colaboração com desenho e da intervenção, pudesse ter criado menos ruídos do que a gente
444 tem. Acho que isso é uma coisa. Que é um pouco exemplo do SUAS, né a gente conseguiu essa
445 capilaridade e essa consistência que o SUAS tem no Brasil hoje não porque a própria construção
446 se deu muito a partir dos municípios, dos trabalhadores, dos conselheiros nos vários lugares do
447 Brasil e a outra é que também a própria Sedese fez proposta nesse conselho de pré-adesão com a
448 responsabilidade que nós temos com os usuários da assistência e do lugar público que temos e aí
449 na época a nossa opção foi de hora nenhuma fazer nenhum tipo de campanha em Minas para não
450 adesão e tão pouco para adesão. O que a gente quis foi, como a gente também não conhecia o
451 programa foi lançado e foi tudo muito rápido a gente tinha que aderir, fazer a pré-adesão sobre
452 pena de, se o Conselho aprovasse a gente não tinha feito a pré-adesão, então ficaria de fora. E aí
453 também por responsabilidade institucional nós fizemos. Então, aí todo mundo conhece a história,
454 eu brinco com o Secretário Halim, que quando veio aqui apresentar quase que saímos pela janela,
455 assim né? Eu até falei isso com ele, da forte defesa que o Conselho fez para não adesão. E aí a
456 gente fez o mesmo em relação aos municípios, naquela divisão que a gente sempre fica inclusive
457 como técnico da área, acesso ao recurso, é instrumento de alguma forma de proteção à criança
458 pequena, mas por outro lado todo debate de um sistema e implantação que tem toda as
459 dificuldades de recurso e tal. Então pra dizer e reiterar, aqui em Minas nós não fizemos nenhuma

460 campanha na época porque inclusive a gente não tinha formação, seria uma irresponsabilidade
461 nossa, e aí os municípios aderiram ou não de acordo com a sua avaliação, com a sua informação e
462 por isso a gente tem aí esse espelho de, embora, Minas seja o estado com o maior número de
463 município elegíveis ao programa, a gente tem mais ou menos metade, pouco mais da metade
464 atualmente acho que 56% pelos dados aqui que me mandaram ontem. Então é só para dizer isso,
465 deixar mais transparência. E pedir licença a vocês que eu vou sair então para um evento lá que eu
466 vou cobrir o governador e que vocês continuem tendo aí um ótimo debate. Obrigada. (Rodrigo):
467 Rosilene obrigado por tudo, sempre essa simpatia, essa delicadeza né? Rosilene é linda. Então na
468 sequência, antes da sequência eu gostaria de também registrar a presença do Diretor do CRESS,
469 companheiro de luta Hudson Rocha Martins, obrigado Hudson pela presença, passo a palavra para
470 o CRP para que possa manifestar. (CRP): Bom pessoal, debate é difícil, né ser colocado, eu falei
471 que eu gostaria que a gente estivesse num seminário né, num seminário acadêmico, num espaço
472 de discussão porque não vai ser esse o momento aqui agora para fazer isso. E eu gostaria muito,
473 uma coisa que eu aprendi com os movimentos sociais, é que a gente sempre fala, tem um lugar de
474 fala, então eu gostaria de situar um pouco isso, eu, na verdade, eu vou falar aqui pelo CRP, vou
475 tentar não falar muito por mim, mais obviamente que eu também tenho uma história, uma trajetória,
476 eu venho da área da psicologia social desde sempre, é com um trabalho muito voltado pra área de
477 discussão da questão cultural, histórica e acompanhando as populações, vamos dizer assim,
478 excluídas das nossas, dos nossos ganhos de desenvolvimento econômico, historicamente e tenho
479 um pouco desse lugar que é de onde eu falo. Ao escutar um pouco a sua apresentação Secretário
480 eu fiquei imaginando que o senhor é médico, aí entrei assim, no google, agora ele nos ajuda muito
481 né? E me falou: - ele é Secretário de Saúde de Goiás. Então, eu acho que nós não temos uma
482 discussão sobre algumas primícias que o senhor apresenta né? Não acho que realmente a gente
483 tem um consenso muito grande que a primeira infância é uma parte fundamental para o
484 desenvolvimento humano para o desenvolvimento de todos nós. Como diz meu neto: - humanos,
485 nascemos humanos. Então para os humanos, a primeira infância é muito, muito, muito importante,
486 e a nossa, e as nossas questões vem, elas são de outra natureza. Primeiro, quando eu leio as
487 coisas do programa eu escuto, eu sinto um pouco de falta, da participação efetiva na construção do
488 programa de outras vozes que pudessem ter uma contribuição nisso, por exemplo o CRP, o
489 Conselho. Eu creio que a gente não teve uma participação ativa na construção e na discussão
490 dessas primícias. A gente sabe que a ciência não é um saber homogêneo a gente sabe que ela não
491 é verdade absoluta, e nós temos aí várias questões que a gente pode discutir em relação, como
492 que é que essas questões, da forma como os seres humanos são acolhidos no seio das nossas
493 sociedades, como elas interferem nos processos de desenvolvimento. Então, sem dúvida, nenhuma
494 forma, como a gente é acolhida ela interfere sim, nos seres humanos que vamos nos tornando; tem
495 a haver com a forma como são acolhidos, pra isso gente o SUAS tem como uma segurança
496 protetiva prioritária que é a questão da perspectiva, da acolhida, então a gente não discorda disso.
497 O que nós estamos discordamos é a forma como isso foi construído e ofertado nesse nosso
498 momento histórico. Então, eu concordo com a colega do Cogemas que dentro do nosso próprio
499 serviço simplificado, nós temos o SUAS que tem como contribuir com o desenvolvimento numa
500 outra perspectiva, sem voltar a pautar a questão de segmentos, nós temos o PAIF, nós temos o
501 PAEFI, nós temos o Serviço de Convivência, e nós temos equipes precarizadas no Brasil inteiro. Se
502 elas fossem melhores, se a gente juntasse o dinheiro todo para fortalecer o que vem dando certo,
503 porque o SUAS vem dando certo, com todas as nossas dificuldades, ele vem dando certo. Ele
504 conseguiu pautar uma coisa muito importante que é uma nova perspectiva do desenvolvimento que
505 é a dimensão sócio assistencial. Quando a gente fala da dimensão sócio assistencial nós não
506 estamos falando de saúde, nós não estamos falando de educação, nós não estamos falando de
507 educação, de trabalho, nós estamos falando de uma outra, de outro direito, de uma outra dimensão
508 do humano que é o direito que a gente tem de ser acolhida, de ser protegido socialmente. Então,
509 uma sociedade que quanto a brasileiro como o senhor, muito bem destacou, nós não podemos
510 cuidar de todas as nossas crianças porque a nossa desigualdade é tanta que nós temos um público

511 invisível, que tá num nível de, vamos dizer assim, sofrimento, de falta de condição de
512 desenvolvimento humano que nós precisamos juntar as forças todas numa política orgânica, que
513 nós já temos, pra fazer. O que eu não consigo entender porque foi necessário abrir uma outra
514 janela, porque não se fortaleceu e não se orientou as próprias equipes do PAEF para fazerem o
515 que vem sendo feito, porque é possível. Então, nossa discordância é de outra natureza, ela não é
516 tanto, eu acho que tem discordância teóricas, que mereceriam debate acadêmico para a gente
517 fazer, mas no ponto de vista, muito mais em que sentido esse programa ele desconstrói e ele
518 dificulta, reparte o dinheiro que já é pouco, com algumas questões. Olha, eu, eu acho que a gente
519 tem muitas coisas para falar, eu não vou delegar muito, porque o tempo aqui é pouco né? Lá no
520 CRP produziu uma nota, que a gente trouxe ela aqui hoje de novo, eu creio que vocês já
521 conhecem, mas a gente fez questão de reafirmar e trazê-la aqui. Então nós temos todas essas
522 questões que já estão pautadas, e eu vou ser muito sincera com os senhores, que a medida que eu
523 vou vendo como está sendo colocada e como está acontecendo em algumas localidades, eu só
524 fortaleço os argumentos que eu tinha e acho que as nossas antevistas estão se confirmando, é o
525 que eu penso. Não tenho ainda elementos suficientes para fazer uma discussão mais de dados
526 mas eu estava até falando que fica o convite para o Conselho fazer isso e acho que a gente precisa
527 acompanhar mais de perto, como que está realmente sendo os efeitos disso nos municípios. A
528 gente tem algumas notícias de municípios que devolveram os recursos e outras coisas mais, é
529 como que isso está sendo realmente incorporado como uma proposta de SUAS, acho que isso é
530 muito importante ser colocado. O senhor mesmo já disse que alguns estados, é na educação,
531 outros estados é na saúde e aqui a opção foi de ser feito na assistência que já era uma política
532 precisando ser cada dia mais consolidada. Realmente a questão do plano decenal, a gente não tem
533 visto falar, eu sou professora do Capacita SUAS em vários lugares, e tenho acompanhado todos os
534 materiais e os novos que vão sendo produzidos. E a gente tem ficado um pouco perdido em relação
535 à quais são realmente as metas do SUAS nessa própria gestão, eu pego, vou dar curso de plano
536 agora na nova praticidade. E o que eu vou fazer com Decenal dos próximos, do novo Decenal, eu
537 vou pautá-lo, porque ele não está pautado, eu vou pautar, né? Nós vamos realmente legitimar, eu
538 creio que sim, é o que eu vou fazer, eu acho que a gente precisa legitimar. Então, a questão que a
539 gente traz aqui é sem dúvida nenhuma: nossas crianças precisam, sim, ser melhor acolhidas, ter
540 maior direito a convivência social, familiar e comunitária, precisam de proteção em circunstâncias
541 complicadíssimas. Então gente, eu no caso eu creio que posso falar em nome do CRP. Na pauta,
542 na nota a gente não tem essa questão. E para terminar outra questão, outro ponto que a gente traz,
543 então, é em relação a questão do ganho que o SUAS, não só o SUAS, as políticas sociais, no
544 Brasil, tiveram a partir de 88 com a legitimação do controle social. Então essa legitimação para nós
545 é fundamental. A gente tem trabalhado muito nisso, não só no espaço formal dos Conselhos, mas
546 na construção das Conferências. Os municípios que estão aqui sabem melhor do que eu a
547 trabalhadora que é isso, eu acho que é uma trabalhadora saudável, como é difícil no país sem tradição
548 de participação social, o trabalho com participação antes da Constituição de 88. Antes da
549 Constituição de 88 a gente já estava trabalhando com desenvolvimento comunitário. Como é difícil
550 a gente pautar a questão da participação quando a gente vai engrossando, engessando e
551 avançando nisso. A gente começa a ver que as declarações de Conferência começam a perder
552 valor, eu acho que isso é muito grave, isto é gravíssimo, né? Então, as Conferências não
553 legitimaram programas, nem a Nacional, nem a daqui do nosso estado. E aí, então, é por isso que
554 eu penso que tem uma dimensão política de condução do SUAS que é o que a gente gostaria que
555 voltasse um pouco o debate, também nessa dimensão, sem tirar o mérito de nossas crianças que
556 merecem ser cada dia melhor cuidadas, mas a gente pensa em outros caminhos. Obrigada.
557 (Rodrigo): Maria Auxiliadora do CRESS, por favor, Dora. (Dora): Bom dia a todos e a todas, é com
558 prazer que o CRESS me fez compor essa mesa, do lado de autoridades Federais, Estaduais e
559 Conselheiros de Assistência Social do estado de Minas Gerais, oportunamente reafirmando nosso
560 compromisso na luta em prol do SUAS numa perspectiva democrática participativa e cidadã. É, a
561 gente começa dizendo que o conjunto se fez CRESS e o CRESS Minas reiterou através de nota um

562 posicionamento da categoria a respeito do Programa Criança Feliz, Primeira Infância. Posto isso, é
563 muito bom, Carminha e Halim, ter vocês aqui em Minas, muito bom poder fazer essa interlocução.
564 Isso amadurece o SUAS reciprocamente em termo de instâncias federativas, em termos de controle
565 social, então, assim, realmente é muito bom. Eu acho que a coisa mais importante da fala do
566 CRESS foi o final da fala da Maria Júlia ou, seja, a partir da Constituição de 88 um dos avanços foi
567 o controle social através dos Conselhos e das Conferências, Instâncias Deliberativas, das quais nós
568 fortalecemos e essa instância, Conselho Estadual de Assistência Social e a Instância Federal se
569 posicionaram contrárias ao Programa Primeira Infância. Então, isso é a linha base para um
570 posicionamento do Conselho Regional de Serviço Social que fortalece a participação, busca
571 fortalecer a participação da PPAC nas Políticas Públicas. Entretanto ele sinaliza para uma
572 fragilidade no processo, no processo, porque há discordância de que é importante fortalecer,
573 investir na primeira infância? Não, não existe essa discordância, mas como que isso foi feito e qual
574 a forma escolhida para fortalecer a primeira infância dentro do SUAS? Isso foi feito sem a
575 participação da CIB, sem o Conselho Nacional de Assistência Social ter uma presença efetiva, isso
576 foi feito por decreto. Nós sabemos da primeira infância pela imprensa, e não nesses espaços de
577 controle social, num processo de construção de algo novo no Sistema Único de Assistência Social.
578 Veja, no SUAS os programas existem para qualificar serviços e benefícios, correto? Correto. No
579 SUAS os programas existem para qualificar serviços e benefícios. O serviço PAEFI, o Serviço de
580 convivência e de fortalecimento de vínculos dizem dessa proposta de alguma forma. Não há
581 investimento neles e sim um novo contrato para concorrer com eles, propõem como forma de
582 investir na primeira infância: visitantes de nível médio. Visitantes de nível médio para tratar de
583 questões complexas, porque são de várias ordens, não é o que foi apresentado aqui. E interferir,
584 entrar na dinâmica familiar sendo que hoje a realidade do SUAS é que as equipes não estão
585 compostas, é que as equipes estão sobrecarregadas. Então, a gente investe um dinheiro em
586 contratação de profissional de nível médio para fazer um trabalho entre si porque não pressupõe
587 um acompanhamento familiar que tem como perspectiva a emancipação a autonomização da
588 família. Pessoas de nível médio que não tem um conceito de categoria que a oriente eticamente.
589 Estão dentro da casa das famílias atuando e não a partir de uma perspectiva coletiva de como
590 entrar dentro da casa das famílias do que sim do que não, há temos capacitação, isso é suficiente,
591 é só operacionalizar, é só braço, ou precisa ter..., por fim, nós temos, é fato que para viabilizar esse
592 programa, recursos foram retirados, dos serviços para serviços e para o programa Capacita SUAS,
593 então cria algo novo tirando de um orçamento de um SUAS que está arejado, todo coerente,
594 consolidado fragilizado, ainda mais esse sistema que a gente tanto preza. Por fim, também pela
595 imprensa, é, ontem nós debatemos no Conselho Regional, é uma novidade aí que vem no mesmo
596 processo, infelizmente, que é um programa, eu não tenho convicção se é programa eu vou falar só
597 do assunto porque é que diz da capacitação em educação financeira para os beneficiários do bolsa
598 família, né? Quer dizer, o processo, a forma de fazer permanece a mesma, é desconsiderando
599 essa necessária construção coletiva, respeitando os atores, os entes, contando com a contribuição
600 deles, fazem, então, assim, de uma forma breve, já que a discussão aconteceu ricamente,
601 anteriormente ao posicionamento desse Conselho. Essas são as observações que nós do CRESS
602 temos para fazer, e reitero que reconhecemos a importância de investir na primeira infância, mas
603 no SUAS esse investimento se dá ou se daria fortalecendo técnica e financeiramente os serviços
604 tipificados e o orçamento desse sistema a nível Federal. (Rodrigo): É, eu vou passar a palavra para
605 Secretária, para que ela, ela pediu a palavra aqui, então por favor Secretária. (Secretária): Bom, eu
606 pedi a palavra porque eu diria para vocês, adorei a fala de vocês porque vocês falam muito bonito,
607 um nível de argumentação que eu gostei. Mas eu fiquei um pouco espantadinha porque as três (03)
608 tem o mesmo pensamento, e grande parte da plateia aqui aplaudiu, o tempo todo. Então,
609 exatamente o que você está falando, então eu pergunto aqui, todos tem esse pensamento único,
610 não há discordância, ah? (Rodrigo): Penso que não existe uma ditadura posta, jamais. Penso que
611 não há uma ditadura posta aqui né? Mas, isso foi, conselheiros, conselheiros, vamos fazer o
612 seguinte: deixa a Secretária terminar eu vou abrir o microfone. Conselheiros, conselheiras, por

613 favor, Minas é famosa pelo acolhimento, né, e então o pão de queijo. Então vamos ouvir a
614 Secretária, e depois a gente coloca as questões. (Secretária): Veja, uma coisa é eu ter uma
615 argumentação plausível que eu senti aqui porque vocês não aderiram ao Programa Criança Feliz,
616 mas ah, é claro, nas falas aqui com relação à Primeira Infância vocês não tem objeção nenhuma.
617 Vocês compreendem que a primeira infância tem que ser uma prioridade na atenção à família, é
618 possível dizer isso ou não. Investir na primeira infância, tem ou não. Bom o que eu quero, bom, eu
619 vou terminar de colocar para que vocês entendam, nada impede, nada impede num sistema
620 descentralizado, federativo, democrático, que estados e municípios assumam algumas diretrizes da
621 política. Opa, desculpa, diretrizes da política de forma diferenciada, nenhum problema, por
622 exemplo, se eu assumo que a primeira infância é uma prioridade para política de assistência social,
623 eu posso realizar isso via serviço de convivência, tá. Aliás se há uma coisa, que a tipificação
624 permite a nós é uma enorme flexibilidade de caminhos. Eu tenho hoje, o serviço de atenção a
625 domicílios, atenção domiciliar para idosos e pessoas com deficiência, nada impede que eu
626 acrescente a criança pequena porque ela também é dependente, aliás eu não sei que não estava
627 na tipificação, uma vez que são membros em situação de dependência, idosos, pessoas com
628 deficiência, e as crianças muito pequenas. Enfim o que eu quero dizer, eu não sou obrigada a fazer
629 um desenho único de atenção eu não preciso dessa padronização se eu respeito o pacto
630 federativo. Quero deixar claro, então um nacional, na pessoa do Halim da Secretaria Nacional de
631 Desenvolvimento Humano e nós da Secretaria Nacional de Assistência Social, queremos um real
632 debate propositivo não é ativo, é dizer, eu gostaria de ter, Minas não concorda? Bom, qual é a
633 proposta, qual é a proposta para essa população de situação de vulnerabilidade? Está dada. Mas
634 você, espera Júlia, não, a disposição para, eu quero saber, assim, quantas crianças eu vou
635 atender, e que processos via de família, via que processos grupo de convivência eu vou atingir
636 essa mesma clientela? Porque essa clientela é prioridade para nós, as crianças do bolsa família, as
637 crianças do BPC, certo? As crianças que estão em acolhimento, então estou levantando isso
638 porque eu acho que é importante sim, agora acho que a Júlia também levantou uma questão muito
639 importante, nós não precisamos mais de debates, e até debate sobre a política pública, porque a
640 política pública avança gente, a partir das demandas da sociedade, a partir de uma realidade, uma
641 realidade que é multável, nós fizemos a tipificação e decidimos alguns programas em 2009, nós já
642 estamos em 2018, a realidade muda. Eu preciso acompanhá-la muitas vezes com novas
643 estratégias, novos desenhos da própria política. Tá, então, eu quero só lembrar isso pra vocês,
644 ontem nós estávamos num debate, muito rico, sobre a questão da Gestão da Política de
645 Assistência Social no Território, quem esteve conosco batendo, refletindo nos auxiliando no debate
646 foi inclusive uma companheira de vocês de Minas da Fundação João Pinheiro, a Carla Bronzo, que
647 eu acho que conhece, então eu vou repetir um pouco a fala da Carla Bronzo, que tem estudado a
648 questão das Políticas Públicas, cada vez mais nós precisamos da condução das Políticas Básicas,
649 não é só assistência social, é educação, é saúde num governo de proximidade, isso é uma a
650 tendência atual o governo de proximidade, e eu diria que a assistência social é até uma das política
651 que já avançou nesse sentido, porque ela faz um governo de proximidade, faz um governo
652 relacional, que é a nova característica que se impõem na base com seus beneficiários usuários.
653 Isto foi uma coisa, quero enfatizar outra, nessa linha de governo de proximidade relacional a gente
654 tem que reconhecer especialmente na população usuária da assistência que nós precisamos
655 deslocarmos mais, na realidade nós atendemos por precariedade pessoal, tudo nós já sabemos,
656 mas nós acabamos fazendo esse atendimento à população, muito mais no gabinete de CRAS do
657 que se deslocando para ir a aquelas famílias em situação de maior vulnerabilidade, isso é
658 reconhecido hoje, uma família com criança muito pequena ela não vai até o CRAS outras famílias
659 em situação de pobreza onde o CRAS está distante também não vão, então por acaso nós temos
660 enfatizado demais está nos nossos planos a expansão de equipe volantes, porque sem equipes
661 nós não damos conta de fazer esse deslocamento. Bom gente, eu quero parar aí e só dar mais
662 uma explicaçãozinha ali para Dora, educação financeira não é um novo programa, não está na
663 nossa área, está na área da Semarc ela é uma metodologia uma estratégia normalmente disponível

664 pra quem quiser, não é obrigatório, isso vai, a gente tem que abrir-se para enormes quantidades de
665 metodologias não é? E processos que chegam a nós, alguns chegam no Ministério mas outros
666 chegam direto ao município. Bom gente, obrigada. (Rodrigo): Bem, é, eu fiz algumas anotações
667 também antes de abrir a fala, eu assim, eu penso duas questões, né, primeiro em cima do primeiro
668 vídeo, como que é um profissional de nível médio pode trabalhar com matricialidade, cognição,
669 sabe, que são caros assim, da professora de terapia ocupacional, educação física e outros
670 profissionais da linha de outra linhas de conhecimento, eu acho que é pesado, é óbvio e aí eu
671 concordo, aproveitando que o Halim me permite né senhor secretário, é médico, acho que ele foi
672 cirúrgico, em dizer da questão do brincar, o brincar é um componente fundamental no
673 desenvolvimento de qualquer pessoa, né, é visível quando a gente ver uma criança que brinca,
674 uma criança que é amada, vamos dizer assim, como ela desenvolve, como que ela se relaciona
675 com o mundo com os coleguinhas, com a família, isso é inegável, ninguém contestou isso, mas é
676 preciso que a gente observe essa questão de desenvolvimento, e estamos o que a própria
677 Secretária disse, o que a Lúcia e a Dora falaram do CRP e CRESS é a questão nós temos um
678 serviço nós temos um PAEF nós temos um serviço de convivência que devem ser potencializados,
679 o serviço de convivência dá conta de fazer essas intermediações, essas ligações desde que ele
680 seja cofinanciado que melhor cofinanciados que ele seja ampliado que a estruturação das equipes
681 volantes, que eu acho que é fundamental isso, que a senhora disse é um fato que a gente tem que
682 melhorar esse processo de trabalho, para que o CRAS seja mais presente dentro do território,
683 quem negar isso também não tá conhecendo a política do chão, mas eu penso também numa outra
684 questão da dificuldade as vezes que tem em dialogar, porque fazer esses projetos, esses
685 programas sem dialogar com a sociedade, sem dialogar a instância controle social, porque essa
686 iniciativa desse governo em ignorar as deliberações de Conferência de uma política que se ergueu
687 em cima de deliberações, em cima de resoluções, em cima de uma reescritura de novos direitos
688 humanos, é uma política que se atém a reescrever paradigmas dessas famílias, então eu acho
689 complicado, e a outra questão que eu acho importante também, é já com responsabilidade, o
690 governo eu acho que tá muito voltado a, a ter um país mais feliz, eu acho bacana, Criança Feliz, aí
691 tem, eu vi no site, existe uma outra, uma outra, um outro programa que é Idoso (não sei que lá)
692 Feliz, também, quem me conhece eu brinco muito eu chamo que é Idoso Serelepe, eu li que
693 também a gente não entende muito o que vai ser esse programa, porque eu até entrei lá pra ver o
694 torno de aceite, quanto a visualização não diz qual será, se eu aceitar lá qual vai ser minha
695 responsabilidade, eu já até liguei para MDS para saber disso, e não obtive retorno, falaram que
696 está no site, aí na hora que vocês entra no site não há satisfatoriamente as informações. E aí só
697 que eu acho que já é um componente pesado para o técnico, me perdoe a grosseria, mas eu brinco
698 e converso muito com meus estagiário quando eu os tenho (é), que amar (né), dar conselho,
699 serviço social passa longe disso, primeira coisa, passa longe de dar conselho para família em
700 operação de atendimento. E amar, você pode até amar uma causa, amar um ser humano eu amo
701 essa coisinha feita de carbono e água assim, ser humano, sabe amo mesmo, mas eu amo minha
702 família, eu não amo o usuário que tá lá para atendimento eu garanto a ele o direito que é
703 Constitucionalmente garantido, eu garanto a ele política pública de direito, se ele tem água,
704 acolhimento, é um componente da política, então nós temos o ambiente do CRAS tem que ser um
705 ambiente acolhedor, o ambiente do CRAS tem que ser receptivo mas ao amor eu posso sim criar
706 formas dentro do serviço de convivência de fortalecimento de vínculos, eu posso sim criar formas e
707 estratégias de acompanhamento do TAEF para que essas famílias se amem sem problema
708 nenhum, que fortaleça os vínculos, fortalecer vínculos é isso, amor, o que tá no plano de fundos é
709 esse amor, esse cuidado, agora trazer isso como responsabilidade pro técnico eu falo com meus
710 técnicos de CRAS e de municípios pequenos, sabe, é difícil porque dá uma impotência assim na
711 gente pensar que a gente não conseguiu, que um pai espancou uma criança, que o avô estuprou,
712 abusou sexualmente de um bebê, aí fala assim poxa, porque eu falhei, não, o meu amor não falhou
713 não, agora a minha política pública tem que ser garantida. Então, na sequência eu já abro a palavra
714 pra Leo Couri, então tá, depois do Leo eu abro a palavra pro Secretário é que o Leo também tem

715 um compromisso de trabalho eu vou fazer uma rodada de 3 pessoas, tá, e aí o Secretário e a
716 Secretária eu abro a palavra pra vocês. Desculpe pra senhora. Não. Leo (Leo): Eu peço perdão
717 (né) em insistir porque como eu sou um trabalhador e as políticas públicas precisam do meu
718 atendimento eu trabalho lá em Ribeirão das Neves (né), município que não aderiu, é porque a
719 gente tenta trabalhar numa outra concepção de sistema de assistência social é o que tá próxima
720 pelas leis e resoluções do próximo CNAS né, e orientadas inclusive pela democracia que ela se
721 constituiu eu não posso faltar com as pessoas que eu atendo né, mas eu fiz questão quando na
722 frente mineira em defesa do SUAS, se falou desse momento, primeiro porque acho que tudo que eu
723 li não fiquei convencido então falei assim poxa, tenho que ir, tenho que ouvi porque nada substitui
724 do que esse diálogo de proximidade mas também quanto profissional do serviço social e educador
725 dentro da docência, algumas questões aí entendo né CRP, CRESS, o Cogemas mas eu queria
726 colocar aqui e concordo plenamente que não vai ser todo tempo mas quanto trabalhador ainda
727 mais na Política de Assistência Social algumas questões me inquietam porque vão atingir
728 diretamente o meu exercício profissional. O meu exercício profissional quando eu olhei na cartilha
729 sobre a metodologia, e aí confirmado inclusive das perspectivas da neurociência e aí até mesmo né
730 nos slides, lembrei do (inaudível...) os slides, mais nessa mesma perspectiva, eu queria pensar
731 sobre a metodologia de forma coletiva, fraterna porque eu acho que nós estamos aqui para ouvir
732 pra ter conhecido sobre o programa e aí quando eu vejo a metodologia do programa eu lembro
733 muito da LBA (né) que fala sobre justamente o social, a Legião Brasileira de Assistência trabalhava
734 justamente o social, e trabalhava basicamente, eu falava com meus estudantes do 1º período de
735 serviço social que estuda Fundamentos I, que é muito parecido a política que está sendo
736 apresentada com o que era a LBA que trabalhava a maternidade que não é a primeira vez que o
737 Brasil trabalha sobre isso aí no governo inclusive Vargas já trabalhava, a maternidade, a infância e
738 a economia na perspectiva da orientação financeira, quem lembra a LBA, economia doméstica toda
739 aquela discussão, e mais Paulo Freire ainda nos dizia o seguinte, eu penso tanto quanto professor
740 mas quanto assistente social gostaria de ser chamado de tio, de tio porque eu sou profissional de
741 assistente social, não é essa expectativa que eu gostaria que as famílias se compreendesse como
742 direito, mas levando em consideração que é essa a condição que o programa dá porque eu
743 gostaria até de perguntar aos espaços de monitoramento de avaliação do programa porque esse,
744 no programa em 1 ano as pessoas começam a chamar os entrevistadores de tio, eu acho que o
745 monitoramento né, assim, as avaliações do programa tem que refletir sobre qual concepção de
746 direito, que a gente está sendo construída, mas buscando também assim já de meio pra término, a
747 oração de teorias, e aí como a gente falou muito democrática aqui, explicitou, há várias teorias que
748 comportam inclusive o Sistema único de Assistência Social, mas ainda as teorias não me são
749 estranhas, porque ao longo dessa, construção do Sistema Único e apesar de cara de novinho eu
750 participo desde quando eu era estudante de geografia que foi o primeiro curso superior que eu tive
751 oportunidade de fazer através das Políticas Públicas no sentido acesso à universidade, eu me
752 coloco algumas questões assim muito vinculadas aos grupo social pode ser até talvez enganado
753 né, mas eu acredito que essa falta de carinho especial às famílias ricas, deve causar também toda
754 essa questão de dificuldade econômica, dificuldade de entender o mundo, da criminalidade, porque
755 se a falta de carinho faz com que as pessoas tenham todas essas dificuldades, eu acredito que há
756 muito carinho entre as famílias pobres e elas continuam pobres, continuam sendo penalizadas por
757 um sistema prisional e continuam desempregadas, porque se a falta de carinho causa desemprego
758 como consequência eu sei que não foi isso que você quis dizer mas de um contexto maior eu fico
759 pensando como que o Brasil coloca só os pobres para essa condição e aí a falta do carinho que
760 passa por isso. Pra terminar Rodrigo, voltando inclusive na metodologia que também faz parte, aqui
761 diz assim, os visitantes também, os visitantes avaliam também o ambiente familiar, como um
762 todo, identificado fatores capazes de comprometer o desenvolvimento integral da criança, eu
763 acredito que como assistente social a visita não pode ser o pilar, ela é instrumental porque eu que
764 tenho que compreender dentro das estratégias, de quanto profissional e quanto servidor de uma
765 Política Pública, quais são os melhores mecanismos de diálogo da população e se eu vou visitar

766 alguém não vai ser pela casa que a pessoa tem, mas pela relação que esse sujeito tem com a
767 comunidade e essa comunidade em relação a todo seu convívio territorial como Milton Santos nos
768 ensina. E terminando e aí aproveitando a presença como foi colocado outras perguntas pra além do
769 Criança Feliz se pudesse fazer, ontem me chocou muito a ideia da oficina financeira que chama
770 Futuro nas Mãos, tá inclusive está publicado pelo próprio Governo Federal, que diz que as famílias
771 terão cofrinhos da família, que vai ser dentro das proposta o cofrinho da família, e aí eu fico
772 pensando como que deve ser a economia em especial a economia doméstica nos dias de hoje,
773 difícil, num momento de golpe, assim de ausência democrática na construção das políticas
774 públicas, quando a gente tem emenda constitucional 95 que até 2036 vai diminuir o orçamento da
775 área social no contraponto de 14 milhões de desempregados, e de mais de 40% de aumento das
776 isenções tributárias, e aqui eu coloco no topo das isenções tributárias no ano de 2016, Itaú, Vale e
777 Rede Globo, então como proposta eu acho que Minas Gerais sempre teve essa questão do
778 acolhimento mas também foi propositivo, não é à toa que o Sistema Único de Assistência Social
779 tem muito a cara e o sorriso de Minas Gerais em toda sua concepção assim como as Crianças
780 Feliz. E pra continuar mantendo esse sorriso ativo e bonito que a gente quer não só as crianças
781 felizes mas toda uma sociedade feliz, tendo como proposta que a gente repense as perspectivas de
782 pretensão e de promoção dos usuários e usuárias da assistência social não é porque o CRAS não
783 tem trabalhadores em especial trabalhadores que vão ter essa oportunidade da matricialidade e de
784 outros entendimentos de uma visita domiciliar, vai ter muita dificuldade de visitar a comunidade de
785 visitador para poder garantir o direito da proteção integral da infância e da adolescência. Muito
786 obrigado, Rodrigo. Hudson: Bom dia a todos e a todas, autoridades, companheiros do CRP e do
787 CREAS, conselheiros da assistência social, eu faço algumas ponderações também seguindo a fala
788 do meu companheiro Leo Coury, e aí secretário eu fiquei bastante curioso quando você citou, nós
789 criamos um programas com boas referências, com boa fundamentação baseado nas boas práticas
790 internacionais, mas aí eu já vi e tive a oportunidade de levar esse material do Criança Feliz, mas eu
791 também sinto falta disso lá, que práticas são essas, que pesquisas de fato são essas, que
792 fundamentações são essas, como que eu posso estabelecer essa correlação entre uma visita
793 domiciliar voltada a trabalhar o lúdico, o brincar, o crescimento da criança família, da questão do
794 acolhimento da criança, como eu vou correlacionar isso como a maneira tão estreita com questões
795 como redução da violência, aumento do salário, doença de várias categorias, enfim que pesquisas
796 de fato são essas, essas correlações são legítimas, elas podem ser feitas nessa dimensão. Um
797 outro ponto quando a secretária levanta, crítica reativa a criança feliz, eu vejo que a crítica foi
798 reativa porque a colocação do programa foi impositiva, então porque não fazer um seminário para
799 discutir a concepção, porque não fazer um encontro nacional, enfim, com o Cogemas, a CIB, a CIT,
800 o Conselho, o CREAS, o CRP, e aí vamos desenhar um programa de fortalecimento da primeira
801 infância no SUAS, ampliando uma equipe de servidores de nível médio e superior do CRAS, do
802 CREAS, vamos fazer um programa para criar uma perspectiva meteorológica no serviço de
803 convivência, uma equipe meteorológica no serviço de convivência para atender a primeira infância,
804 vamos construir isso junto com as universidade, com os movimentos sociais, com os conselhos,
805 perspectiva meteorológicas de atendimento no CRAS, no CREAS para primeira infância, de
806 visitação, de oferta de benefícios, de fortalecimento do cadastro único, do programa bolsa família,
807 vamos usar como bem disse a colega do CREAS as ferramentas, as boas práticas que o SUAS já
808 tem dado, porque não fazer isso? Eu acho que Minas está em disposição, temos conselheiros,
809 universidades, movimentos sociais, tem os representantes do Governo Estadual. Vamos promover
810 no Brasil um grande debate sobre a primeira infância no SUAS, e vamos construir uma proposta a
811 partir do CRAS, do CREAS, do serviço de convivência, do serviço de atendimento a domicílio para
812 idoso, deficiente, a gente tá aberto para construir, ser reativo, pra deixar de ser reativo no SUAS e
813 não paralelo ao SUAS. Camila: Bom dia a todos, eu gostaria de colocar pra secretária que o nosso
814 processo de concordância, que a concordância geral desse Conselho se dá devido ao um
815 amadurecimento político e a construção nos nossos espaços de diálogo. Eu acho que nós
816 chegamos nesse momento amadurecido tanto nosso Conselho quanto a nossa Secretaria de

817 Estado a partir desse amadurecimento e desses nossos espaços de fala. Eu queria colocar duas
818 questões que foram apresentadas sendo bem direcionadas para os slides expostos. A capacitação
819 desses visitantes ela é realmente suficiente no cenário que nós temos hoje? É porque nós temos
820 um desmonte de políticas públicas de retiradas de direitos e sentindo isso como um
821 enfraquecimento do SUAS, então nós temos pessoas que não tem o arcabouço necessário para
822 interferir na vida dessa famílias, famílias essas que tem costumes, que tem as questões regionais,
823 que tem as questões religiosas, então como interferir de maneira não preparada nesse espaço
824 familiar? Outra colocação é como foi definida essas questões de boas condições de vida, me
825 preocupa criarmos essas nomenclaturas e esses enquadramentos nos diversos grupos familiares
826 que nós temos hoje, porque hoje nós temos família homoafetivas, nós temos famílias monoparental
827 chefiadas por homens, por mulheres, famílias chefiadas por avós, então como definir essas boas
828 condições de vida, no cenário de retiradas de direitos sociais e dessas políticas públicas? Acredito
829 que hoje a gente tem na colocação desse programa o fortalecimento das raízes conservadoras do
830 nosso país, raízes essas que o sistema SUAS e que os profissionais de assistência social vem
831 lutando nos últimos anos para desconstruir. Rodrigo: Já tivemos 3 perguntas, então vamos passar
832 para o Secretário Halim que pediu a Secretária também se quiser se manifestar para que faça as
833 observações, depois a gente abre o bloco de mais 3 e depois mais 3. Halim: Bom Presidente
834 obrigado, sobre o que a Dra. Maria Júlia disse, não são Estados que estão na Assistência ou na
835 Saúde ou na educação do programa, são países, aqui todos os estados na assistência e lá fora
836 estão entre 85, 90% Assistência. O fortalecimento dessa proposta sobre a questão que sou médico,
837 o que o médico tem com a Assistência Social é importante que a senhora saiba o seguinte: o
838 primeiro capítulo do primeiro livro em defesa do SUAS é meu, nenhuma assistente social tinha feito
839 nenhum capítulo, nenhum livro sobre defesa do SUAS, eu fiz, eu consultei todos os prefeitos a
840 entenderem a importância do SUAS, chama-se o município e a criança de zero a seis que eu fiz
841 junto com o Dr. Vital Junet, tem um capítulo só sobre o SUAS, foi final de 2004, 2005, então, eu
842 tenho muita afinidade com o SUAS, eu sei o que significa, eu sei a importância do SUAS e o
843 primeiro capítulo não foi de uma assistente social foi de um médico, no caso esse livro que eu fiz, e
844 eu tenho muito orgulho disso, porque sei o papel que o SUAS hoje tem e deveria ainda ter no país.
845 Eu não tenho dúvida disso. Para mim é o seguinte, se o SUAS não for fortalecido, para quê esse
846 programa? Eu fico muito feliz quando eu vou aos Estados, converso com os municípios, com as
847 famílias, com os visitantes. Eu gostaria que vocês fossem também, eu convidei já o Conselho
848 Nacional e eles dizem o quanto foi bom para o CRAS a presença do programa, o quanto tem
849 revitalizado, o quanto tem mobilizado o CRAS, é importante ouvir também quem está executando
850 pra saber o que é que está acontecendo na ponta, é importante isso porque vocês tem uma atitude
851 crítica e ainda bem que tem, que bom que tem. Eu não vim aqui para ouvir elogios ou só pancada,
852 vocês tem uma crítica, e essa crítica nos ajuda a ser construtiva, e eu tenho percebido que há
853 críticas construtivas sim, então quanto ao fortalecimento do SUAS eu não tenho dúvida, depois eu
854 tinha até um receio que realmente ia atrapalhar a questão do CRAS. Hoje os coordenadores,
855 secretários de estado, estão trabalhando a opinião deles, tem aí inclusive, não foi possível passar,
856 a opinião de secretário municipal, de secretária e outra coisa interessando o programa está indo
857 melhor, qual são os estados onde o programa está indo melhor, os 3 estados do PT estão indo
858 melhor estão de ponta lá em cima, é os que mais falam melhor do programa, então vejam, isso me
859 deixa tranquilo de falar que bom que realmente não é uma coisa que foi mal entendida, mas foi
860 entendida pelas crianças, pelos profissionais, pela família, eu gostei disso. Nós não forçamos
861 ninguém, ninguém é obrigado a entrar no programa, ele é voluntário, tanto quanto estado, quanto
862 município e as famílias também, as famílias não são obrigadas. Uma coisa interessante e deve ser
863 falado, não é o profissional que tem que amar não, jamais, como eu vou amar um paciente meu,
864 como que um assistente social vai amar uma família que ele está dando suporte, tá orientando, na
865 realidade é um indicativo, uma orientação pra família, é a família que a partir do momento que ela
866 aprende técnicas, isso toda família, aí eu já repondo a questão do outro colega ali, esse programa é
867 para família pobre é para família rica é pra toda família, esse programa é para seres humanos, nós

868 não temos dinheiro para começar de uma vez no Brasil todo, temos para começar com os mais
869 vulneráveis que são aqueles que mais tem benefícios com esse programa, sob a questão quais
870 trabalhos científicos, se o colega Hudson me der o e.mail dele eu passo. Só no meu arquivo eu
871 tenho 3000, 2 deles, 2 prêmios nobel saíram em função das consequências desse programa, não
872 desse Criança Feliz, mas em consequência dessa estratégia de abordar família, 2 prêmios nobel
873 nos últimos 10 anos, então veja, a minha obrigação, vocês não são obrigados a conhecer quais são
874 os trabalhos científicos que levam a isso, eu sou obrigado, e sou obrigado a passar para frente
875 esse trabalho científico pra quem quiser eu faço com o maior prazer porque sou obrigado a isso.
876 Sobre o colega de Ribeirão das Neves, é monitoramento e avaliação, esse programa não pode
877 acontecer sem monitoramento e avaliação porque daqui a 2, 3 anos tem que falar que esse
878 programa teve bons resultados ou não. Tem que ter uma avaliação disso daí. Hoje nós temos a
879 frente da avaliação o Dr. César Víctora, ele é um Brasileiro, o principal avaliador do Unicef e da
880 Organização Mundial de Saúde, e da Unicef também que trabalha com crianças, e seria
881 inconsequência fazer um programa desse sem avaliação de impacto e essa avaliação vai ser daqui
882 2 anos, tendo um monitoramento contínuo sob a questão de fortalecer raízes conservadoras,
883 fortalecer a criança. Você não está colocando questões ideológicas na criança, você está dando
884 atenção pra ela, você está realmente dando seu tempo pra ela, e isso seja qual for a questão
885 ideológica isso supera qualquer coisa, então quando eu digo que na realidade eu peço desculpas a
886 colega por discordar, não tem questão de conservadora não, eu estou no governo, nunca me
887 perguntaram qual era o meu partido, pra quem eu tinha votado, nunca me perguntaram, eu estou
888 no governo apenas pelo meu trabalho de 18 anos na ONU com crianças, só isso, então vejam, e
889 tenho muito orgulho de nunca terem chegado pra mim e perguntar qual o seu partido, pra quem
890 você vota, isso eu fico muito contente com isso, então vejam vocês, a minha questão técnica é de
891 fortalecer a criança e garantir os seus direitos, todo trabalho de toda minha vida foi garantir o direito
892 das crianças, se eu puder e tiver a oportunidade de garantir mais ainda eu fico feliz, é o que eu
893 estou fazendo agora. Rodrigo: Obrigado Secretário. Irajá: Rouadâ. Bom dia a todos, é que eu estou
894 dando bom dia na minha língua indígena, Pataxó, patchorã, sou Irajá, sou também conselheiro
895 estadual dos usuários, nasci no Norte de Minas em Pirapora. Secretário eu só quero tirar algumas
896 dúvidas, porque assim como indígena, também sou do seguimento direcionado pela minoria,
897 também eu vi alguns vídeos que me deixou um pouco encucado. Pode ser ignorância de indígena,
898 mas enfim, eu estou aqui pra esclarecer algumas dúvidas. Primeiro eu queria saber aonde saiu
899 esse recurso para o programa criança feliz, porque sabendo que o dinheiro da saúde foi congelado
900 por 20 anos, o dinheiro da saúde, da educação, eu queria saber da onde saiu esse recurso, e uma
901 outra questão que também me deixou um pouco preocupado, que o programa universal, esse
902 programa, essa universalidade é para todos ou para algumas famílias selecionadas. Eu quero tirar
903 minhas dúvidas, porque assim, pelo que eu entendo, é que já temos alguns programas que já
904 compõem o SUAS então na minha concepção como indígena como usuário eu queria saber, tirar
905 essas dúvidas. Rodrigo: Irajá, como que é a saudação aí e o que a gente responde Aiechó? Isac:
906 Bom dia para todos da mesa, prazer em recebê-los aqui, eu sou Isac, sou também representante
907 de usuários nesse Conselheiro Estadual e faço parte da Federação da Comunidade Quilombolas
908 aqui de Minas Gerais e Coordenação Nacional. A minha intenção com relação ao programa Criança
909 Feliz, eu já era conselheiro em 2016 quando a gente votou, o pouco que eu entendi do programa,
910 da forma de construção, da proposta dele, me fez ser contrário ao programa. A gente do
911 conselheiro construiu um entendimento baseado em várias avaliações que o programa não iria
912 ajudar o Sistema Único de Assistência Social como é falado. Eu acho que eu enquanto usuário, me
913 sinto até violentado quando a gente desrespeita uma deliberação de Conferência sobre qualquer
914 assunto. Acho que principalmente o SUAS como outras políticas públicas só existem por causa
915 dos usuários daquela políticas, devem levar em consideração a opinião principalmente se pensar
916 uma conferência de assistência social porque assim eu não consigo fazer uma boa deglutição com
917 a ideia de que eu pego por exemplo para participar da conferência de assistência social nacional
918 tem usuários que viajam 5 dias, tem usuários que viajam 3 dias, usuários com dificuldades de

919 locomoção e eu e outros do meu quilombo mesmo a gente só participa porque a gente acredita que
920 a gente vai ser respeitado naquele espaço, que nosso esforço pra participar ali, expressar nossa
921 opinião, referente algum tema ele vai ser respeitado, então eu tenho uma dificuldade muito grande,
922 depois da Conferência Nacional, depois da Conferência Estadual, de tudo que eu ouvi dos usuários
923 aqui em Minas, e de outros em conversa sobre o programa, de mudar hoje assim minha opinião
924 sobre ele em relação a aceitar, agora vendo a apresentação que eu não tinha visto, algumas coisas
925 me ficaram um pouco obscuras e eu não consegui visualizar na apresentação, em nenhum outro
926 momento, pode ser também por ignorância, eu não consegui visualizar ali a participação dos
927 usuários na criação desse programa, quando que os usuários participaram criando, dando ideias
928 para construir ele, assim, ele no monitoramento depois eu não consegui visualizar isso, e outra
929 coisa me chocou vendo os vídeos, assim, me emocionou, parece que eu estou errado no mundo,
930 parece que a proposta do programa, pra mim, quando o irmão do quilombo ele é assassinado na
931 juventude por preconceito racial ou qualquer outro problema, quando o território quilombola é
932 invadido, pessoas morrem no Brasil inteiro por uma omissão do estado em cumprir o papel e
933 entregar o que é de direito aquelas pessoas. Luanda: Discutimos ontem durante a comissão nosso
934 posicionamento aqui hoje, vem trazer algo já que não é novidade, que é consenso nesse Conselho,
935 a primeira coisa eu acho que é reforçar isso o que o Isac trouxe, de que respeitamos a deliberação
936 da 11ª Conferência Estadual de Assistência Social, e a moção de repúdio que foi apresentada lá, e
937 que não se aceita esse programa e pede-se também a devolução dos recursos desse programa
938 para o SUAS e mantemos também enquanto comissão de política, o nosso posicionamento já
939 deliberado e muito discutido nesse Conselho no ano de 2017, por meio da Resolução nº 583 que
940 dispõe e delibera sobre a não adesão do Estado ao programa, a gente traz essa discussão e
941 também reforça que este Conselho publicou uma nota técnica com argumento explicando os
942 motivos pela não adesão do estado. Foi consenso a partir de muita discussão. Sinto que talvez a
943 secretária quando diz uma unanimidade das opiniões, essas opiniões pode ter sido unânime mas
944 foi de construção. Todos aqui temos uma trajetória de política, uma trajetória de construção social
945 mesmo de movimentos, e cada um com sua trajetória trouxe contribuições. Então temos um
946 posicionamento mas que foi muito bem construído muito bem demarcado, sendo esse, nosso
947 posicionamento enquanto comissão. Rodrigo: Conselheiros, nós temos inscritos ainda Arlete,
948 Débora, Márcio e Gilberto e eu gostaria não querendo, Silvana, desculpe Silvana eu não recebi,
949 mas eu te insiro aqui agora, na palavra da Silvana eu queria não encerrar o debate, obviamente a
950 gente pode retomar isso no pleno em outros momentos nas comissões, mas é pela questão da hora
951 mesmo já são 12:17h e eu acredito também que o Secretário e a Secretária devem ter outros
952 compromissos, mas a gente tem uma pauta também na parte da tarde, ainda temos que almoçar,
953 inclusive nós vamos cortar a hora de almoço, então eu vou passar como combinado, a palavra para
954 o Secretário Halim, pra que ele faça as considerações desse bloco e depois então na sequência a
955 gente vem Dona Arlete, Débora, Márcio, Gilberto e Silvana, e a Dora também pediu a palavra.
956 Secretária: Eu só queria dizer que 12:30h nós vamos estar saindo. Rodrigo: Então eu vou, o
957 Secretário e a Secretária estão dizendo que 12:30h tem que sair, então vamos fazer o seguinte,
958 antes de qualquer coisa, sim, é compreensível Halim, sim a gente entende mesmo, eu vou entregar
959 pra Secretária, porque foi citado várias vezes a Resolução do CEAS que dispõe sobre a reprovação
960 pra que ela tenha em mãos e também a resolução lógico que ela tem isso, mas que a gente reforça
961 esse ato de fazer essa entrega, a gente reforça hoje respeito da Conferência Nacional aonde diz
962 esse programa, então, eu entrego também as Notas Técnicas produzidas e as noções produzidas,
963 a nota técnica do CEAS sobre a fundamentação que foi dita aqui pela conselheira Luanda, o
964 posicionamento do Conselho Federal de Psicologia, as 3 Notas da Frente Mineira em Defesa do
965 SUAS, que produziu a respeito desse programa são 3 manifestos, porque eu não sei se chegou as
966 mãos dela na ocasião, as reflexões necessárias para realizar o programa Criança Feliz,
967 recomendações aos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS da ABRAPAS e uma nova norma
968 técnica e uma reedição, mais expressamente, do Conselho Regional de Psicologia que dizem
969 desse programa. Para que a senhora entenda, nossa fundamentação e eu sei que a senhora

970 entende e agente se propõe sim quanto Conselho, quanto estado a continuar, acho que a
971 contribuição que o Halim traz, de conhecer o plano dos municípios, depois eu vou procurar saber, a
972 gente tem que pactuar esses municípios, que tem esse programa, e vamos tentar avançar no
973 SUAS dentro de uma perspectiva ideológica. Peço então aos Conselheiros que por favor falem em
974 1 minutinho muito rapidamente, se posicione muito rápido para que eles possam ouvir e se
975 manifestar obviamente. Arlete: Bom dia pra todo mundo. Eu cumprimento a mesa e também
976 cumprimentos os conselheiros colegas e demais convidados que estão aqui. É claro que a minha
977 fala seria maior mas eu vou tentar resumi-la. Quando foi feito a apresentação e depois na fala do
978 Secretário e da Secretária eu fiquei me lembrando, eu continuo sendo coerente com a decisão do
979 Conselho, mas eu quero falar aqui do meu lugar, de mulher pobre, negra e excluída, eu tô falando
980 desse lugar, e quando eu estou falando eu não estou falando em nome da Arlete, eu estou falando
981 em nome de tantas outras mulheres que eu aprendi também a fazer a escuta e este aprendizado eu
982 devo dizer que eu não aprendi dentro das instituições públicas eu aprendi isso na vida com outras
983 companheiras tão excluídas quanto eu, minha família e tantas outras, eu ainda no útero da minha
984 mãe, uma médica decidiu que quando eu nascesse minha mãe deveria fazer uma doação, minha
985 mãe não tinha coragem de dizer não depois que eu nasci fizeram uma negociação e me deu o
986 nome da médica homenageando a médica e fazendo uma relação de boa vizinhança, 8 dias depois
987 essa médica faleceu. Quando o meu pai morreu eu era uma criança dentro dessa faixa etária dos
988 novos assistidos, e uma tia rica que mora aqui em Belo Horizonte, eu venho aqui sempre nem sei
989 onde ela mora, ela nunca deu endereço dela, mandou 2 sacos de roupas para nós, lá no interior, e
990 mandou um recado para minha mãe o porta voz foi meu tio, que tingisse a roupa do luto e as outras
991 era pra nós. A minha mãe muito obediente usou luto fechado 7 anos e mandou dizer também que
992 ela já tinha encontrado um lugar para nos colocar. Nós éramos 8 filhos de uma mulher de 33 anos
993 que tinha acabado de ficar viúva, e a minha mãe sempre nos contou essa história e meu tio falava
994 olha Ana você tem mandar essas crianças para nossa parenta porque você é muito pobre e aí a
995 minha mãe respondeu pra ele o que eu ouço hoje dizendo eu não tenho culpa de ser pobre, a
996 pobreza não foi construída, ela foi construída por um sistema a minha mãe não diz com essas
997 palavras, hoje eu digo e referencio a ela, porque minha mãe não dava conta de dizer isso porque
998 também era excluída do processo de leitura e escrita nas escolas ela fez questão que nós
999 frequentássemos. Então eu estou falando aqui desse lugar, desse lugar que hoje eu participo em
1000 entidades que apoiam as mulheres e as famílias, quando você cuida de uma mulher você cuida de
1001 gerações, quando você cuida de uma mulher você cuida de suas crianças, e pra mim o melhor
1002 lugar para a criança e agora eu estou falando como mãe e filha que fui nessa condição é perto da
1003 mãe e a mãe sabe cuidar, o pai sabe cuidar, e aí agora eu quero falar na minha condição de
1004 profissional de educação. Eu não consigo imaginar meus alunos de ensino médio orientando uma
1005 família, não consigo, não vejo isso, não vejo, porque a decadência, a decadência política que a
1006 gente sempre viveu e hoje ela se fortalece tem um reflexo lá dentro das escolas também, então eu
1007 quero dizer assim, do meu carinho, do meu respeito pelos profissionais da assistência social e da
1008 psicologia e dizer, eu considero que nós não podemos aceitar esse programa dá forma como ele foi
1009 concebido, porque eu respeito muito a fala do senhor e apresentação como médico que é, e trouxe
1010 informações muito boas, mas eu creio que nós também deveríamos ter sido escutados, porque nós
1011 também teríamos condições de dar uma boa contribuição, e de repente poder repensar o programa,
1012 poder repensar porque nós temos muito a dizer e a reivindicar. Rodrigo: Obrigada Dona Arlete.
1013 Dora: Telegraficamente vocês nos convidaram a ser mais propositivos e menos reativos. Só é
1014 possível reagir já que nós não tivemos oportunidade de participar da construção do Criança Feliz,
1015 nos resta reagir, mas é uma reação que diz, estamos juntos, e reiteramos a importância da primeira
1016 infância, não concordamos com a sobreposição de ações na lógica do SUAS, defendemos
1017 fortalecer PAE, PAEF, serviço de convivência para dar conta da intenção dessa proposta, não
1018 defendemos que profissionais de nível médio se responsabilize pra visitas domiciliares
1019 descontextualizadas de um acompanhamento familiar, defendemos que não seja retirada o recurso
1020 de serviços existentes pra criar um programa novo. Então é isso a nova proposição. Rodrigo:

1021 Obrigado. Nós temos mais 3 pessoas rapidamente Márcio por favor, já vão posicionando aqui
1022 Márcio, Gilberto e Silvana. Márcio: Boa tarde Secretários, Carminha, Halim, a Mesa, todos
1023 Conselheiros. É muito complicado a gente falar em pouco tempo, dado esse tamanho assunto que
1024 nos trás aqui, mas eu não quero ficar repetindo questões que eu comando com os meus colegas
1025 conselheiros aqui o aspecto da sobreposição das ações que estão colocadas e de todas outras que
1026 já estão colocadas, eu quero chamar atenção é por um aspecto muito claro do ponto de vista da
1027 democracia, esse Conselho aqui ele trabalha muito nessa perspectiva e tem uma sociedade civil
1028 extremamente atuante nesta perspectiva, em defender um processo democrático, nós estamos
1029 falando aqui de uma democracia, hoje que tá sendo colocada pela mesa foi colocada quais são as
1030 nossas proposições, a partir do momento que houve uma percepção que há uma unicidade aqui de
1031 pensamento, o processo democrático ele deveria ser constituído lá trás, já tem 1 ano de programa
1032 rodando, esse Conselho discutiu na sua essência, quais são as alternativas, não havia alternativa,
1033 não havia espaço democrático para discutir, e dentro desse espaço democrático que a gente tem
1034 trabalhado a nossa participação social, nas nossas instâncias de controle social o que se deliberou
1035 foi a não adesão ao programa e se nós tivéssemos oportunidade de construir, provavelmente a
1036 gente poderia propor que o recurso destinado ao programa fortalecesse as ações já existentes
1037 dentro da política pública, acho que essa perspectiva que a gente tá querendo, acho que em
1038 momento algum há uma contradição ou aversão que a primeira infância tem que ser tratada, em
1039 momento algum há isso, o que a gente quer é fortalecimento de uma política pública da qual todos
1040 dessas mesa aqui são participantes dela, todos, construir uma política pública que ultrapassa a
1041 política de governo, nós queremos é o fortalecimento dessa política pública, então nesse sentido
1042 gostaria muito de estar trazendo essa lógica, o processo democrático, as deliberações que já foram
1043 colocadas, toda trajetória que foi feita nessa discussão e infelizmente a verticalização que o
1044 programa chegou pra gente, isso é muito contrário a que esse Conselho defende, e toda trajetória
1045 que tem sido defendida pela democracia nesse país. Obrigado. Gilberto: Bom dia a todos e a todas,
1046 ainda não almoçamos, ainda acho que essa pauta também é importante. Eu quero ser breve
1047 também por isso eu quero agradecer sejam acolhidos aqui o pessoal do Ministério, Secretário
1048 Nacional, e dizer que Minas tem algumas características, são acolhidos sim sejam bem vindos, mas
1049 a gente também tem uma característica que é de matutar, nós matutamos as coisas, e mineiro tem
1050 até cara de bobo, sabe, mas é só cara, a gente vai matutando assim e vai vendo como as coisas
1051 são colocadas, a gente respeita a posição de vocês, mas no final das contas o simbólico supera
1052 aquilo que tá posto de maneira material, quem embuiu esse programa foi a Dona Marcela Temer.
1053 Isto tem que ir lá no começo para explicar tudo, esse programa não foi pensado a partir de uma
1054 construção coletiva, democrática, então tem isso posto lá no início do processo, e houve um
1055 programa do governo que a gente acredita nisso com convicção que deu um golpe institucional
1056 usando vários meios e depois precisava fazer populismo da pior maneira possível, e eu até acredito
1057 que é importante o programa, eu não tenho dúvida disso não, mas não aqui, sabe porque a gente
1058 tem essa prática em todos os setores e vai piorando. Se a gente não sabe onde põe o outro não
1059 quer que a gente enfie na assistência social, é sempre assim, ninguém quer, enfia na assistência
1060 social, aí o que acontece, porque que a saúde não abraçou já no powerpoint onde foi apresentado
1061 existe muitas ações de saúde, inclusive, é bom sim não estou discutindo o mérito de ser bom ou se
1062 é ruim, mas enfiaram na assistência social porque não coloca em outros espaços, e por fim nós
1063 aqui em Minas dado essa característica de matutar, quando a gente resolveu estudar o que era o
1064 programa, a gente chamou inclusive a frente estadual de educação infantil, a gente chamou outros
1065 atores e aí desses espaços é que foi argumentado para concluir a adesão e não adesão, então
1066 assim, o que a gente quer fazer, é o discurso e o debate com lealdade, A gente também mineiro é
1067 leal, a gente aprendeu isso com Tiradentes, com JK com um monte de gente aí que passou por
1068 esse estado, os últimos não são muito gente boa não, mais são os outros que passaram na história
1069 a gente quer um Estado de vocação libertária no país também, e aí quando traz dados
1070 internacionais a gente acha que tem muita coisa boa fora do Brasil, mas isso é um sentimento vira-
1071 lata, aqui não tem nada de bom, é tudo internacional, a gente quer nacionalizar o país não é

1072 internacionalizar o país, então passa por essas questões políticas também, esse modelo de
1073 governo a gente não acredita nesse modelo de governo que tá posto nesse momento, e esse
1074 programa é meio que uma revelação também de estudos, a gente não foi escutado
1075 democraticamente, só pra encerrar que ainda tem uma pessoa ainda pra falar, e o modelo do
1076 processo é que foi errado, eu quero ser propositivo pra encerrar reconhecendo as deliberações da
1077 Conferência Nacional. Rodrigo: Silvana: Boa tarde para todos, eu acho que eu vou falar bem
1078 rapidamente, mas só queria primeiro colocar no lugar que a gente fala, não falo do lugar da Arlete
1079 eu me emocionei muito, não falo de um lugar de uma pessoa que desde de 84 trabalhando com
1080 educação infantil com esse público de zero a seis, então a gente avançou muito aqui dentro do
1081 município de Belo Horizonte. Gilberto, concordo com você que a gente tem que valorizar a prática
1082 de nosso país, aqui em Belo Horizonte nós avançamos muito nessa política de zero a seis, no país
1083 senhor secretário está assim desde 1996, com a mudança da LBV, os zero a seis, as creches não
1084 estão mais na assistência estão na educação, então a gente trabalha numa política intersetorial,
1085 não sobrepondo, complementando as ações, com a assistência, com a saúde, é uma experiência
1086 de Belo Horizonte que tem que ser ressaltada, as prioridades dela são com crianças do bolsa
1087 família. A gente tem esse diálogo, a educação tem esse diálogo, pra inserir o zero a seis na
1088 universalidade, que é direito da educação que é universal pra todos, a gente ainda não conseguiu,
1089 enquanto isso a gente sabe que o cuidado é importante, a gente também faz parte de um
1090 profissional qualificado, a gente tem professores com mestrado, com doutorado, contando e
1091 educando essas crianças. Eu acho que é isso que queremos pra todas as crianças, a
1092 universalidade desse atendimento com os mesmo direitos, com profissionais habilitados, não com
1093 aqueles profissionais com que eu fico preocupada com afago que ele pode fazer, como o senhor
1094 disse, não é afago, o processo de desenvolvimento infantil é construído na interação, na relação
1095 das pessoas mas não é com afago é com respeito, é com cuidado na educação infantil, nós temos
1096 que tomar muito cuidado com esse profissional de nível médio que a gente coloca dentro dessas
1097 famílias inclusive para ter afago, não é afago não é amor, é com cuidado e respeito. Rodrigo: Sem
1098 mais delongas eu passo pro Secretário pra que ele responda, obrigado Halim de antemão eu
1099 agradeço muito a exploração, a boa vontade de vocês dois em vir aqui a Minas nos ouvir
1100 atentamente mesmo de forma contrária, o respeito no qual vocês estão recebendo as críticas,
1101 então eu só tenho agradecer mesmo a oportunidade, e passo de repente o microfone pra senhora
1102 também que a senhora queria depois fazer a consideração final. Halim: Eu agradeço todas as
1103 falas, a gente tem o que aprender, o que discutir, e o que avançar. Algumas coisas realmente são
1104 importantes deixar muito claro, esse dinheiro não foi tirado da assistência, não se mexeu no
1105 orçamento dela, foi recurso adicional conseguido pelo Ministro anterior. É só vocês olharem o que
1106 era da assistência que estava com, por favor olhem o orçamento da União, por favor olhem, para
1107 nos questionar isso, em 17, a assistência tava devendo, o MDS estava devendo a assistência 14,
1108 15, 16 e 17 foi pago tudo em dezembro 17, pra mim o recurso da assistência é totalmente
1109 insuficiente, eu não tenho dúvida nenhuma disso, certo, só que esse recurso, por favor olhem o
1110 orçamento, certo, além do aumento que houve pela decisão do Conselho Nacional da Assistência
1111 não houve nada, não se mexeu naquele orçamento da assistência. Outra coisa, quando se fala em
1112 primeiro damismo, nunca discuti com Marcela Temer isso, nunca, ela nunca esteve em discussão
1113 nenhuma técnica, e nem sei se domina necessariamente a questão técnica para realmente fazer
1114 uma discussão disso, porque há necessidade de se conhecer, avançar nessas questões, então
1115 vejam, ela nunca esteve comigo para discutir nada, ela apenas está apoiando um programa que ela
1116 acha que é da primeira infância, só que quando a Michele Obama apoia a questão da educação
1117 infantil ela é elogiada porque tá apoiando. Ela apenas tem o direito de elogiar, apoiar, ela não fez a
1118 participação nenhuma, ela nunca discutiu comigo, nunca me sentei com ela para discutir nada
1119 disso, então não é de primeiro damismo porque não é dessa forma, eu não vejo nos estados
1120 também, primeiras damas ou dos municípios, não vejo, nunca entraram para discutir isso não,
1121 sobre a questão Irajá, você é Pataxó. É com muita emoção que eu vejo você aqui, eu morei entre
1122 povos indígenas, morei com os povos indígenas Ticuna no Amazonas, trabalhei com os Guarani-

1123 caiuá, trabalhei pelo menos 22 etnias durante muitos anos da minha vida, quando eu vejo alguém
1124 dos povos indígenas e dos quilombos aqui, me emociona muito, porque eu lutei para realmente
1125 demarcar as terras indígenas e quilombolas, é uma coisa que faz parte e fez muito da minha vida,
1126 então quando você pergunta, é pra todos? Sim esse programa deveria ser pra todos, nós estamos
1127 atrasados pelos menos de 20 a 30 anos nesse programa, estamos muito atrasados, começa por
1128 aqueles mais vulneráveis, porque realmente o MDS trabalha com os mais vulneráveis, eu espero
1129 que esse programa realmente se estenda a todos os brasileiros. Não é porque a pessoa é rica, que
1130 ela trata bem, ela faz carinho melhor, pelo contrário às vezes entrega para uma babá que não
1131 conhece nada, então quando eu falo que realmente é pra todos é a minha convicção, quando fala a
1132 questão de afagar tem que afagar sim a criança, tem que beijar a criança, não o profissional é a
1133 família, porque o profissional não trabalha direto com a criança, ele trabalha com a família, e todos
1134 nós temos que aprender como trabalhar e os aprendizados sim mexer trabalhar mais, interagir mais
1135 com a criança, é um aprendizado, ele não é inato não, nós temos que fazer isso, é um aprendizado
1136 para cada um de nós, quem conhece o programa, aprofunda um pouco mais, fala puxa vida porque
1137 que eu não fiz isso antes, porque que eu não conheci isso antes, é possível, vejam vocês. Sobre a
1138 questão da Conferência Nacional, várias vezes vocês tocaram nesse assunto, por favor leiam o
1139 papel da Conferência Nacional, ela não é deliberativa, ela aponta diretrizes, leiam por favor, ao
1140 invés de dar vaia, eu tinha dúvida também, não reage assim não, peguem o papel, agora, ele deve
1141 ser considerado, claro que deve ser levado em consideração, vocês sabem disso. Mas tudo isso
1142 vocês não tenham dúvida, tudo que aconteceu tem sim que se pensar, tem que se discutir tem que
1143 avançar, agora. De qualquer forma nós profissionais que trabalhamos eu sou também profissional
1144 eu sou também funcionário público, a gente tem que ouvir a voz daqueles que discordam e levar
1145 em consideração, vocês não tenham dúvida disso, não se pode fazer isso não, se vocês fazem
1146 esse levantamento de que realmente deveria ser discutido antes, é uma lição que deve ser
1147 aprendida e não deve ser dessa forma, vocês colocaram claro, vocês refletiram sobre tudo isso, tá
1148 bem, então vejam, meus respeito absoluto a essa discordância mais mesmo sabendo dessa
1149 discordância eu agradeço a sua gentileza de ter nos recebido. Eu me convidei para vir, e o senhor
1150 aceitou, eu agradeço muito. Vejam vocês, eu saio daqui mais enriquecido, eu saio aqui com um
1151 aprendizado a mais. Agradeço mais uma vez a vocês por terem tirado esse tempo, nesse Conselho
1152 para nos ouvir e para esse debate, e a você Presidente muito obrigado. Lúcia: Vou falar em 1
1153 segundo, eu só queria então que a gente tirasse mais uma compreensão daqui, porque se à
1154 compreensão de que Conferência não é deliberativa nós temos mais uma luta. As Conferências
1155 tem que serem deliberativas. Rodrigo: Conselheiros, só pra constar a gente é oníssonos, nós não
1156 concordamos com isso, nós já manifestamos publicamente com relação as Conferências. Isso é
1157 uma política pública, que se fez através de Conferências e Resoluções que as normatizam, então
1158 desconsiderar isso é realmente complicado. Esse ponto de pauta nessa plenária na parte da manhã
1159 não é deliberativo, portanto não cabe recomendação mais nós temos que trazer isso para comissão
1160 e o Conselho já se manifestou publicamente com relação a questão da Conferência. Então nas
1161 comissões a gente trás em outro momento aí a gente toma as providências, notas, o que for, notas
1162 técnicas, a respeito das Conferências. Então eu só agradeço mesmo Halim muito obrigado, pela
1163 explanação por trazer seu conhecimento, agradeço a Secretária pela paciência da senhora trazer a
1164 expertise da apresentação e histórico para dentro desse Conselho, agradeço a todos conselheiros
1165 pelo debate respeitoso que tivemos e acho que a gente agora nós temos que almoçar para a gente
1166 voltar para o pleno a tarde. Agradeço a todos que tenham um bom retorno e que a gente consiga
1167 avançar no SUAS, e aí eu peço ao Secretário igual o senhor disse que sai agradecido, que houve
1168 as vozes então leve esse peso esse fala das Conferências e reavalie essa fala do senhor, por favor,
1169 peço que gentilmente, que o senhor faça isso, que reavalie isso, que pra gente é isso que mais
1170 constrói o sistema. Rodrigo: Nós temos uma questão que a conselheira Cristiane havia solicitado,
1171 manifestado a questão da PCH, pra ser primeiro ponto ao retornamos, e estamos de acordo se eu
1172 falei isso pela manhã mas já tinha sido acordado na mesa diretora também isso. Então já vamos
1173 direto para apresentação do relatório das PCH pra ser apreciada depois vamos para as comissões,

1174 apresentação das PCH para serem apreciadas Boa Vista 2, Varginha, Lamins, conselheira Silvana
1175 e conselheira Cristiane, da CGH Santana do deserto. Cris: Obrigada eu, boa tarde conselheiros, é
1176 então eu pedi que fosse invertida a pauta, agradeço a todos por ter atendido a inversão da pauta, é
1177 porque em virtude das minhas férias mesmo, e a entidade a qual eu represento deu autorização
1178 para eu estar aqui somente apresentando essa relatoria, em virtude de estar em contrato suspenso
1179 ou de férias. Então, trata-se do Plano de Assistência Social - PAS da CGH Santana do Deserto. Isto
1180 é um empreendimento que fica na cidade de Santana do Deserto, então nós recebemos aqui esse
1181 processo que foi aberto em 2015. A Rosa tá projetando ali, mas eu não sei porque, que eu sou
1182 muito prolixa eu fiz um negócio, um negócio tão pequeno eu fiz em 4, folhas, e aí eu vou só falar
1183 mais ou menos resumidamente, a Rosa vai projetando ali e aí as dúvidas eu vou fazer um relato
1184 mesmo pra não ficar uma leitura depois do almoço aí, Então é a justificativa mesmo dessa relatoria,
1185 em virtude do cumprimento da lei, da resolução do CEAS que fala sobre o processo de análise do
1186 procedimento relativo ao plano de assistência social então na verdade isso aqui não é a aprovação
1187 do plano de assistência social mas é da execução dele. Então a justificativa é porque a resolução
1188 318/2010 que dispõe sobre os procedimentos de análise dos planos de assistência social, o que eu
1189 fui fazer não foi avaliar o plano mas para avaliar mesmo os procedimentos todos que foram
1190 conduzidos mesmo se foram realizados as atividades do que estava proposto no plano que foi
1191 aprovado aqui, então o que é importante ter sido avaliado lá eram os 3 projetos obrigatórios para
1192 qualquer plano de assistência social que é a comunicação que fala de divulgar, de conversar com a
1193 comunidade, com a população dos atingidos a respeito do empreendimento e de todas as questões
1194 relacionadas com os procedimentos, informações, enfim, divulgação, comunicação, e aí o outro
1195 projeto com relação a negociação das terras e benfeitoria, O outro projeto dos atingidos eles
1196 precisam passar pelo processo de negociação e benfeitoria nos seus espaços, nas suas terras e
1197 instalação do posto de atendimento social esse é um outro projeto também que nós fomos lá
1198 acompanhar a execução dele. Foi apresentado aqui em dezembro de 2015, na ocasião foi em
1199 março o processo chegou em 2015 aliás e aí teve uma reunião com o Conselho Municipal de
1200 Assistência Social a técnica executiva representante é a Rosalice, e teve a entrevista in loco até
1201 com o único atingido que era o seu Miguel Arcanjo e na verdade no PAS Barragem conta o Sr. Luiz
1202 César porém na questão o Sr. Luiz César foi uma discussão que nós fizemos lá agora no meu
1203 retorno que de atingido ele tem só as vistas porque a barragem não tá na propriedade dele, é
1204 próximo e aí ele foi colocado à barragem como atingido mas ele não tem alguma questão direta
1205 relacionada a ele, ele teve as vistas mesmo no sentido de olhar para cachoeira agora e ver uma
1206 barragem mas não é no sentido de, de ter mesmo como o Sr. Miguel Arcanjo que teve mesmo parte
1207 da propriedade envolvida no empreendimento. Durante a visita em 2015 foi tudo muito rápido
1208 porque na verdade como a barragem ela é muito pequena inclusive a Rosa tem algumas fotos ali
1209 que a gente pode apreciar ao final, foi uma visita rápida mas foi possível estar no local e ver mesmo
1210 todo espaço onde seria feita a barragem, que não é uma barragem pois não tem represa, ela já
1211 pega a queda da água então não tem alagamento porém 2 hectares, 2700 metros, 2 mil e
1212 setecentos metros da propriedade do Sr. Miguel Arcanjo foi negociado com ele na época e esteve
1213 de acordo e até destacou que lá naquele local uma parte tinha até um lixão e isso seria removido e
1214 ele tava achando positivo isso, e conversando mesmo com os demais envolvidos, a secretária na
1215 época de assistência social, pessoal da saúde, do CRAS, e a proposta do plano era que tivessem
1216 alguns cursos que foram realizados e isso foi visto pela população de maneira muito positiva.
1217 Então nós retornamos agora no dia 19 de abril sendo até muito tranquila a reunião porque todos já
1218 estavam esperando, então nós sentamos, conversamos e algumas perguntas foram colocadas com
1219 relação ao processo como um todo e a execução dele. Na reunião estavam presentes a Juliana
1220 que é Assistente Social, a Maria Cristina da pastoral da Igreja Católica, Wander Lopes da
1221 Secretaria da Saúde, Juliana Mara do CRAS, Maria do Carmo que é Assistente Social do Posto de
1222 Atendimento Social, Paulo César que era o representante na época, Ângela Maria que é Secretária
1223 Municipal, a Rosalice que é a Secretária Executiva e eu. Nessa reunião eu fiz algumas perguntas
1224 dentre elas foi com relação ao Luiz César embora ele não era, ele não foi atingido diretamente,

1225 inclusive o Sr. Luiz César ele não quis nem conversar na ocasião que a Secretaria Executiva esteve
1226 lá, porque ele não se sentia atingido. Foram retomadas as questões da execução que estava
1227 prevista, se realmente foi feita mesmo a parte da comunicação com as lideranças, tiveram reunião,
1228 audiência pública aconteceu, conforme previsto mesmo na nossa resolução, teve uma negociação
1229 entre a Prefeitura Municipal para melhoria de estradas onde Sr. Miguel Arcanjo mora sendo feito
1230 melhorias nas estradas, divulgação das vagas que eram 30 pra construção da barragem sendo
1231 priorizados os curriculuns e as pessoas moradoras da região e o CRAS participou desse processo.
1232 Alguns realmente não tinham condições de ser contratados por lá mas foram contratados por outra
1233 cidade, teve ampliação do exercício do fortalecimento da cidadania e da autoestima e da prática
1234 democrática por meio de algumas atividades que foram realizadas em parceria com a Emater, o
1235 Senac e fizeram alguns cursos que eram da demanda lá do público mesmo. Então tiveram cursos
1236 na área de produção artesanal, de alimentos, tiveram 12 participantes, cursos de artesanato de
1237 fibras naturais, 12 participantes, curso de mecanização agrícola com 32 participantes, cursos de
1238 pasteurização do leite e na fabricação de laticínios e afins 15 participantes, curso de roçadeira com
1239 novos participantes, então o Conselho Municipal achou que foi muito interessante inclusive algumas
1240 pessoas que estavam já que estão desempregadas, estavam comercializando alguns produtos a
1241 partir dos conhecimentos que tiveram dessas formações, então achou-se muito importante que
1242 fomentou realmente a questão de geração de renda na cidade, tiveram palestras e orientações de
1243 projetos em parcerias com o CRAS. Isso foi bem interessante porque foram 3 comunidades
1244 envolvidas, a cidade na verdade é uma fazenda muito pequenininha, muito tranquila. São 3
1245 comunidades com 50 pessoas cada grupo e o resultado dessas atividades foi a criação do grupo de
1246 adolescentes, que funciona hoje no CRAS então isso foi positivo para o fortalecimento de vínculo
1247 comunitário lá na região. Então isso foi o que estava previsto no plano e a gente identificou que foi
1248 executada e a conselheira reforçou enfaticamente que a parceria com posto de assistência social
1249 foi muito interessante, foi muito importante e aí depois eu fui ao posto de atendimento ver se
1250 realmente ele existia, ele existe, ele funciona atrás do CRAS então foi uma casa alugada atrás do
1251 CRAS, muito perto. Foram realizadas algumas questões sendo que a secretária ficou sem entender
1252 porque a gente estava voltando. A gente explicou que viemos só pra ter convicção realmente que o
1253 empreendedor cumpriu com aquilo que estava previsto no plano. Fomos para a casa do Sr. Miguel
1254 Arcanjo que foi o único atingido pra eu conversar e pra subsidiar o que a Rosa já tinha conversado
1255 com ele, porém, no caminho nós encontramos a esposa do José Miguel a Sra. Cleusa, e, por fim
1256 ela nos disse que o Sr. José Miguel estava na Unidade Básica de Saúde com pressão alta, bem
1257 alta, e que estava em acompanhamento, então eu achei prudente não conversar com ele no leito,
1258 isso não faria o menor sentido, se fosse necessário a gente teria que voltar lá novamente, mas
1259 conversei com ela mesma, porque uma vez que ela é moradora também a gente tem aqui o José
1260 Miguel como proprietário mas ela também é proprietária a gente acabou se referenciando. A gente
1261 tem esse cuidado de legitimá-la enquanto proprietária e atingida também, então conversei com a
1262 Dona Cleusa e ela colocou que realmente foi cumprido todos os acordos, a negociação da terra foi
1263 tranquila e eles ficaram satisfeitos com tudo que tinha sido feito. Que a única questão mesmo é
1264 que o empreendedor - acho importante que o representante que estava ali, pudesse ficar registrado
1265 em ata, que o empreendedor disse que assim que se comprometeu dentro do acordo que foi feito,
1266 que assim que a CGH começasse a funcionar o filho dela seria contratado, então foi a única coisa
1267 que ela disse que aguarda então a gente entende que após a aprovação da documentação a
1268 empresa, o funcionamento começando isso deveria ser observado pelo empreendedor. Eu,
1269 conversei com ela e depois a gente se dirigiu ao local e realmente constatei que a barragem é
1270 pequena, não teve inundação, sendo cumprido o que estava proposto de não ter outros atingidos,
1271 inclusive uma pergunta que era importante, que eu fiz pra ela que tinha sido dito dentro do processo
1272 que o Sr. Miguel Arcanjo, que ele fazia pesca no local, mas o local onde foi feito a barragem não
1273 era onde as pessoas utilizavam pois era onde tinha queda d'água, então essa pesca estava
1274 preservada. Então meu Parecer é que se fizesse um exposto cumprido os requisitos legais da
1275 resolução 491/2004 do Conselho Municipal submetendo-o as informações apresentadas nesta

1276 contextualização como existe um parecer favorável a aprovação do relatório final do plano de
1277 assistência social da Central Geradora Hidrelétrica de Santana do Deserto I. Então eu coloco o
1278 parecer favorável à aprovação do plano a partir mesmo do que foi visto lá. Estou aberta a
1279 perguntas. Por favor, as fotos só pra vocês terem mais ou menos uma ideia do quanto a barragem
1280 é pequena, está ali. A cachoeira, já aproveita bem o pé dela, então não teve inundação. A casa do
1281 Sr. Miguel é subindo esse barranco alí tem uma rua e aí a casa dele tá mais ou menos a uns
1282 duzentos metros dessa queda, o que se perdeu mesmo lá assim no ponto de vista social foi um
1283 espaço de lazer de cachoeira, mis a barragem ela é bem pequena e não teve muitos atingidos
1284 assim. Rodrigo: Eu queria pedir pra Rosa também, explicar um pouquinho Rosa como se dá essa
1285 tramitação aqui dentro do CEAS porque agora a gente vai votar parecer, então que falasse um
1286 pouquinho essa questão da barragem Rosa: Boa tarde, Rosa, técnica executiva do CEAS. O pós
1287 barragem dessa CGH ela foi protocolada aqui no CEAS, houve como relator o Rodrigo, foi avaliado
1288 o PAS sem nenhum adendo, nenhuma complementação porque ele já tinha apresentado o plano de
1289 assistência social com aquelas ações que a Cristiane já falou que é de comunicação, a ação de
1290 negociação e ação de implantação do posto de atendimento social e esse posto de atendimento
1291 social eu queria que vocês observassem que é uma CGH, o (melhor) menor empreendimento,
1292 gostaria que registrasse isso, porque a gente vai voltar nisso em outro quadro de comissão de
1293 normas, é uma CGH com menor empreendimento que tem na área de barragem ela gera de 1 a 5
1294 Megalotes de energia, geralmente não tem barramento, ou seja, não tem lago, não tem represa
1295 então o impacto dela na área social é pequeno, porém, mesmo com esse impacto ambiental que
1296 eles alegam ser muito pequeno, pode trazer transtorno para a sociedade, pode trazer transtorno
1297 pra área ao entorno, pode trazer transtorno para aqueles que sofrem negociação geralmente é
1298 uma, ou duas, ou três até quatro propriedades. Geralmente eles negociam só margem do rio como
1299 aconteceu com o seu Miguel, que vendeu, negociou 0,27 hectares que dá 2.700 metros, então é
1300 uma área que ele não usava na realidade, então pra ele foi tranquilo que ele ia até investir em
1301 sementes e isso já na época da avaliação do plano de assistência social ele já tinha alegado
1302 porque aquilo ali ele até teve negociação como ele vende sementes o empreendedor que é um
1303 ponto que a gente observa também na avaliação dos relatórios e do PAS é o que o empreendedor
1304 também utiliza do comércio local em relação, é material de construção porque isso fomenta o
1305 comércio, a economia dos municípios, esse município que a Cristiane foi ele não tem 4000
1306 habitantes então é um local muito pequeno então ele comprou sementes para reflorestamento da
1307 margem do rio do próprio Sr. Miguel, e contratou mão de obra da região que são pessoas que
1308 foram capacitadas pra isso. Tem até pessoas que já estão sendo contratadas para outra coisa. Ele
1309 leva esse progresso, na área social há essas capacitações, há um aprimoramento das relações, há
1310 parcerias entre o, gestor municipal com ele, porque não tem uma ação direta com o atingido, no
1311 caso dele era um investidor e enfim, não tem um trabalho direto, porém o posto de atendimento
1312 social tem que fazer um trabalho em parceria com, a comunidade local, que foi o caso que eles
1313 trabalharam com os adolescentes da região que até fortaleceu o grupo de adolescentes, o grupo
1314 de convivência de adolescentes, fez outras parcerias com a Secretaria Municipal de Assistência
1315 Social então isso aí é um aspecto importante que a gente observa também nesses
1316 empreendimentos, que processo é esse, aí teve o plano de assistência social que foi aprovado
1317 pelo CEAS eles apresentaram 2 relatórios semestrais que foi o deliberado na resolução do CEAS
1318 de 6 em 6 meses eles tinham que apresentar, eles apresentaram e iniciou a obra, apresentaram o
1319 início do posto de atendimento social que é depois da obtenção do alvará da Prefeitura de início de
1320 obra, iniciou o posto de atendimento social, foi protocolando aqui no CEAS e no Conselho
1321 Municipal que tem isso também, a gente observa, qualquer ação que a gente faz no município de
1322 visita a gente convida o Conselho Municipal pra uma reunião, a gente reúne com ele e as visitas
1323 são acompanhadas com a equipe do Conselho Municipal pra que eles conheçam também essa
1324 realidade, e eles são os que fazem o controle social local, então eles fazem todos os documentos
1325 que o empreendedor protocola aqui no CEAS e protocola uma cópia no Conselho Municipal e isso
1326 a gente monitora por meio de e-mails, pede parecer ao Conselho Municipal e o Conselho Municipal

1327 teve reuniões, o empreendedor também fazia reuniões, empreendedor não o posto de atendimento
1328 social é que faz reuniões com o Conselho Municipal para informar, para relatar quais as etapas que
1329 estão os empreendimentos e as negociações e as ações. Rodrigo: E aí agora a Cris traz um
1330 parecer pra gente, que ela já colocou em discussão, então se alguém tiver alguma pergunta,
1331 querem entender, como é que funciona, qualquer coisa, estamos aí, nenhuma discussão, então
1332 estamos aptos a votar? Então o parecer da comissão é pela aprovação, então os conselheiros que
1333 aprovam o relatório de fiscalização da barragem? O voto é nominal? O voto é nominal, então
1334 vamos lá, então Cristiane, eu aprovo. Arlete, eu aprovo. Gilberto do Cogemas, aprovado. Débora –
1335 Sedese pela aprovação. Isac eu voto pela aprovação. Felipe–CMAS aprovado. Juanita-Federação
1336 das Apae's – co-relatora. Luanda - Fetsuas aprovado. Soyla-CMAS de Paracatu aprovado. Tem
1337 que falar pertinho. Silvana-Educação, aprovado. Marta-Secretaria de Saúde – Coordenação de
1338 Saúde Mental, aprovado. Maria do Carmo-CMAS Leopoldina, aprovado. Ana Cristina - Fazenda,
1339 aprovado. Gabriela - Seplag, aprovo. Camila - Seapa, aprovo. César - Sedese, aprovado. Cecília-
1340 Associação Quilombola Porto Pontal, aprovado. Abstenções: João-CMAS Pirapora, me abstenho.
1341 Rodrigo: Ok. Então relatório aprovado. Cristiane:: O gente, considerando as considerações, eu vou
1342 me considerar de férias agora novamente, e vou então chamar pra pegar aí a condição de
1343 titularidade a minha suplente, ela está ali, que ela seja bem vinda viu, você tá bem vinda a essa
1344 mesa, a essa casa e essa vida de conselheira, você já tá vendo como é que é. Tchau gente,
1345 obrigada viu. Beijos. Silvana: primeiro eu gostaria de até agradecer o Conselho a experiência de
1346 passar por essa relatoria foi um aprendizado muito grande, agradecer o pessoal do posto de
1347 assistência social que nos recebeu na visita e que passou todas as informações. Eu vou tentar ler o
1348 relatório ele tá um pouquinho grande mas tem muita foto. Conselheira relatora Silvana Célia de
1349 Castro. Nome do Empreendimento PCH Boa vista II, nome do Empreendedor: CPFL Energia
1350 Renováveis, responsável pela elaboração do PAS também CPFL energia renováveis, municípios
1351 envolvidos, Varginha e Elói Mendes, tipo de processo, comprovação de implementação do PAS
1352 Barragem, data do recebimento dia 23 de março de 2018, data da entrega: hoje. Solicitação de
1353 diligência sim. Cumprindo as funções de reladoras do processo supra citado e embasado pelo
1354 direito a diligência para complementação de informações relativas a mesma conforme disposto na
1355 resolução do CEAS nº318/2010 que dispõe sobre o processo de análise de procedimento relativos
1356 aos planos de assistência social para as populações de áreas inundadas por reservatórios PAS
1357 barragens cumprindo ainda os prazos regimentais estabelecidos para tal realizei visita a área
1358 atingida pelo PCH Boa Vista II nos dias 16 e 17 de abril de 2018 a diligência teve o objetivo de
1359 verificar in loco a situação das famílias atingidas e o processo de negociação sendo acompanhado
1360 pela técnica Rosalice Tassar do CEAS. Contexto relatório final do PAS Barragem: O plano de
1361 assistência social do PCG Boa vista II foi protocolado no CEAS em novembro de 2015 pelo
1362 empreendedor do CPFL energia renovada e foi aprovado pelo CEAS por meio da resolução 557 de
1363 2015 de 18-04-2016. Foram protocolados 2 relatórios semestrais de execução do PAS Barragem
1364 referente a consolidação das atividades realizadas pelo Posto de Atendimento Social com cópia
1365 para o CMAS de Varginha e Elói Mendes e o relatório final em 19-09-2017 que foram analisados
1366 pela técnica Rosalice e por mim conselheira relatora. Foram agendadas visitas in loco no período
1367 de 16 a 08 de novembro de 2017 pela técnica do CEAS e nos dia 16 e 17 de abril de 2018 por mim
1368 acompanhada pela técnica. Somadas todas as informações contidas no processo PCH Boa Vista
1369 II, relatórios, documentação, ata e com entrevista e reuniões realizadas, na visita in loco várias
1370 informações foram obtidas por mim que passo a relatar. O Posto de Atendimento Social do PAS da
1371 PCH Boa Vista II foi implantado na comunidade da Cachoeira no município de Varginha em 17 de
1372 janeiro de 2017 sendo o alvará de funcionamento emitido em 21 de janeiro de 2017 as obras da
1373 PCH Boa Vista foi iniciada em fevereiro de 2017 com inauguração do posto de atendimento social
1374 em 17 de janeiro de 2007 foi constituída uma equipe de atendimento composta por profissionais
1375 multidisciplinares. Durante todo o atendimento o posto de atendimento social implementou e
1376 acompanhou os seguintes projetos: o Primeiro é o programa de instalação do Posto de
1377 Atendimento Social (né) a equipe de atendimento foi composta pelos profissionais, (é) Estevão,

1378 psicólogo e a Assistente Social, Talita. A equipe do posto de atendimento social foi um elo
1379 interlocutor entre a população e o empreendimento dando apoio aos atingidos da população em
1380 torno durante todo processo de implantação do PAS Barragem. Programa de negociação: Em
1381 análise aos relatórios semestrais e final das atividades do PAS Barragem apresentados ao CEAS
1382 observou-se informações 71 processos de negociação de propriedades parciais ou totais em duas
1383 dessas propriedades houveram negociações também com 21 inquilinos porém apenas 4 deles
1384 foram contemplados pelo estudo de caso, temos portanto pelo universo social de negociações de
1385 75 processos com as seguintes situações atuais: negociações finalizadas, 67, pendentes, 5 essas
1386 que estão pendentes, são co-empresas como Copasa, prefeitura, clube campestre, não é o nosso
1387 público, não serão mais atingidos 2, iniciada e cancelada por que não é mais atingido, 1. Todos os
1388 proprietários fizeram a mesma opção a de indenização de lotes, e benfeitorias em dinheiro que
1389 foram utilizadas para comprar outras área e construir novas casas. A maioria foi construída no
1390 chacramento estrela no município de Varginha na mesma área que já residiam. A importância de
1391 ver as fotos gente, porque o que aconteceu com essas pessoas que foram atingidas, na verdade
1392 elas tinham o alpendre delas no rio e elas pescavam no rio, então, tinha toda essa vantagem de ter
1393 um rio passando na porta da sua sala e aí eles mudaram para 1 quarteirão acima, eles receberam
1394 recursos e construíram casas no quarteirão acima. Casas que nós tivemos o privilégio de entrar,
1395 casas enormes, todas muito grande, na verdade a minha casa quase cabe na sala deles, acho que
1396 pela questão do espaço eles construíram casas muito boas mesmo, com o dinheiro que receberam.
1397 Houve, também, o caso particular dos 2 irmãos que habitavam na ilha do curso do rio verde, com
1398 os quais o empreendimento firmou um termo de cessão de bem imóvel. Foram construídas duas
1399 habitações que foram cedidas a cada um dos irmãos, conforme fotos abaixo do antes e depois.
1400 Acho importante ver isso porque esses dois irmãos moravam isolados nesta ilha, nesta casa que
1401 eles foram construindo, essa casa aí e o empreendimento construiu já junto com os outros
1402 habitantes na rua de cima essas duas casas aí para eles, é importante falar, eles moravam numa
1403 casa só, e, com a construção dessas duas casas, eles passaram a ter privacidade. O André, um
1404 dos irmãos, falou que “eu posso agora trazer minha namorada aqui dentro de casa” porque não
1405 mora mais com o irmão, o irmão mora ao lado. Nós estamos trabalhando para o público feliz. Pode
1406 até não ser criança, mas todos nós sejamos felizes. O outro, outras fotos, o Ary foi o que morava lá
1407 na beirada, que tinha o alpendre dele, recebeu uma indenização e construiu essa casa lá em cima,
1408 uma casona, essa outra aí também, essa varanda agora ele tem essa varanda dele para o rio
1409 ainda, um pouquinho mais distante, uns 50 metros do rio, essa varanda azul lá em baixo. Grande,
1410 as casas são enormes. Esse outro aí é seu Adão, né Rosa, ele morava nessa casinha aí do lado,
1411 uma pessoa inclusive muito comprometida, ele tinha uma agenda, ele escrevia na parede da casa
1412 dele, ele anotava nome dos telefones, tudo na parede, agora o empreendimento ficou preocupado,
1413 fez aquele quadro branco para que ele possa anotar sua agenda e tudo e não ter que escrever
1414 mais na parede. Essa aí é a nova casinha dele. E aí é muito perto da obra, ele mora sozinho, então
1415 o empreendimento perguntou se o barulho da obra não estava atrapalhando, ele falou “não deixa aí
1416 pois ajuda a passar meu tempo, eu fico aqui na janela olhando o pessoal trabalhar, o barulho não
1417 estava incomodando”. O próximo programa, programa de comunicação social, objetivo estabelecer
1418 o canal de comunicação e de organização entre o empreendimento, atingidos, poder público e
1419 conselhos municipais de Varginha e Elói Mendes, facilitando o diálogo permanente entre todos
1420 envolvidos durante o processo do PAS Barragem Boa Vista II. Nesse programa, foram criados
1421 informativos mensais que divulgaram para a população todos assuntos do empreendimento e do
1422 posto da comunidade, outro evento também dentro desse programa é o café no PAS, encontros
1423 que aconteciam no posto de atendimento social com as equipe relatada aos atingidos da situação
1424 da construção e todos tiravam dúvidas do processo. Também, teriam momento de interação entre
1425 os envolvidos na implantação desse procedimento. Programa de mobilização e desmobilização da
1426 mão de obra, no PAS barragem constou a provisão da contratação no pico da obra de 325
1427 trabalhadores, sendo priorizada a contratação da mão de obra local para as funções não
1428 especializadas, durante reunião com a CMAS de Varginha e Elói Mendes, os integrantes dos

1429 Conselhos Municipais avaliaram a contratação como positiva, visto que foram empregados totais
1430 651 colaboradores, sendo 419 de Varginha e 2 de Elói Mendes. Para contratação houve parceria
1431 entre o Posto de Atendimento Social, os CRASS de Elói Mendes e Varginha, priorizando aquelas
1432 pessoas em situação de vulnerabilidade social. Também, contrataram pessoas referenciadas pelo
1433 CENTRO POP e CREAS. No dia 17 de abril, durante a visita in loco entrevistei o Sr. Paulo que foi
1434 encaminhado pelo CENTRO POP para trabalhar no empreendimento, ele deu o seguinte
1435 depoimento: “Eu morava na rua com minha família aí vim trabalhar na obra, fiz vários cursos e
1436 minha esposa também, trabalhei na obra, agora saí, fiz o meu acerto e já estou com novos planos
1437 que já olhei com seu Vitor. Temos trabalho o ano inteiro.” A gente percebe uma população mais
1438 empoderada, mais organizada com melhores perspectivas mesmo, isso a gente viu principalmente
1439 depois do depoimento do Sr. Paulo e da esposa dele, animados e felizes com a vida. Sobre a
1440 desmobilização da mão de obra, foram oferecidos cursos de capacitação para os trabalhadores,
1441 foram realizados cursos de pedreiro, de alvenaria, armador de ferragens, curso de padaria
1442 artesanal com parceria com o Serviço de Aprendizado Industrial – Senai e Serviço Nacional de
1443 Aprendizagem Rural – Senar, ainda, foram desenvolvidos ações de fomento ao turismo como existe
1444 no programa de arqueologia. Na demissão o trabalhador recebe também uma cartilha de orientação
1445 de como fazer e onde distribuir currículo, além de procurar emprego a partir de experiência
1446 adquirida na obra. Durante a visita in loco nos dias 16 e 17 de abril de 2018, participamos de várias
1447 atividades, no dia 16, assim que chegamos em Varginha, participamos de uma reunião na sala do
1448 Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Varginha, participaram dessa reunião os
1449 presidentes do CMAS de Varginha e Elói Mendes, o Sr. Rodrigo Silva, supervisor dos Programas
1450 Sociais de Assistente Social e Sra. Talita, Assistente Social do Posto de Atendimento Social
1451 conforme ata da reunião. Vale destacar os depoimentos positivos de todos presentes, com relação
1452 ao empreendimento PCH Boa Vista II, de que todos atingidos estavam satisfeitos com as
1453 negociações e as novas moradias. Ademais, narraram que inicialmente havia descrença quanto a
1454 real implementação da PCH Boa Vista II, contudo, hoje, não só reconhecem a realização do
1455 empreendimento como, também, constatam que trouxe melhorias na vida da população. Outras
1456 atividades desenvolvidas foi a condução de entrevista com os moradores, com a mais novas
1457 residências, todos mostraram satisfeitos com o processo de negociação e as novas moradias.
1458 Quando questionamos sobre esse processo de negociação informaram que houve
1459 acompanhamento da equipe do posto de atendimento social o que deixou todos mais seguros,
1460 ressaltaram que o processo foi tranquilo não restando nenhuma pendência. Relataram, ainda, que
1461 participaram da audiência pública que ocorreu na escola Santa Terezinha e das reuniões chamadas
1462 café no PAS. Ainda, durante a visita, participamos da reunião com a equipe do posto onde o Sr.
1463 Estevão, coordenador da equipe, que apresentou o desenvolvimento dos programas e as ações do
1464 PAS explicadas acima. Outro ponto relevante observado durante a visita foi a forma como a equipe
1465 de profissional do posto interagiu com a comunidade, voltando as ações de empreendimento para a
1466 valorização dessa. Cita-se, como exemplo, a prioridade da contratação da mão de obra local para a
1467 implantação da PCH Boa Vista II. A população atingida foi informada dos seus direitos e, também,
1468 informada sobre serviços públicos traz a unidade básica de saúde de benefício e dos benefícios a
1469 que tinham direitos enquanto cidadãos. Além de informados, o posto fazia articulação com os
1470 órgãos públicos, encaminhava a população para atendimento, no caso dos irmãos que obteve o
1471 termo de cessão de imóvel para habitação. Raildo vem sendo acompanhado pelo posto de
1472 atendimento e quando a desmobilização do PAS, será encaminhado para o serviço público. A gente
1473 vê que essa equipe do posto ultrapassou o que eles tinham que fazer, fizeram mais ainda, acho
1474 que esse acompanhamento que eles dão para os atingidos, eu vi que no caso do Raildo,
1475 dependente químico, ele está sendo acompanhado e agora vai ser repassado, vai ser feita a
1476 transição para o serviço público, a unidade básica, o CRAS, mas ele foi acolhido além dessa
1477 questão da moradia, essa outra demanda dele. Então, acho que isso é importante estar
1478 ressaltando. Parecer: Como visto a PCFL Renováveis implementou o proposto no plano de
1479 assistência social da PCH Boa Vista II, cumprindo com o disposto da resolução do CEAS nº 498 de

1480 2014 de 18/11/2014, assim indico aos conselheiros que aprovem a implementação do PAS Boa
1481 Vista II. Sobre a permanência do posto de atendimento social, após a comprovação da
1482 implementação das ações do PAS pelo CEAS, recomenda-se que o atendimento continue por mais
1483 6 meses, após a obtenção da licença de operação. Essa continuidade visa monitorar os possíveis
1484 impactos após o início da geração de energia e acompanhar os funcionários que foram demitidos,
1485 logo após encerrada a obra. A recomendação de continuidade no atendimento pelo período
1486 exposto busca, ainda, realizar os encaminhamentos necessários da população atendida para os
1487 serviços públicos de forma a garantir a atenção adequada. É isso gente, eu acho que eu preferi ler
1488 porque acho que o relatório está bastante explicativo, recomendo a aprovação porque o que a
1489 gente viu lá foi uma população que foi atingida satisfeita, empoderada, eu acho que assim de
1490 alguma forma mais estruturada para dar continuidade a uma vida mais feliz. Estamos aberto, nós
1491 estamos aqui com o Sr. Estevão e a Sra. Talita da equipe do posto, então, se vocês quiserem se
1492 pronunciar... se os conselheiros quiserem fazer alguma pergunta... (Rodrigo): Querem falar alguma
1493 coisa? Não? Conselheiros? (Silvana) Tá aberto. (Rodrigo): Márcio. (Márcio Caldeira) ASSPROM:
1494 Eu tenho uma pergunta a fazer, acho que é bem pontual, só para esclarecimento e depois uma
1495 consideração que eu quero falar sobre esse processo também. Uma é, foi apresentada ali que
1496 parece que tinha atingidos e depois não tinha mais um atingido... Eu quero saber como foi essa
1497 transição de que inicialmente ele foi considerado e depois não considerado. (Silvana): Ele não
1498 estava, ele não estava mais na área atingida, a área não foi considerada atingida mais, não é isso
1499 Rosa? (Rodrigo): Não foi considerada por quem, como é esse processo Rosa, de desconsiderar
1500 uma área atingida? Você desculpa te interromper. (Rosa) – Técnica do CEAS: Bom, quando há um
1501 empreendimento assim, com vários atingidos, geralmente no processo da construção há alteração
1502 do projeto, novos estudos, a FEAM pede para mudar uma área, uma área de preservação
1503 permanente, enfim, quando do novo estudo desse projeto, esse atingido que no início do processo,
1504 essa propriedade que no início do processo estava na área atingida, quando foi feita nova avaliação
1505 ele saiu da área atingida desse empreendimento. (Márcio Caldeira): É presidente eu quero fazer
1506 uma consideração depois do processo de votação porque o que eu tenho para colocar aqui não é
1507 diretamente ligado a este processo, mas é uma referência que eu quero fazer a ele. (Elerson)
1508 Cáritas: Só pra considerar a pergunta mesmo do Rodrigo, esse estudo é feito por quem, por que
1509 por exemplo, tem empreendimentos que a própria empresa faz o estudo e diz que a pessoa não é
1510 mais atingido, mas aí foi feito por quem? Quem disse essa pessoa que ela não é mais atingida? Ela
1511 concorda com isso? Há um litígio em relação a isso? Porque, por exemplo, só para ilustrar para o
1512 pessoal, a Samarco disse que muita gente não é atingido lá e a justiça está mostrando que são.
1513 (Rosa): Bom, pelo que eu conheço, essa parte da construção civil passa pelo órgão ambiental que
1514 é o Copam e a Supram. Eles determinaram a área da construção, aprovados pelos engenheiros da
1515 Supram. Quando eles virem que alguma área vai ser atingida, que não há necessidade ou que o
1516 curso do rio poderia ser melhor, os próprios técnicos da Supram que falam e o empreendedor vai lá
1517 e faz uma nova reavaliação diante daquela condicionante da Supram. Nós já tivemos casos aqui
1518 que empreendimentos foram cancelados porque a Supram falou, nesse curso do rio não pode ter
1519 essa construção, eles já tinham todos os projetos, eles tiveram que refazer tudo, eram,
1520 suponhamos, 20 atingidos e passou para 10, ou passou para 30, então, quando eles apresentam
1521 esse projeto inicial, a Supram faz todos esses cálculos, os técnicos deles que fazem, agora eles
1522 tem as técnicas, os métodos, os critérios que utilizam lá, agora os representantes do empreendedor
1523 estão aí, acho que eles podem falar desse histórico melhor, talvez, se a mesa diretora achar
1524 melhor. (inaudível...): Supram, o que é Supram? (Rosa): Superintendência de Políticas Ambientais.
1525 (inaudível...) e Copam? (Rosa): Copam. É estadual. Copam, Conselho de Políticas Ambientais.
1526 (Rodrigo): Então, ligar para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. (Rodrigo): É porque, gente, eu
1527 conheço por ser técnico do meio ambiente também, como todos sabem, mais é bom até que os
1528 conselheiros novos e é muitas siglas e siglas diferentes, Supram, Feam, Igam, e aí vai Codema,
1529 que é Conselho de Meio Ambiente, os empreendedores querem falar alguma coisa a respeito
1530 dessa questão? (Empreendedor): Queremos. Pessoal, boa tarde, eu gostaria de cumprimentar aqui

1531 os conselheiros, o presidente Rodrigo e, antes de qualquer coisa, eu gostaria de parabenizar hoje,
1532 a parte da manhã, que realmente foi muito bom, essa questão específica desse proprietário, o que
1533 aconteceu é que no final do remanso, a área de APP, que é a área de preservação permanente,
1534 depois de reavaliado pela Supram, ela diminuiu o reservatório, então essa área deixou de ser APP
1535 e o lago, ele ficou um pouco mais abaixo dessa área, então, ela deixou realmente de ser atingida
1536 porque tinha uma cota de..., hoje a cota é de 800 metros e ela era um pouquinho mais, e pelo fato
1537 da Supram pedir para rever essa questão, desse ponto, dessa cota de 800 metros, lá no finalzinho
1538 do remanso a água não atingiu mais, diminuindo assim a APP, por isso que essa propriedade
1539 deixou de ser atingida. (Rodrigo): Compreendido conselheiros com relação a essa questão?
1540 (Márcio): Compreendido. (Rodrigo): Tá, eu gostaria de fazer uma colocação também, mais para as
1541 próximas, assim, eu também nem sei se comi mosca não, mas vamos lá, é que a gente não pode
1542 esquecer de observar o fortalecimento da assistência social, dessa relação dos usuários,
1543 assistência social nesses empreendimentos, porque esses empreendimentos trazem, quando são
1544 muito grande, por exemplo o caso lá de Candonga, que fica em Rio Doce, que tem um lago muito
1545 grande, uma usina com alta geração e tal, atingiu duas cidade, basicamente Santa Cruz do
1546 Escalvado e Rio Doce, trazem vários trabalhadores de fora, então já têm os impactos sociais, mas
1547 todos os empreendimentos ambientais, mesmo esses pequenininhos, trazem um impacto ambiental
1548 significativo e que a partir dessa movimentação, dessa série de condicionantes que os órgão
1549 colocam para esses empreendimentos, há um potencial gigantesco de trabalho de fortalecimento
1550 da política de assistência local, seja CRAS..., então eu gostaria de pedir para que na próxima vez
1551 trouxesse também, conversasse com as equipes do CRAS para ver se foram envolvidas, o controle
1552 social que a gente sabe que são instâncias muito frágeis nesses municípios, então tentar entender
1553 isso também, potencializando isso. Quer falar Rosa? Por favor. (Rosa): E isso tá na relatoria, e
1554 quando na minha fala também presidente, eu falei que o primeiro passo que a gente faz quando na
1555 avaliação de um relatório do plano de assistência social é convidar o Conselho Municipal mais o
1556 Secretário Municipal, geralmente cidade de município pequeno vocês que são sabem, técnico do
1557 CRAS participa do Conselho, então a gente ou busca informações desse público, há um impacto na
1558 saúde, a gente pergunta aos técnicos da saúde, aumentou o impacto na área da saúde, aumentou
1559 na educação, vieram muitas pessoas de fora com suas famílias por que isso causa um impacto,
1560 assim enorme numa comunidade, numa cidade pequena, onde tem duas ou três escolas públicas,
1561 e traz pessoas aí, a gente avalia isso também dentro do projeto, eu tenho um programa de
1562 monitoramento também, com quais são os critérios de que são monitorados durante o período na
1563 área rural e na área urbana que a gente pede que tenham, porque nem sempre o impacto pode ser
1564 igual nas duas áreas então a gente avalia isso também, o que é impactado na área urbana e o que
1565 e impactado na área rural, e onde a gente pede que o Posto de Atendimento Social, seja num local
1566 de maior acesso à comunidade atingida, que se for a maior área atingida numa área rural que o
1567 posto de atendimento social seja na área rural igual no caso do empreendimento que está sendo
1568 avaliado. Instalaram o posto de atendimento social bem próximo às propriedades que foram
1569 atingidas e dentro da zona rural, tanto que a distância que a gente percorre de Varginha, que é o
1570 município sede, até lá é uma distância larga porque eles fizeram essa preferência de ficar num
1571 lugar mais próximo que as pessoas pudessem ir e vir sem precisar de algum meio de locomoção.
1572 (Rodrigo): Ok. Obrigado Rosa. (Silvana): Completando o que a Rosa está dizendo, a articulação
1573 com serviços públicos foi feito desde o início com a contratação da mão de obra por exemplo nós
1574 tivemos pessoas que foram encaminhadas pelo Centro Pop aquele depoimento que eu li, eles
1575 foram encaminhados pelo CRAS, pelo CREAS, então foi uma articulação feita pelo Posto, desde o
1576 princípio e que será esse prazo recomendado agora no final, inclusive para que essa articulação
1577 continue com o Centro de Saúde para que o Posto possa repassar, fazer a transição do papel que
1578 eles fizeram nesse período lá também, o papel de estar acompanhando e acolhendo essa
1579 população. Então, com a saída deles, favor fazer mais essa transição para os serviços públicos,
1580 unidade básica de saúde, para o serviço de assistência também. (Rodrigo): Ótimo, obrigada,
1581 Silvana. Mais algum conselheiro? Não? Podemos colocar em votação, então? Ok, então vamos lá?

1582 É, Rodrigo -CREAS acompanha o voto da relatoria; Arlete - GRAAL, aprova; pela aprovação
1583 Débora-Sedese; Isac – Quilombolas, eu voto pela aprovação também; Felipe - Campo Belo CMAS,
1584 aprovação; Juanita – Federação das Apae's, com a relatora; Luanda – FetSUAS, pela aprovação;
1585 Soyla - CMAS Paracatu, pela aprovação; Silvana – Relatora, aprovação; Irajá -Comunidades
1586 Indígenas, pela aprovação Magda - Coordenação da Saúde Mental, pela aprovação; Gabriela –
1587 Seplag, pela aprovação; Maria do Carmo – CMAS, aprovado; Eleniudes – Feneis, voto pela
1588 aprovação; Ana Cristina –Fazenda, aprovação; César – Sedese, pela aprovação; Camila – Seapa,
1589 com a relatora; Elerson – Cáritas, abstenção; João - CMAS Pirapora, pela aprovação. (Rodrigo):
1590 Ok, então, PCH Boa Vista aprovada. É vamos então, agradeço aos representantes do
1591 empreendimento pelos esclarecimentos, pela presença, e vamos para comissão de normas, ah,
1592 desculpa, o Márcio havia pedido. (Márcio) – ASSPROM – O que eu queria trazer para vocês
1593 conselheiros, é o quanto é importante a gente ficar atento nos nossos processos de deliberação.
1594 Ontem, nós tivemos uma reunião com a comissão de atingidos de um empreendimento que já foi
1595 aprovado por este Conselho há quase 15 anos. Atingidos que estavam constantes no processo,
1596 depois desapareceram e voltaram, ou seja, quanto é importante a nossa deliberação e o quanto
1597 isso traz de impacto futuro, nós estamos aqui numa gestão que tem tempo, prazo e memória e essa
1598 memória que fica no Conselho é a nossas atas, são os pareceres que estão aqui, então é
1599 importante a gente ter essa clareza do ponto de vista até dos processos que a gente tem, quando a
1600 relatora traz aqui, essas imagens das residências aonde os atingidos foram alocados. Me recordei
1601 aqui de um desses processos, nosso presidente já colocou aqui de Candonga, aonde o Conselho,
1602 lá em dois mil e pouco, havia aprovado o empreendimento lá do reassentamento de Candonga,
1603 aonde na relatoria aqui das atas, apareceu são casas maravilhosas, são casas muito boas, etc, só
1604 que, depois de passado algum tempo, não era desse jeito, as casas não estavam atendendo aos
1605 atingidos, então assim, o quanto é importante a gente ficar atento a nesses processos, a nossa
1606 visão ela é muito clara da nossa concepção, quando você traz um atingido que tenha aquela
1607 residência que foi mostrada e coloca aqueles 2 irmãos e coloca em outra residência, há uma
1608 mudança de paradigma de vida fantástico para eles, eu estou me transportando aqui que esse
1609 processo de Candonga como parâmetro, porque na relatoria do CEAS aqui, passou olha, na casa
1610 que eles estavam assentados agora tem até banheiro, tem até sanitário, coisa que eles não tinham
1611 antes, visto o processo lá de trás, só que é uma mudança de vida para essas populações, uma
1612 mudança onde elas tinham um determinado tipo de sanitário que não era o que ela passou a ter,
1613 não era o mesmo tipo de residência que ela passou a ter, evidentemente ela teria que ter outros
1614 tipos de cuidados para essa nova residência, desinfetante, etc, que ela não tinha na anterior, então
1615 são pequenos detalhes que são tão importantes para gente observar, que fazem parte desses
1616 processos que lá na frente podem trazer alguma consequência para gente. Então eu acho que a
1617 nossa relatoria ela é extremamente importante na observação dessas qualidades que estão sendo
1618 implementadas, o empreendimento sim tem que trazer a qualidade de vida para esses atingidos, a
1619 gente tem que ter a sutileza de tentar perceber aonde tem essa qualidade de vida porque a nossa
1620 relatoria vai permanecer aqui nesse Conselho, a nossa gestão vai passar, outros conselheiros virão
1621 e aí qual o processo que eles vão seguir, os processos que a gente deliberou. Então, eu acho muito
1622 importante a gente ter essa clareza dos nossos processos. Eu queria trazer esse alerta, porque no
1623 ano que vem aqui a foto da casa, me reportou justamente pra gente discutir aqui. É uma casa boa,
1624 tinha até sanitário, não é essa competência do Conselho avaliar se tem sanitário não, mas a
1625 qualidade está sendo preservada. Acho que isso é importante, e a condição que esse atingido vai
1626 viver a partir daquele empreendimento. Acho que esse é o nosso cuidado, por mais que a gente
1627 tente alcançar, a gente pode não conseguir mas a gente tem que tentar buscar esses caminhos e
1628 deixar bem registrado pra que isso fique nos processos do Conselho. Obrigado, Presidente.
1629 (Rodrigo): Obrigado, Márcio. Silvana. (Silvana): É, conselheiro Márcio, concordo sim, tudo que você
1630 disse e quando eu me propus a fazer, propus não fui sorteada né, falei que nunca ganhei nada e
1631 que eu fui sorteada em primeiro lugar e ganhei essa relatoria, e para mim foi um ganho mesmo,
1632 porque, a partir do momento que eu fui sorteada, eu comecei me preparar para isso, porque a

1633 gente já tinha aprovado vários planos aqui, mas você vivenciar e fazer a relatoria é outra coisa. Eu
1634 realmente estava imbuída dessa responsabilidade, de fazer essa relatoria com essa seriedade que
1635 você trouxe aí e essas questões, dessa qualidade de vida, que você traz, mudou de casa com esse
1636 exemplo que você citou e esse exemplo que a gente pode ver muito bem como o posto tratou essa
1637 questão. Um desses irmãos que foi para essa casa, ele realmente, no dia que eu fui lá, ele estava
1638 inquieto esperando a encomenda dele, sabe ele é dependente químico e estava completamente
1639 inquieto, mas esse acolhimento está sendo dado pelo posto de atendimento social foi quando eu
1640 disse que acho que eles foram além do que é necessário, esse acolhimento ao Raildo está sendo
1641 dado a ele, esses 6 meses que a gente recomenda é para que eles não sejam deixados nesse
1642 novo ambiente, nessa nova casa, nesse novo mundo, porque realmente é um novo mundo para
1643 eles. Esses irmãos agora vivem ilhados, literalmente ilhados, não tinham processo de socialização
1644 com a comunidade, então agora todo esse processo tá sendo acompanhado também pelo posto,
1645 então quando eu recomendo a aprovação eu recomendo com muita responsabilidade. Obrigada.
1646 (Rodrigo): Ok, mais algum conselheiro quer falar alguma coisa? Não? Então, vamos para a
1647 comissão de normas. Helder – CMAS Pedro Leopoldo: Nós temos um ponto em comum com a
1648 comissão de orçamento e financiamento, mas vamos deixar que eles coloquem as considerações
1649 técnicas e façam as sugestões e encaminhamentos que nós discutimos ontem. O segundo e único
1650 ponto a gente até pediu para que pudesse ser agora porque está exatamente falando sobre a
1651 questão de empreendimento. Durante a visita técnica ao empreendimento CGH Areão instalado no
1652 rio Glória, no município de São Francisco do Glória, no dia 08 a 11 de maio, houve a informação de
1653 moradores do local que teria outro empreendimento no município, no mesmo rio, chamado por eles
1654 CGH Bicuíba, e que já havia iniciado o processo de negociação que o CEAS não tinha
1655 conhecimento. Foi feita uma consulta no Diário Oficial de MG, na página 18 do Diário, na quarta-
1656 feira 06 de abril, que constatou que a Supram da Zona da Mata concedeu licença prévia
1657 concomitante a licença de instalação não só dessa CGH de Bicuíba, mas, também, de outra CGH
1658 que é Alto Bicuíba, instalada no mesmo município e rio. E aí copiamos aqui o que está no Diário
1659 Oficial de MG: O Superintendente Regional do Meio Ambiente do Supram da Zona da Mata torna
1660 público que os requerente abaixo identificados solicitaram: nº 1- Licença prévia concomitante com a
1661 licença de instalação, Bicuíba Energia S/A; CGH Bicuíba, Barragem de Geração de Energia
1662 Hidrelétrica, São Francisco do Glória, nº 32426/2015/001/2016 classe 3, Bicuíba Energia S/A, CGH
1663 Alto Bicuíba, Barragem de Geração de Energia Hidrelétrica São Francisco do Glória, nº
1664 32424/2015/001/2016 classe 3, Alberto Félix Iasmick, Superintendente Regional do Meio Ambiente
1665 da Supram da Zona da Mata. Bom, é o que eu disse, a gente foi para lá visitar a questão do CGH
1666 Areão, descobrimos esses 2 outros empreendimentos que receberam licença de instalação pelo
1667 órgão ambiental, não tem protocolado no CEAS seus planos de assistência, descumprindo assim a
1668 lei de barragem estadual, nº 12.812 de 1998 que regulamenta o parágrafo único do artigo 194 da
1669 Constituição do Estado e dispõe sobre a assistência social às populações das áreas inundadas por
1670 reservatórios e dá outras providências. A lei de barragem determina no artigo 5º que a concessão
1671 de licenciamento ambiental aos empreendimentos públicos ou privados de aproveitamento hídrico,
1672 de que trata essa lei, depende de apresentação de estudos ambientais que incluam plano de
1673 assistência social aprovado pelo CEAS. §1º A licença de instalação, LI, fica concedida aprovação
1674 do plano de assistência social apresentado pelo empreendedor. §2º Que a licença de operação,
1675 LO, fica condicionada a aprovação pelo CEAS da implantação do Plano de Assistência Social,
1676 então nós destacamos que nos artigos da referida lei não é disposto o tamanho do
1677 empreendimento se é CGH, PCG ou UHE, a lei dispõe sobre o aproveitamento econômico de
1678 recursos hídricos podendo ser empreendimentos hidrelétricos de abastecimento e irrigação entre
1679 outros. Diante disso, a comissão propõe a seguinte sugestão de encaminhamento: A partir da
1680 informação acima, sugere-se que o CEAS encaminhe ofício para Secretaria de Estado do Meio
1681 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, SEMAD, Conselho Estadual da Política Ambiental,
1682 COPAM, Superintendente Regional de Regularização Ambiental de Ubá, SUPRAUBA, Ministério
1683 Público, Comarca Carangola, e Coordenadoria de Inclusão e Mobilizações Sociais, CIMOS,

1684 solicitando manifestação a essa situação e ainda que a lei de barragem seja cumprida nesses
1685 empreendimentos seguindo o disposto no artigo 5º. Ainda, considerando o CMAS São Francisco do
1686 Glória como parceiro no controle social da Política de Assistência Social, solicitar ao CMAS que
1687 encaminhe ao CEAS informações que tiveram sobre esses projetos no seu território, e quando o
1688 CEAS receber o retorno dos órgãos citados repassá-los ao próprio CMAS. É isso que são
1689 sugestões de encaminhamento, Rosa se quiser, alguém da comissão se quiser acrescentar mais
1690 alguma coisa. (Rodrigo): Alguém? (Rosa): Só para contextualizar essa situação, porque tem um
1691 ponto que eu solicitei a comissão para acrescentar na nossa pauta, porque eu estive lá semana
1692 passada, em visita a avaliação de um relatório final, e quando eu estava entrevistando os atingidos,
1693 que eram 4 dessa CGH Areão, que já foi negociada, finalizados, eles me perguntaram assim: “Rosa
1694 você veio pela Areão ou Bicuíba?” E esse empreendimento nunca passou pelo CEAS, e já teve um
1695 histórico aqui no CEAS, aí eu fui verificando com (outros) outras pessoas da região que estavam
1696 tendo conhecimento desse empreendimento, quando nós fomos consultar a internet vimos que já
1697 tinha tido até uma licença de instalação e não foi de um empreendimento, mas de dois. Houve já
1698 uma época aqui no CEAS que o órgão ambiental não considerava que CGH havia necessidade de
1699 apresentar plano de assistência social, aí até que nós fizemos um trabalho junto com a Semad que
1700 é a Secretaria de Meio Ambiente informando que a lei da barragem não fala de tamanho de
1701 empreendimento e sim de utilização de recursos hídricos por fins econômicos, então independente
1702 de ser CGH que vai gerar um megawatts, ou uma UHE que vai gerar 30 megawatts, é necessário o
1703 plano de assistência social. Então, quando eles já tem a licença e já estão negociando eu penso
1704 que o Conselho deveria também, como está pedindo aí, informar o Ministério Público, porque essa
1705 Resolução está em vigor, eles já estão trabalhando, estão negociando as propriedades lá. E,
1706 deixando claro, são três empreendimentos no mesmo curso do rio, então se cada empreendimento
1707 atingir 2 ou 3 ou 4 ou outras propriedades nós vamos ter um montante de umas 12 propriedades,
1708 então isso causa um impacto muito grande e isso que o Meio Ambiente tem que entender que não
1709 é tamanho de empreendimento mas o impacto social que aquela construção mesmo pequena pode
1710 ter. Vocês viram que a Cristiane apresentou uma CGH que teve uma propriedade, teve um plano,
1711 teve um trabalho todo de negociação, parcerias com o gestor municipal, teve todo um trabalho sim
1712 de fortalecimento da comunidade em torno do empreendimento sendo que o próprio atingido
1713 mesmo não teve impacto nenhum nele né. Rodrigo: Só reforçando conselheiros então, eu gostaria
1714 de chamar atenção, para a sugestão de encaminhamento que são os ofícios, é Secretaria de Meio
1715 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Conselho de Política Ambiental (Copam),
1716 Superintendência Regional e Regulamentação Ambiental de Ubá Supram Ubá, Ministério Público,
1717 Comarca de Carangola, Coordenadoria (é isso) de Inclusão de Mobilização Social (CIMOS), tem
1718 algum outro encaminhamento a nível de estado que a gente pode encaminhar também? Não? É,
1719 mais alguma coisa comissão, nenhum conselheiro, Ok, podemos votar? Então, os Conselheiros
1720 que aprovam o parecer da comissão, com os encaminhamentos, conselheiros que aprovam? Ok.
1721 Comissão tem mais alguma coisa? Não. Abstenção tem alguma? Contrários? É, Comissão de
1722 Orçamento e Financiamento. Então, boa tarde (Ivone) - Cogemas: Ontem, nós tivemos a presença
1723 de 5 conselheiros na comissão e a ausência do nosso conselheiro João Alves por motivos pessoais
1724 muito justificado. O nosso primeiro ponto de pauta foi em comum com a comissão de normas, e nós
1725 demos continuidade à discussão apresentada pelo Cogemas que é referente a Lei de
1726 Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal é a lei complementar nº101 de 04 de
1727 maio de 2000 que estabelece normas de finanças públicas voltada para responsabilidade na gestão
1728 fiscal e dá outras providências. Segunda reunião conjunta da comissão de normas com a comissão
1729 de orçamento para definir estratégias e orientação aos municípios, pauta solicitada pelo Cogemas a
1730 partir das dificuldades encontradas pelos municípios na implementação da Lei de Responsabilidade
1731 Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal concebida com uma legislação abrangente sobre finanças
1732 públicas, que incide sobre todas as esferas de governo, ratifica o processo de controle de gastos
1733 bem como a estabilidade das contas públicas. Na sessão II, trata-se das despesas com pessoal,
1734 nos artigos 18, 19 e 20 da lei, regulamenta-se que se entende com gastos com pessoal, e qual

1735 limite prudencial para União o Estados e os Municípios. Segundo estudos da Confederação
1736 Nacional dos Municípios, mais de 30% dos municípios Brasileiros estão com limite de gasto com
1737 pessoal estourado, em Minas Gerais não é diferente, a Sedese trouxe contribuição nesta reunião
1738 para discussão, e foi avaliado o projeto de lei do Senado, o PL nº15 de 2016, complementar, de
1739 autoria do senador Othon Alencar que promete mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal, que
1740 está em tramitação no Senado com parecer positivo da comissão especial de desenvolvimento
1741 nacional. As comissões avaliaram que o referido projeto atendem as necessidades dos municípios
1742 no meio e no sentido de não serem considerados na receita corrente líquida dos municípios os
1743 recursos recebidos da União para atendimento das despesas de que trata o inciso 8º, do §1º do art.
1744 19 da Lei nº 101 de 04 de maio 2000. Inciso 8º, com o pessoal dos municípios custeados com
1745 recursos transferidos pela União em especial a Programas da Saúde da Família, da Assistência
1746 Social e da Atenção Psicossocial. Deliberação para Plenária e encaminhamento - Sugere-se que
1747 esta plenária aprove uma resolução de apoio ao projeto de lei do Senado nº 15 de 2016
1748 complementar de autoria do Senador Othon Alencar que promove mudanças da Lei de
1749 Responsabilidade Fiscal. Então, nós vamos apresentar aí a proposta da resolução e se o pleno
1750 achar viável, aprovar, nós vamos encaminhar. Resolução 2018 CEAS MG, dispõe sobre o apoio ao
1751 substitutivo do projeto de lei do senado PLS nº15/2016 complementar de autoria do senador Othon
1752 Alencar apresentado pela comissão especial de desenvolvimento nacional do senado e dá outras
1753 providências. O Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, no uso das atribuições legais
1754 conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, pela lei estadual nº 2.262 de 23 de junho
1755 de 1996 e pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 33 de 10 de
1756 dezembro de 2012, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
1757 (NOB/SUAS) e considerando a deliberação da sua 233ª plenária ordinária, resolve: Artigo 1º Apoiar
1758 o substitutivo do projeto de lei do senado PLS nº 15/2016 complementar de autoria do senador
1759 Othon Alencar apresentado pela comissão especial de desenvolvimento nacional do senador que
1760 promove mudanças na lei complementar nº101 de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de
1761 Responsabilidade Fiscal, §1º O substitutivo mencionado no fato desse artigo propõe que não seja
1762 consideradas na receita corrente líquida dos municípios os recursos recebidos da União para
1763 atendimento das despesas de que trata o inciso 8º do § 1º do art. 19 da lei nº 101 de 04 de maio de
1764 2000 com pessoal dos municípios custeados com recursos transferidos pela União em apoio a
1765 programas das Saúde da Família, de assistente social e atenção psicossocial. Art. 2º promover
1766 ações de apoio e mobilização junto ao CNAS, ao gestor nacional do SUAS, as bancadas dos
1767 parlamentares do senado, as instituições de articulações do SUAS, Cogemas, Congemas e
1768 Fonseas Art. 3º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação, Belo Horizonte 18 de
1769 maio de 2018 – Rodrigo Silveira, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social. Essa
1770 resolução, então, vem para apreciação desse pleno e caso for aprovada vamos tomar as
1771 providência para essa mobilização. (Rodrigo): É, só conselheiros, isso é uma discussão antiga já
1772 que tem de existir uma consulta, uma do súmula do Tribunal de Contas, uma série de outras
1773 consultas, que nada mais é que o recurso gasto com pessoal paga com recurso de cofinanciamento
1774 federal não incorpore ao, ao percentual ao gasto de pessoal dos municípios. Então, isso altera, é
1775 uma traça na Lei de Responsabilidade Fiscal, é um ganho, e aí na discussão que a comissão de
1776 normas fez com a comissão de financiamento a gente já estava buscando para trazer essa
1777 comissão e aí Dona Ivone trouxe essa questão desse processo e a gente começou olhar e
1778 descobriu que até já tramitou nas comissões do senado. Então, existe um substitutivo que no
1779 projeto inicial ele colocava no conselho tutelar, coloca em (numas outras questões), colocava
1780 CRAS, Caps, Conselho Tutelar, já no substitutivo trata-se de assistência social, saúde e, então,
1781 rompia um pouco mais e aí a manifestação da comissão de financiamento deste apoio para gente
1782 lançar uso mesmo sobre esse projeto e a partir do momento que o CEAS encapar isso eu acho
1783 inclusive que a gente tem que encaminhar essa resolução depois para os municípios, para os
1784 conselhos municipais e trazer isso como bandeira para que os prefeitos também tencionem o
1785 governo para que isso aconteça, isso vai exonerar a folha e óbvio que é interesse dos municípios

1786 nesse momento de exonerar a folha e a gente tem que ficar muito atento também com a questão de
1787 fazer com que essa exoneração repercuta na oferta, na qualidade de oferta dos serviços sócio
1788 assistenciais, não exonerar, desobrigar o município para que ele depois eleve percentual
1789 novamente com outros gastos de outras áreas, é fazer com que os investimento, frutos dessa
1790 exoneração fique na assistência, e aí é outra política também, a gente tem que travar no Conselho,
1791 nos municípios, pelo menos penso eu. Juanita. (Juanita) - Federação das Apae's: Na verdade, vou
1792 ser redundante a tudo isso que foi falado pela presidente da comissão e pelo presidente do
1793 conselho, na verdade é só uma questão de redação assim para gente refletir no art. 2º, como que o
1794 CEAS vai promover ações de apoio e mobilização junto a esses atores, ou não seria uma
1795 recomendação a esses atores de promover ações de apoio e mobilização, é uma reflexão para
1796 gente compreender qual que é a melhor redação, o CEAS recomendando ou como que o CEAS vai
1797 promover ações junto ao CNAS, ao MDS, ao Fonseas, é só uma reflexão mesmo. Ok. (Rodrigo):
1798 (Marta): Juanita eu acho que de certa forma o espírito da resolução está correto, primeiro tomar
1799 uma resolução é uma decisão dos conselhos, a gente está tomando uma decisão sobre um PL que
1800 está em tramitação no senado, então já é uma situação atípica, e aí a gente fazendo a
1801 recomendação ao CNAS, então o que dando coerência que se uma deliberação desse conselho é
1802 que este conselho sabendo da importância substitutiva e da importância disso ele promova, ele
1803 diga ao CNAS, CNAS tem coisa tramitando lá, vocês tem que ajudar a gente a mobilizar, é
1804 Secretaria Nacional, MDS tem coisa tramitando lá você tem que ajudar mobilizar, você tem que ser
1805 mais agarrado nisso, o espírito é muito mais ressentido do que a gente fazer a tramitação para o
1806 CNAS, ou para o MDS eu acho que fugiria do espírito da decisão do conselho, e ele ser proativo no
1807 encaminhamento dessa decisão que esse conselho fez, então ele tomaria iniciativa de fazer ações
1808 de apoio e mobilização. (Rodrigo). Juanita depois Maria do Carmo. (Juanita): Então quer dizer, eu
1809 compreendi a fala da conselheira, então quer dizer que ação que nós vamos fazer junto com essas
1810 instituições é informar com relação ao projeto e dar importância de apoio a eles, é isso que nós
1811 vamos fazer, e nesse artigo 2º, essa aprovação de apoio não teria que sair o que que é, ou é só
1812 informação? É porque a gente pode recomendar a essas instâncias, eu não vejo nenhum problema,
1813 porque CNAS tem âmbito nacional, a gente pode recomendar não vejo nenhum problema, mas eu
1814 penso assim promover ações, nessa amplitude assim, eu não fico enxergando ações que a gente
1815 possa promover. (Rodrigo): O que você acha retirar ações e deixar só mobilização. (Juanita): Ah?
1816 (Rodrigo): Tira ações de apoio. (Juanita): Promover mobilização. (Rodrigo): Ações. É tira.
1817 Promover ações, perdão, calma conselheiros, calma aí conselheiros. (Juanita): Mobilizar o CNAS, o
1818 CMAS. (Rodrigo): Promover ações, mobilização ou mobilizar, tanto faz. (Juanita): Eu acho que ir
1819 direto talvez seria melhor. (Rodrigo): Mobilizar, ok, então não, mobilizar, direto. Atende Juanita,
1820 assim? O CNAS tira junto, isso, tá, mobilizar, sim, Cogemas, Sedese, Congemas, é e demais
1821 parceiros, demais agentes públicos, demais atores, Assembleia, acho que Assembleia é
1822 importante, está descrito, é Assembleia, aprovação, projeto substitutivo, só um minutinho. Maria do
1823 Carmo, já vou passar. Ok? (Maria do Carmo): Está ali no parágrafo único na quarta linha, onde fala
1824 2000 entre aspas, aí com pessoal, não seria o momento da gente colocar com pessoal efetivo,
1825 oportunidade que a gente tem para garantir o respeito a nova RH, com os contratados. (Rodrigo):
1826 Não. Consolação também fala. (Maria do Carmo): Ah tá. (Rodrigo): Só para ficar registrado no
1827 microfone porque falaram fora, isso é literal ao projeto. No microfone Helder.(Helder): É porque
1828 nesse específico aí entre aspas está falando da lei complementar 101. Aí como é que você vai
1829 alterar, isso é que eu estou falando. (Rodrigo): Apenas como eu recebi a informação, então literal
1830 da lei 101, não tem alteração não, Fernanda. (Gabriela) – Seplag: Eu fiquei com uma dúvida em
1831 relação a esse substitutivo, se ele só fala sobre isso exclusivamente ou se ele fala sobre outras
1832 questões também, porque como a gente tá manifestando o apoio ao projeto eu queria saber se ele
1833 só fala disso. (Rodrigo): Bem, Gabriela, a comissão analisou o projeto substitutivo, baixamos, lemos
1834 ele e aprovamos o substitutivo da forma como que está. Ele fala disso. Apenas disso. (Ivone): E ele
1835 só está tratando do município, ele não trata do estado, só do município, e ele já está em fase de
1836 aprovação final. Então, não recebe mais emenda, não tem, e a gente fica, nós entendemos assim,

1837 como é uma discussão que já está avançada no senado, era mais interessante a gente apoiar esse
1838 projeto do que iniciar uma outra discussão agora. (Rodrigo): Mais alguma questão conselheiros?
1839 Ok. Então, para gente já ir eliminando as questões, então eu vou colocar em votação essa
1840 resolução. Então, os conselheiros que aprovam a resolução, não sei o número dela, é não tem
1841 problema não, né, a resolução da comissão de orçamento? Contrário. Obrigado. Contrários.
1842 Abstenções. Gabriela da Seplag. Então, continuação da comissão. (Ivone): Então, só da comissão
1843 de orçamento e financiamento nós discutimos o segundo ponto, prestação de contas referente ao
1844 primeiro trimestre de 2018. A Sedese realizou a prestação de contas referente ao primeiro trimestre
1845 de 2018, os conselheiros da comissão de orçamento fizeram alguns apontamentos referente ao
1846 tempo de encaminhamento do documento para reavaliação e algumas alterações assim como
1847 inclusão de informações que não constam no documento. Conforme deliberado na 232ª plenária
1848 será necessário encaminhar a prestação de contas com maior antecedência para que a comissão
1849 tenha tempo hábil para aprofundamento podendo então apresentar subsídio para a resolução. O
1850 documento será encaminhado pela Sedese com as devidas alterações apontadas na discussão,
1851 portanto a prestação de contas referente ao primeiro trimestre de 2018 será apresentada no pleno
1852 do mês de junho. Então, o que a comissão entendeu, nós tínhamos pedido no pleno anterior que a
1853 prestação de contas viesse antes com bom tempo de antecedência para que todos os conselheiros
1854 tivessem acesso. Como chegou ontem no e-mail, e teve alterações na apresentação também da
1855 prestação de contas, algumas informações foram alteradas na apresentação, então nós achamos
1856 por bem que remetesse a prestação para o próximo pleno. Aí trouxemos aqui uma deliberação da
1857 comissão, então quase que praticamente decidimos que vai ser no próximo pleno. (Rodrigo):
1858 Juanita. (Juanita) - Federação das Apae's: A gente faz as ponderações ou deixa ir tudo para depois
1859 fazer a ponderação, o que preferem. Pode ser tema por tema. Então, na verdade eu só vou dar
1860 uma explicadinha, Ivone. Eu te peço licença para fazer. A prestação de contas chegou para gente,
1861 para comissão às 10 horas da manhã, a gente estava na reunião da sociedade civil, é um
1862 documento bastante denso, impossibilitou as pessoas da comissão dentre elas eu, de fazer uma
1863 leitura detalhada da prestação de contas, e optamos aqui na comissão que a Sedese fizesse a
1864 apresentação, para que na hora da nossa análise do documento a gente já tenha algumas
1865 informações, é do decorrer do texto. É, passamos todo documento, o conselheiro César mais a
1866 diretora do FEAS, a Cláudia, fez a apresentação para gente, entretanto a gente percebeu em
1867 alguns questionamentos, que as informações que a Sedese trouxe não estava registrada no
1868 documento nos nossos questionamentos as informações não estava no documento conforme
1869 informado pela Sedese. Considerando o tempo que chegou, que esse conselho já tinha falado, já
1870 tinha deliberado que o prazo era com antecedência, e considerando que a gente não conseguiu
1871 analisar e considerando também que vai precisar fazer adequações no documento, a comissão
1872 optou para não encaminhar para cá com encaminhamento de deferimento para que a gente possa
1873 na próxima reunião estudar o documento, cada um de nós estudar individualmente para depois
1874 fazer uma discussão. (Rodrigo). Ok. Obrigado Juanita. Algum conselheiro, algum comentário? Não?
1875 (Juanita). Ah, desculpa. E eu penso que para deliberação dessa prestação de contas a gente tem
1876 que estabelecer uma data para que ela chegue aqui no CEAS, porque é um documento denso, a
1877 gente precisa de prazo para analisar, eu acho que individualmente, depois na própria comissão eu
1878 tinha feito uma sugestão mas não está ali e como conselheira eu trago aqui de novo, que esse
1879 prazo seja de 10 dias úteis ao mês subsequente do trimestre para que chegue nas mãos da
1880 comissão por meio digital, e aqui no CEAS formalmente para que a gente faça uma análise
1881 pormenorizada, e na hora da apresentação da Sedese a gente já tenha todos os questionamentos
1882 e subsídios para comissão pra fazê-lo. Era essa a sugestão que eu gostaria de apresentar aqui
1883 como encaminhamento porque já foi encaminhado, já foi deliberado para encaminhar com
1884 antecedência, só que chegou no dia, deve ter acontecido algum problema que a Sedese não
1885 conseguiu encaminhar, então se a gente pudesse estabelecer essa data, porque aí a gente se
1886 organiza para fazer essa análise. É uma sugestão. (Ivone): Só a título assim de esclarecimento
1887 também, não veio como deliberação esse prazo para cá da comissão, mas eu acho que o pleno

1888 pode deliberar, outro ponto com relação as pequenas alterações do documento, eu entendi que era
1889 mais alterações qualitativas, não era que interferia na prestação de número, era mais algo da
1890 metodologia da apresentação também eu entendo como agora nós vamos ter o prazo de um mês,
1891 eu acredito que a Sedese vai ter prazo de mandar esse novo documento já com as alterações e
1892 nós teremos um mês antes do pleno de junho e aí a comissão vai ter condições de trazer o subsídio
1893 melhor aqui para plenária. (Rodrigo): É, então igual Ivone falou, não tá como encaminhado para
1894 comissão mas a conselheira Juanita pediu para inclusão desse prazo e aí a gente tem que votar ele
1895 também. Juanita, João, Márcio e Marta. (Juanita): Na verdade deve ser que a conselheira Ivone
1896 deve ter saído em algum momento, mas tinha números que estavam digitados, de acordo com a
1897 Sedese, não era no local não era isso César? Foi feita alteração aqui mas a gente pediu para que
1898 no documento formal isso fosse retirado, então tinha informação de número também. (João)-CMAS
1899 Pirapora: Eu só queria ponderar uma coisa aqui com você companheira Juanita, é que é lógico que
1900 a gente precisa ter esses dados dos números financeiros, das despesas assim o mais rápido para
1901 que a gente possa ter condição de fazer avaliação, só que vamos ser bem honesto, eu estou aqui
1902 pensando, para Sedese nos encaminhar isso com prazo de 10 dias depois do trimestre, eu estou
1903 achando esse prazo curto, eu acho que a Sedese não consegue entregar para gente um relatório
1904 em 10 dias, então a gente tem que ser sensato nisso, eu acho que vai ser muito difícil, é só essa
1905 consideração que eu queria fazer, eu proporia pelo menos assim, até então deixa que Marta
1906 propõe, estou achando pouco, mas de 15 a 20.(Marta): Eu só queria ponderar que
1907 operacionalmente 10 dias depois do encerramento do exercício do trimestre eu acho que a
1908 diretoria, a Superintendência teriam dificuldades em cumprir esse prazo, por questões mesmo
1909 operacionais então, eu proporia que fosse 10 dias úteis antes da realização da reunião da
1910 comissão, acho que aí é um prazo razoável, vai chegar para os conselheiros, mais de uma semana
1911 de antecedência, que dá 10 dias úteis, não sei, aí a gente pondera porque as vezes no fim do
1912 trimestre, é, as vezes a gente não consegue, com uma semana de antecedência da reunião, que aí
1913 dá tempo de todo mundo analisar. (Rodrigo): Eu, eu penso, que (é) isso é mais ou menos uma
1914 semana antes da reunião no mínimo, porque estava contando aqui hipoteticamente se fosse em
1915 junho, o trimestre que não é, já cairia, 10 dias cairia no dia 14, que já seria o dia da mesa diretora e
1916 pleno no dia 15, então assim, fica muito próximo mesmo, 10 dias úteis, então observando que aí vai
1917 ter época que o mês de maio, serve para mim também há de se lembrar que é uma prestação de
1918 contas do trimestre, e que ela não deixa para ser feito no último dia do trimestre, que ela vai ser
1919 feito processualmente, estamos falando de uma secretaria de estado que tem suas rotinas, seus
1920 modos operantes já sistematizados, sistema de informação, então, esse período de ajuste ele pode
1921 dar alguma questão, mais estava na comissão, não foi nada demais, e nem mesmo contestado pela
1922 secretária também, falou não, isso é tranquilo, a gente tem que adequar, não dá para agora, para
1923 essa, já vai paro o pleno amanhã, mas é só puxar, a Simone também estava, isso é bom para
1924 gente fazer, observar o nosso próprio planejamento, orientar o nosso próprio planejamento, tem
1925 uma questão de visão que a gente tem que ter da forma da gente olhar o número, que a gente
1926 reordena através da planilha, então acho que é saltar, eu acho que essa proposta de uma semana
1927 antes, acho que é o ideal assim, uma semana antes da reunião da comissão. Estamos de acordo?
1928 Podemos votar, então? Os conselheiros que aprovam que a prestação de contas seja encaminhada
1929 no mínimo uma semana antes da reunião da comissão? Contrários? Abstenções? Não houveram,
1930 então aprovada. (Ivone): O terceiro ponto, proposta de reprogramação dos saldos para
1931 suplementação em conta para 2018. A proposta de reprogramação do saldo foi apresentada pela
1932 Sedese conforme deliberação na 232ª plenária, verificou-se que o saldo financeiro de 2017 oriundo
1933 do CNAS já foi incorporada no orçamento do FEAS em 2018. Deliberação da plenária e
1934 encaminhamentos: a comissão traz para apresentação em plenária com indicação pela aprovação.
1935 (Rodrigo):Acabou de falar? Juanita. (Juanita)-Federação das Apae's: Bom, pode ser que nessa
1936 hora, que a comissão indicou para aprovação eu tenha saído da comissão, mas não me recordo
1937 desse indicativo da comissão de aprovação. É, bom, na verdade, a plenária do mês anterior,
1938 solicitou a Sedese alguns instrumentos que a comissão de orçamento e financiamento precisaria

1939 considerando a sua função delineada no regimento interno. Neste contexto, o relatório, a proposta
1940 de reprogramação de saldo é uma das questões que afeta a comissão e além de ter uma norma e
1941 orientações que regulam a proposta de reprogramação de saldo, a Sedese trouxe como proposta
1942 de reprogramação de saldo, aqui não estou fazendo nenhum questionamento com relação a
1943 proposta encaminhada para Sedese, entretanto ao analisar o relatório trimestral de prestação de
1944 contas identificamos que esse recurso já foi suplementado ao orçamento, sem passar por esse
1945 Conselho, desconsiderando, então, todas as orientações contidas na reprogramação de saldo de
1946 recurso do CMAS em saldos em contas correntes dos seus respectivos fundos. A subsecretária que
1947 participou da comissão fez todos os esclarecimentos necessários, com relação ao plano do
1948 Capacita SUAS que esse Conselho já aprovou por 4 anos, que as ações são continuadas, eu já me
1949 antecipei que aqui não estou questionando tudo que esse Conselho aprovou, estou questionando a
1950 questão do planejamento a médio prazo, o que eu estou trazendo aqui para este pleno, e que,
1951 então, a proposta não deveria ter vindo como proposta, deveria ter vindo como informativo, ou se
1952 caso fosse necessário, considerando uma urgência do órgão gestor, em ter financeiro e ter
1953 orçamento referente a 2017 para as ações diárias do órgão gestor, com relação a diárias,
1954 passagens, deslocamento, capacitações que são ação continuada, esse Conselho solicitaria então
1955 uma reunião extraordinária, encaminharia com antecedência o pedido de pauta para aprovação do
1956 saldo em conta, o que eu estou colocando aqui aos conselhos, primeiro não teve essa indicação da
1957 comissão para aprovação, inclusive nós não conversamos sobre isso, porque já tinha sido feito a
1958 suplementação do orçamento da Sedese, está em todas as capacitações na ação de capacitação
1959 do Qualifica SUAS da proteção especial de média, de alta, e que não tem outro desenho também
1960 porque a Sedese fez seguindo as diretrizes do que é direcionado para reprogramação, o que eu
1961 estou colocando aqui é que não deveria ter vindo uma proposta mas como informativo, inclusive
1962 anteriormente a apresentação da proposta da reprogramação de saldo, na apresentação da
1963 prestação de contas a gente identificou que já tinha feito uma suplementação e foi informado pela
1964 Sedese que essa suplementação foi dos recursos em conta, então como a comissão não deu
1965 indicativo de aprovação eu estou colocando aqui para gente refletir com relação a esta questão,
1966 porque eu penso que na hora de encaminhar para Sedese não deveria ter vindo como proposta,
1967 sabe presidente, e sim como uma informação que a (suplementação) a reprogramação já tinha sido
1968 feita, já tinha suplementado o orçamento, e não como proposta de reprogramação que este
1969 conselho tenha obrigação de fazer, e tem que emitir uma resolução e nós não fizemos porque isso
1970 aconteceu anterior a essa aprovação. Obrigada. (Ivone): Eu queria discordar um pouco, porque na
1971 verdade assim, quando a Subsecretária colocou, a Sedese colocou a reprogramação dos saldos,
1972 ela realmente justificou que são recursos do Qualifica SUAS e que já tinha aprovação desse
1973 Conselho, desta meta com os recursos e que o próprio estado ele tem um prazo também para estar
1974 fazendo essas suplementações, e que todo recurso que fica parado em conta, mais as
1975 suplementações o Governo Federal, também bloqueia as contas e que essa situação do saldo
1976 reprogramado era tranquilo para a Sedese estar fazendo a reprogramação nesse momento. Ela
1977 trouxe para esse pleno para esta comissão para que a gente pudesse estar dando o nosso parecer.
1978 Não foi realmente assim, ninguém colocou o parecer contrário, ninguém, não houve nenhum voto
1979 contrário, então automaticamente se entende que a proposta foi aprovada, encaminhada. (Rodrigo):
1980 Juanita. (Juanita): Bom, é você falou o que eu tinha falado já, presidente eu coloquei as minhas
1981 considerações, não desconstruindo o que foi feito não, foi essa a questão que eu coloquei aqui, se
1982 era necessário, se tem prazo para Sedese fazer, a gente entende o órgão gestor desse processo,
1983 entretanto o que eu estou falando aqui que a gente está numa situação desconforme com o
1984 sistema, nós aqui presamos e primamos pelo planejamento, então nós estamos numa situação
1985 desconforme pelo sistema, se era necessário essa suplementação do orçamento na data que a
1986 Seplag ou a Secretaria de Fazenda tinha determinado, isso deveria ter vindo para o Conselho, o
1987 que eu estou questionando é isso, não é se tá certo ou se não tá errado, se a Sedese não tem
1988 planejamento, que já existe resolução, isso eu não estou questionando, e eu antecipei a minha fala
1989 colocando isso, o que eu estou falando aqui é sobre essa situação, isso é uma coisa, a outra coisa

1990 de não ter, não teve questões contrárias, porque isso não foi levado, não foi nem conversado no
1991 sentido de qual encaminhamento para comissão né, porque era uma situação tão atípica que é
1992 como a comissão não chegou, aqui tem outros membros que estavam na comissão, não era só eu
1993 e você, né nós não chegamos com indicativo para aprovação e nem foi questionado nada, foi
1994 questionado mas como, foi feito a suplementação, sem ter vindo para o Conselho para
1995 suplementação, desconsiderando um regramento que existe, foi essa discussão que teve, e a
1996 subsecretária fez todas as justificativa junto com o pessoal do FEAS da necessidade do prazo, que
1997 existe uma resolução do CEAS aprovando o Capacita em 4 anos, que eu já me antecipei na minha
1998 fala colocando essas questões. (Rodrigo): É, eu também estava na comissão, né igual Juanita
1999 falou, não era só eu e o César e depois, eu também vou te pedir Cesar para que tente explicar
2000 também, e eu antes de qualquer coisa eu queria saber se os conselheiros estão entendendo o que
2001 está acontecendo, se estão entendendo qual que é o embrolho que a gente tá nele, não, eu
2002 imaginei, porque até pra gente ficou confuso mesmo esse negócio, Juanita eu vou tentar aí você
2003 me corrige tá por favor, eu não vou me ater em programa, eu vou me ater à tramitação, o que
2004 aconteceu, todo ano nós temos que programar o saldo que vai entrar e reprogramar o recurso que
2005 ficou em conta em 31-12 do ano anterior, então o (saldo) o que ficou a gente reprograma, o que vai
2006 entrar a gente programa. É, o que aconteceu foi uma suplementação, pegou, tinha um orçamento, o
2007 orçamento provavelmente não estava aberto ainda, pegou o recurso financeiro, suplementou no
2008 ano de 2018 para se fazer as despesas, não estamos falando que as despesas foram feitas de
2009 forma indevida, ou que as suplementações foram feitas fora dos blocos, as suplementações estão
2010 corretas, as despesas a que foram apresentadas estão corretas. O que a Juanita está questionando
2011 e o que foi questionado na comissão que só poderia ser suplementado depois de passar pelo
2012 Conselho, é essa a questão, então, gastou-se, investiu, agora a gente tem que pensar o que a
2013 gente faz com relação a isso. Existe também e aí um dos argumentos de um dos programas, aí já
2014 entrando no programa, por exemplo, Capacita SUAS é um programa que o Conselho já aprovou lá
2015 trás, e aí como é um programa grande ele é um programa que não se extinguiu naquele ano, que
2016 ele seria a todo o governo então se programou o recurso aprovando esse saldo já para o Capacita,
2017 então não precisa dessa aprovação, eu estou falando no caso do Capacita, agora existem outras
2018 despesas que foram suplementadas para além do capacita que deveriam ter passado pelo
2019 Conselho. É isso. Tá. Consolação e Juanita. (Consolação): Não, só esclarecimento da questão da
2020 reprogramação que houve em relação ao próprio Capacita, em seguida inclusive esse Conselho foi
2021 na mesma plenária ele aprova na resolução do Capacita então e já nessa resolução já tinha o
2022 período dos 4 anos, então nesse caso, eu estou falando nesse caso específico, não tem aprovação
2023 de reprogramação para mesma ação. Isso realmente não tem. (Rodrigo): Juanita. (Juanita):
2024 Conselheiros, e pra quem não está entendendo, eu vou tentar contribuir com a informação do
2025 presidente que já foi gestor e sabe o que eu estou falando, já trabalhou ainda trabalha, desculpe.
2026 Existe uma ação no sistema único no financiamento, dos recursos transferidos pelo Governo
2027 Federal, regulado por uma portaria de 2015 que chama reprogramação de saldo, eu aqui não estou
2028 falando de Qualifica SUAS, eu não estou falando de programa Capacita SUAS eu não falei isso, eu
2029 estou falando de uma ação disposta numa portaria se eu não me engano é a 134 de 2015 que
2030 regula sobre o financiamento do Fundo Nacional, as transferências do Fundo Nacional, lá tem uma
2031 sessão num artigo que fala sobre reprogramação de saldo, qual que é o regramento dessa norma,
2032 no último dia do exercício vigente, estipula-se o saldo em contas, para ser reincorporado no
2033 orçamento do ano seguinte na forma de suplementação. Esse processo, nessa identificação do
2034 saldo o órgão gestor identifica todas as contas, levanta o saldo, faz uma proposta de reprogramar
2035 esse saldo que também já tenha característica própria, que foi o que foi feito pela Sedese, eu aqui
2036 não estou questionando o fato, não é isso, as ações que foram propostas, a partir daí o órgão
2037 gestor encaminha para o Conselho para o Conselho deliberar, aprovando ou não, é disso que eu
2038 estou falando, é desse regramento. Eu consegui esclarecer pra vocês? Então é nesse contexto que
2039 na apresentação da proposta de reprogramação de saldo a Sedese fez a proposta, (a gente) não
2040 estou questionando a proposta, só que antes do Conselho aprovar foi suplementado o orçamento, é

2041 disso que eu estou falando, não estou questionando se o CEAS já tem uma resolução do Capacita
2042 SUAS, não é isso, eu estou falando da ação tanto que na comissão tudo isso que já foi falado aqui
2043 à subsecretária já justificou que nós estávamos lá e não é sobre essa questão é desse fato que eu
2044 estou aqui relatando. É isso. E não desmerecendo a Secretária Executiva tem que ser
2045 reprogramado que é reprogramação de saldo independente de qual ação esse Conselho tem que
2046 deliberar sobre a reprogramação de saldo, porque depois posteriormente a Sedese pode ser
2047 questionada da resolução desse Conselho sobre a reprogramação, inclusive a resolução vai sair
2048 posterior à suplementação (se caso o Conselho deliberar. (Rodrigo): Gente, novamente, eu gostaria
2049 de dizer o seguinte, essa questão do Capacita foi só pra ilustrar toda discussão que a gente teve na
2050 comissão, o que a Juanita trás ela tá com razão ela não tem dúvida, é isso que foi suplementado
2051 sem aprovação do Conselho, deveria ter sido passado pelo Conselho. Ponto. O prazo, os prazos aí
2052 eu volto a dizer, o rito da administração pública de peças orçamentárias essas coisas, data de 64 e
2053 aí eu coloco uma série de responsabilidades, e aí vem às portarias e resoluções, então essa
2054 resolução que a Juanita tá trazendo, reprogramação de saldo e, isso é muito antigo na
2055 administração, então já sabemos dos prazos, deveria ter sido feito? Deveria, não foi feito, não foi. E
2056 aí, qual é a proposta desse pleno para resolver. Nós vamos colocar em votação e criar por
2057 aprovação uma vez que, volto a dizer não detectamos nenhuma suplementação de forma
2058 equivocada. Tá. Estão nos blocos estão certas. É, agora, este pleno pode reprovar? Pode. E aí eu
2059 não sei onde isso vai dar. Ele pode aprovar e mandar uma advertência pra Sedese, um ofício de
2060 advertência para Sedese? Pode ser uma proposta. Então a gente tem que discutir o fato, vamos
2061 esquecer o mérito, se é Capacita ou se não é Capacita. O que eu acho é que a gente tem que
2062 discutir se a gente vai aprovar a reprogramação com recomendação sem recomendação se a gente
2063 vai reprovar. É essa a questão que a gente tem que discutir aqui. Márcio. (Márcio) - Assprom: Eu
2064 acho que é muito importante colocar isso pra ser discutido, porque hoje pela manhã nós discutimos
2065 um processo democrático da qual a gente reivindicou para construir. uma proposição. Nós
2066 reivindicamos aqui a necessidade de discutir, nós temos que discutir essa questão que está sendo
2067 colocada aqui, porque se há uma suplementação sem aprovação do Conselho, realmente a gente
2068 tem que trabalhar em cima disso, teve motivação, a gente tem que discutir, mas a gente tem que
2069 mostrar caminhos, a gente tem que sair do lugar, a gente não tem que ficar só nessa discussão,
2070 mas é importante a gente colocar isso aqui claramente, se houve a suplementação sem autorização
2071 do Conselho tem um equívoco no processo. (Ivone) - Cogemas: É, quando a conselheira coloca
2072 que não houve discussão na verdade houve a discussão na comissão, o que não houve foi esse
2073 posicionamento para que não venha como aprovação, eu vejo que a comissão ela entendeu que
2074 vinha como indicação de aprovação para plenária, então não houve em nenhum momento para não
2075 aprovação. Não houve esse questionamento de não aprovar, e foi discutido como esse ponto de
2076 pauta, mas tudo bem acho que o pleno é superior e se tá trazendo agora a discussão para colocar
2077 em votação ou é o presidente aqui agora é que vai decidir. (Rodrigo): Conselheiros, eu acho que a
2078 gente, eu estou pensando o problema existe, tá posto, nós temos que pensar alguma estratégia,
2079 tirar desse ponto de pauta e volta-se para comissão, para comissão fazer essa discussão no interior
2080 dela, a gente vai propor alguma outra estratégia, ou nós vamos ficar aqui debatendo, se a
2081 comissão, eu acho que essa questão dona Ivone com todo respeito, o que a comissão deliberou, o
2082 recurso dá pra gente adequar lá dentro é pra gente adequar nossos processos de súmula, até
2083 subsidiar mesmo a Fernanda dá mais condição de trabalho pra ela. E aí agora, o que a gente tem
2084 é, nós temos uma situação de programação e reprogramação que a gente tem que saber o que vai
2085 fazer com isso. Débora vai pensando aí gente. (Débora): É eu queria apenas ponderar o seguinte,
2086 uma discussão que a gente já fez aqui em outras situações com outras questões que já
2087 apareceram, o Conselho funciona com comissões que aprofundam os assuntos, que chamam
2088 convidados, que tem as pessoas que podem falar sobre aquela questão e tal aí aprofundam e
2089 trazem pro pleno uma discussão, vamos dizer assim porque nós também não estamos todos em
2090 todos os lugares o tempo todo, então assim a gente, e eu falo isso gente com muita transparência e
2091 tranquilidade pra vocês, porque o fato de eu representar a Sedese né, assim eu mesmo

2092 representando a Sedese eu não tenho aqui o conhecimento necessário dessa discussão até pra
2093 poder trazer porque eu sou de outra área, sou Superintendente da Proteção Básica, então assim,
2094 apesar de estar o nosso Superintendente aí do Fundo durante esse período ele estava de licença
2095 então eu acredito também né eu estou falando assim, a ausência de nossa Subsecretária aqui e
2096 que ela teve ontem fazendo discussão. Os assuntos que foram discutidos nas comissões são pra
2097 dar oportunidade de quem não é da comissão pra fazer aquela discussão, mas quem é da
2098 comissão tem que fazer a discussão lá, o que eu acho estranho é isso assim, se eu sou da
2099 comissão eu sou da comissão de política, e lá eu expressei minha posição e falo, falo os meninos aí
2100 até sabem o tanto que eu falo, as vezes eu posso até lá na comissão perder posição e enfim, mas
2101 lá é o espaço, e é um pouco isso, então eu acho que não cabe a gente, trazendo aqui uma nova
2102 proposta sobre isso assim, eu acho que a gente teria que debater mais, sendo este a situação eu
2103 proponho que então a gente discuta isso numa próxima plenária, volte o assunto a comissão,
2104 elabore melhor isso e traga para a próxima plenária aprovar. (Rodrigo): Ô Débora, eu até falei isso,
2105 mas é preciso esclarecer que enquanto no programa ou/e reprograma a movimentação financeira
2106 não deveria ter sido feita, e aí que qual é o problema, se a gente voltar para o âmbito da comissão
2107 e deixar para o mês que vem, a movimentação financeira já foi feita ela vai continuar sendo feita e,
2108 o problema ele tende a agravar. Então eu acho que a gente tem que parar agora, a minha sugestão
2109 enquanto membro da comissão enquanto conselheiro é que a gente discuta se aprova ou não a
2110 reprogramação, tal como foi apresentada, com a recomendação em resolução pra Sedese a título
2111 de advertência dessa situação, faça um ofício ou alguma coisa nesse sentido, mas eu acho que a
2112 Resolução tem um pouco mais de peso, então na resolução a gente colocaria essa advertência pra
2113 Sedese é a minha sugestão. Juanita. (Juanita)-Federação das Apae's: Bom, é essa situação é tão
2114 complexa com relação a voltar pra comissão ou continuar a discussão aqui, eu particularmente não
2115 consigo colocar a minha opinião com relação a isso, eu vou explicar o motivo, eu não sei, bom, na
2116 verdade nós não tivemos o indicativo da comissão para aprovação desta proposta de prestação de
2117 contas, eu fiquei lá o tempo inteiro, o que nós tivemos foi várias discussões, esclarecimentos, essa
2118 posição aqui eu fiz a colocação lá, vocês estavam presentes, a Sedese não estou aqui
2119 questionando a justificativa, não é isso, eu acho que não estou me fazendo compreender, a
2120 questão é o que nós temos um fato, foi isso que o Rodrigo falou nós temos um fato que foi
2121 antecipado a decisão desse pleno eu não estou questionando se foi certo ou errado, e o que nós
2122 temos que fazer, ou comissão ou plenária, no caso da comissão qual que é retomar a discussão e
2123 dar um indicativo pra essa plenária mas se não veio de lá esse pleno aqui tem completa condições
2124 de fazer é em respeito a conselheira que é subsecretária que está ausente se caso a Sedese
2125 entender que precisa de um tempo maior, pra que venham outras considerações eu não tenho
2126 problema nenhum com relação, acho que o Conselho também não tem porque ação já foi feita, não
2127 tem jeito de voltar atrás, com relação a suplementação, o que a gente tá colocando aqui é só pela
2128 ação que foi realizada, materializou antes desse Conselho aprovar, deliberar. É isso que eu estou
2129 colocando aqui pra todos. É só isso. Agora que não foi dado. (Rodrigo): A sugestão (Juanita): A
2130 minha sugestão é que esse pleno delibere, entendeu? Porque aí para comissão a não ser que a
2131 Sedese solicite para que seja na outra pauta para vir outros esclarecimentos que no meu
2132 entendimento. (Rodrigo): Bruno. (Bruno) - CMAS Juiz de Fora: A deliberação, a deliberação da
2133 proposta de movimentação desse orçamento, ela é em relação a movimentação do orçamento, isso
2134 a gente aprovaria, porque a movimentação fosse ou não fosse feita, essa ação deles terem feito
2135 essa movimentação antes de passar pelo Conselho não entra na aprovação a gente não deixaria
2136 de aprovar, no meu ponto de vista a gente não deixaria de aprovar por causa disso, é, o que foi
2137 feito foi um desrespeito ao fluxograma do sistema burocrático da coisa, eles deixaram de passar
2138 pela deliberação do CEAS antes de movimentar essa ação, então no meu ponto de vista não há o
2139 que se deliberar já que já está sendo feito, senão a gente acaba se responsabilizando por uma
2140 coisa, que já está sendo feita, uma coisa já foi feita e a gente no futuro fala é como eu falasse
2141 assim olha, como no orçamento de residência, por exemplo minha mãe fala assim vou comprar um
2142 carro, aí ela compra um carro na segunda feira e na sexta ela fala assim você deve comprar um

2143 carro. Não faz sentido na minha cabeça. Aí eu me responsabilizo pela compra do carro se der
2144 problema tem meu nome aí na deliberação. (Rodrigo): Eu entendi Bruno, mas é ouça-me, não
2145 funciona assim, o Conselho tem que se manifestar, tá, ou seja pela reprovação ou seja pela
2146 aprovação. É Consolação. (Consolação): É, a portaria comentada do Ministério a 113 de 2015, ela
2147 se refere a isso dos saldos artigo 32, os saldos referentes aos programas e projetos existentes em
2148 31 de dezembro de cada ano, poderão ser reprogramado para o exercício seguinte, para utilização
2149 do próprio programa, ou projeto que pertence até o tempo da vigência deste. Os saldos dos
2150 recursos aí vem a nota, referentes ao cofinanciamento federal para os programas e projetos
2151 poderão ser reprogramado para o exercício seguinte, para o respectivo programa e projeto, isso
2152 quer dizer, por exemplo o saldo do programa né, nacional de promoção ao acesso, será
2153 reprogramado para o FETSUAS, até o término da vigência do programa, então se você fez a
2154 reprogramação ela vai até o término do exercício do programa. Eu só estou falando do Capacita.
2155 Tá. Eu estou falando aqui, então a reprogramação que for aprovada pela Conselho ela vai até o
2156 final do programa, tem, foi o que eu disse do Capacita, eu só quero assim falar que tá na norma, é
2157 só isso, e desse é que eu sabia que eu tinha lido.(Rodrigo):Então conselheiros, eu acho o seguinte,
2158 eu estou ouvindo os murmurinhos de várias pessoas, não se sente capaz, então eu acho que a
2159 sugestão é tirar a pauta da comissão de financiamento colocar pro próximo mês e, a gente arcar
2160 com as consequência disso depois, vai continuar gastando isso é fato, a máquina pública não pode
2161 parar. Bruno. (Bruno): Eu não sei se eu entendi direito, mas pelo o que eu entendi da Resolução é
2162 que não há ilegalidade na situação e se não há ilegalidade, eles estão regulares eles não
2163 desrespeitaram (vou retirar o que eu disse) eles não desrespeitaram o fluxograma de burocracia
2164 então o que nós vamos aprovar ou não o que deveríamos deliberar é o orçamento, se nós somos
2165 coniventes com aquilo que eles estão propondo ou no caso, fazendo. Então eu acho que a gente
2166 tem que: concordar. Exato. Obrigado. Então eu acho que a gente tem que deliberar hoje sim, mudei
2167 de ideia. (Débora): É, bom eu acho o seguinte pelo que eu ouvi e torno a dizer que eu também me
2168 sinto incapaz de fazer uma discussão aprofundada sobre o assunto porque não é minha área, a
2169 questão do financiamento eu estava na comissão e não fui de fato informada sobre esse processo.
2170 Eu acho o seguinte o que eu ouvi aqui na comissão que não há nenhuma, porque Juanita falou tá
2171 tudo certinho, o que era de tal rubrica foi pra aquela mesa, o que era de capacitação ficou lá, então
2172 tá tudo certinho, agora eu sim de fato estou sentindo falta de informações mais claras da comissão
2173 que de fato é o que entende do assunto, pra dizer, tem que passar pelo Conselho ou não tem, tem
2174 que aprovar ou não tem, esse tipo de coisa não tá claro, então eu acho o seguinte, se a comissão
2175 não foi capaz de trazer isso pra gente aqui dessa forma, eu me sinto até pra falar vou aprovar, vou
2176 aprovar o quê? O que nós estamos aprovando, ou então eu vou falar, não, não vou aprovar vou
2177 fazer uma advertência a Sedese, se eu não sei se a Sedese de fato teria que fazer uma coisa que
2178 não fez. Então eu não me sinto capaz de votar em nenhuma das situações. Então acho que é isso
2179 é passar para o próximo ponto de pauta e que a comissão de fato, traga para nós informações
2180 claras sobre isso, porque assim eu tô achando que qualquer coisa que votar vai ser equivocado, a
2181 gente vai votar sem ter ciência do que tá votando. Eu não estou me sentindo capaz. (Juanita)-
2182 Federação das Apae's: Com relação ao posicionamento da Débora eu acho que ela fez uma
2183 indicação bastante técnica, nesse sentido não veio nenhum indicativo da comissão, isso não veio
2184 mesmo, não foi discutido na comissão, o que nós fizemos lá foi apresentação, questionamentos,
2185 colocações, justificativas, e eu já me antecipei a minha fala nesse contexto, então com relação a
2186 voltar para comissão com essa justificativa e subsidiar o conselho a tomar a decisão eu acho que
2187 ela foi muito certa nessa colocação, a outra questão com relação a informação que a Secretária
2188 Executiva do CEAS trouxe, eu coloquei aqui eu não estou falando do Qualifica SUAS do Capacita
2189 SUAS, eu estou falando de um artigo que traz a portaria 113 de 2015 de reprogramação de saldo
2190 oriundo do Fundo Nacional independente de qual eixo que é, se é de serviço de programa, o que
2191 nós temos aqui no CEAS são resoluções que aprovam as propostas do órgão gestor, e a proposta
2192 do Capacita Suas foi a longo prazo eu já falei e estou repetindo novamente, eu não estou falando
2193 especificamente o Capacita SUAS, então conselheiro Bruno, não tem uma questão de, não está

2194 correto, eu estou falando aqui de reprogramação de saldo, então na comissão a gente tem que
2195 analisar essa normativa trazer os esclarecimentos para subsidiar a comissão que realmente isso
2196 não teve, isso aí todos os conselheiros e tal, nós começamos a comissão três e meia porque
2197 estávamos conjunto com normas, e nós tínhamos 4 pautas e densas, e isso não foi encaminhado,
2198 então é essa a minha opinião tanto da secretária executiva quanto a manifestação da conselheira
2199 Débora. (Márcio) - ASSPROM: Presidente, eu acho que o encaminhamento acho que já foi até
2200 dado aqui, eu reforço o encaminhamento dado pela conselheira Débora, eu acho que o papel das
2201 comissões é trazer para o pleno aqui um material já trabalhado, que a gente tem menos
2202 questionamentos aqui na plenária, eu acho que essa matéria deve realmente retornar a comissão
2203 porque aqui parece houve uma sinalização de um conflito de indicativo da comissão, acho que isso
2204 tem que ser voltado pra lá, pra ser tratado e trazer pra pleno, aqui eu acho que a gente vai ficar
2205 amassando barro se a gente continuar nessa conversa. (Gilberto) - Cogemas: Eu quero dizer que a
2206 fala dos conselheiros aí me contemplaram, mas eu queria fazer uma ponderação de que a
2207 comissão também tem de fazer o papel dela, reforçar isso, de trazer já um parecer claro para o
2208 pleno, para que o pleno possa deliberar com rapidez e clareza o que está sendo colocado, eu
2209 sugiro inclusive que a presença da subsecretária que é da comissão, já que se trata de uma pauta
2210 relacionada diretamente gestão financeira dos recursos, então tá fazendo falta aqui nesse
2211 momento, a vice presidente Simone, até que ela, com mais propriedade pode esclarecer esse
2212 pleno aqui, e aí a comissão tendo uma clareza para a próxima reunião ela apresenta de novo, acho
2213 que o Márcio falou com muita propriedade e eu fecho com ele. (Marta): É Gilberto, eu entrei em
2214 contato com a subsecretária Simone, como assessora e alerta dessa situação e, ela me esclareceu
2215 que a reprogramação de saldo para esse Conselho, não tem qualquer novidade em relação a
2216 aplicação dos recursos programados e reprogramados com relação ao IGD, César, né isso? São os
2217 recursos dos IGD's que esse Conselho definiu de aplicar no programa Qualifica SUAS que é o
2218 Capacita SUAS, que tá em andamento é o IGD que está financiando então esse recurso, na
2219 manutenção do Conselho Estadual de Assistência Social, e qual outra lotação César, isso que tá
2220 dentro do Qualifica SUAS, então o saldo apresentado aqui neste Conselho, não tem qualquer
2221 alteração da programação orçamentária é do exercício do ano passado, a Sedese não fez qualquer
2222 alteração na reprogramação dos saldos provenientes do IGD. É isso coordenadora, tá, então eu só
2223 tô esclarecendo também para as pessoas ficarem muitos tranquilas, de que não teve nenhum
2224 desconsideração a este Conselho, as suas partilhas foram observadas o respeito da Sedese a essa
2225 comissão de Conselhos foram observados, os fluxos estão sendo observados e, as informações
2226 estão sendo trazidas, para que não fique a situação de não clareza com relação a apresentação
2227 das contas e gestão dos recursos do Fundo. Tá. (Rodrigo): Então conselheiros, é então peraí, eu
2228 vou, é importante porque eu também estava com essa questão na cabeça. Se o IGD os recursos
2229 eles não tem que ser aprovados porque eles já foram aprovados lá trás, porque que a gente tá
2230 discutindo? É. (Marta): Porque é um saldo e a gente cuidado do saldo, tem que tá trazendo um
2231 informe que eles foram reprogramados de acordo com o que este Conselho decidiu no ano
2232 passado, para guardarem enquanto coerência. (Rodrigo): É então eu penso o seguinte quando for
2233 informe traz como informe e não como reprogramação/programação, porque nós perdemos,
2234 perdemos não eu acho que é válido, sim, mas então, depende de resolução, se não depende de
2235 nova resolução não é votação. Juanita.(Juanita)-Federação das Apae's: É, não vou ser redundante
2236 novamente, porque a conselheira Marta reforçou aquilo que eu coloquei aqui. É, na verdade nós
2237 estamos tratando aqui de novo para esclarecer aos conselheiros de uma ação que é disposta numa
2238 portaria, 113 de 2015 que é de reprogramação de saldo, e que esse conselho tem que se
2239 manifestar com relação a isso, a manifestação do Conselho de Assistência ela se dá por meio de
2240 resolução, então o Conselho, acredito eu que não deve ser informado, e lá fala a proposta de
2241 reprogramação, quando no plano de ação, e os gestores aqui sabem muito bem, quando o MDS
2242 abre o plano de ação e lá já vinha o saldo de 31-12-2017 vai perguntar no SUAS-Web, qual foi a
2243 resolução do Conselho que aprovou a reprogramação, então assim, eu não estou inventando roda,
2244 eu estou aqui fazendo uma reflexão com relação a um fluxo na verdade que foi antecipado, é essa

2245 discussão, é óbvio que o gestor fez a reprogramação considerando a diretriz à portaria, porque ele
2246 nem poderia fazer diferente, não é esse o questionamento, eu acho que eu já fui bastante clara
2247 aqui nesse Conselho, que é com relação, se já foi feito então trás o informativo com solicitação de
2248 aprovação desse informativo, porque o que foi feito na plenária anterior a de abril foi que foi
2249 deliberado pela proposta de reprogramação de saldo, foi isso que a Sedese encaminhou, é disso
2250 que eu estou falando, é desse fluxo que a conselheira Marta falou, que tá seguindo o fluxo
2251 entretanto no fluxo isso tem que ser aprovado pelo Conselho. É isso que eu estou falando, mais
2252 nada. (Rodrigo): Sim, ok, então nós vamos combinar o seguinte se não há o que falar de resolução,
2253 a resolução já está lá, ok, a gente já está ciente, já estamos informado, bacana, agora, se precisar
2254 de uma resolução, vem para o próximo pleno que a gente discute no interior da comissão, nessa
2255 seara também, eu acho que a outra questão, tem mais questão da comissão de financiamento?
2256 (Juanita): Ô presidente, questão de ordem, tem que voltar pra comissão porque precisa de uma
2257 deliberação desse pleno com relação a reprogramação de saldos. (Rodrigo): É o que eu estou
2258 fazendo. (Juanita): Ah tá, pensei que você estava passando pra pauta seguinte sem finalizar essa.
2259 (Rodrigo): Não, o que eu estou dizendo é que eu entendi que já é uníssono que se não precisa se
2260 entender que a outra está valendo, que isso é uma discussão que nós temos que fazer no interior
2261 da nossa comissão. (Juanita): Isso, então tem que voltar pra comissão. (Rodrigo): Vai voltar pra
2262 comissão. (Juanita): Eu não entendi isso não. (Rodrigo): Não é se não precisar da resolução a gente
2263 vai informar que a resolução é a de 2014, 2013, 2000 lá pra bolotinha, não interessa, e se precisar
2264 de nova resolução a gente coloca como pauta na próxima plenária, e vota e aprova a resolução.
2265 Ok. Então próximo ponto da comissão. Quem quer falar. Eu vi você sinalizando mas, não eu vi que
2266 pedia. Eu não vi. Com certeza pra cá, eu não vi. (César): Eu queria, eu queria reforçar que a
2267 discussão ontem foi bem produtiva, a gente fez uma apresentação bem extensa. (Rodrigo): Eu não
2268 estou te ouvindo César. (César): A gente fez uma apresentação bem completa da execução e que
2269 a comissão teve como uma das principais recomendações a mudança no formato da apresentação
2270 da prestação de contas e, um plano mais detalhado de execução para 2018 e, pelo que eu havia
2271 entendido ficou que dentro da comissão a gente iria aprimorar os instrumentos e que a gente iria
2272 trazer pra próxima reunião um formato mais inteligível pro pleno. (Rodrigo): Soyla você pediu? ok.
2273 Mas algum conselheiro? Comissão. (Ivone): Foram mais 2 pontos, 4 e 5, com relação ao plano de
2274 aplicação dos recursos, restos a pagar para 2018 e o plano de aplicação da lei 2018 por semestre.
2275 O plano de aplicação dos recursos 2018 e do saldo de 2017 encaminhados a comissão não consta
2276 detalhamento de informações referentes a atividades realizadas por ação bem como o cronograma
2277 de execução. Então, neste caso é que o Conselho precisa estar ciente, mais detalhadamente de
2278 quais são as ações para execução das metas da lei, a sugestão é que isso venha antes da
2279 prestação de contas porque na hora da prestação de conta a gente possa conferir se aquelas
2280 metas, com a prestação de contas estão sendo executadas. Então a proposta de encaminhamento
2281 de deliberação é que será apresentada na plenária ordinária de junho conforme previsto no artigo
2282 2º do inciso 13 do regimento interno do CEAS, esse plano de aplicação mais detalhado juntamente
2283 com a prestação de contas. Daí o plano que vai ser encaminhado nós pedimos por trimestre mas, a
2284 Sedese vai apresentar o plano do ano inteiro. (Rodrigo): Então isso é pra gente deliberar, não é pra
2285 deliberar isso é informe, isso também é informe, não tem ponto de deliberação, então é só isso da
2286 comissão de financiamento, então é o que o César falou também que a gente está qualificando os
2287 processos pra trazer e a gente vai trazer essa melhoria pra dentro da comissão. Comissão de
2288 Políticas. Só por causa do alfabeto? Ô Políticas, perdoa vamos ao Apoio. Apoio. (Isac): Oi gente,
2289 boa tarde pra todos e pra todas eu Isac representante da Angola, coordenador da comissão de
2290 Apoio, nossa reunião ontem estava com bastante pessoas, tivemos além dos conselheiros que
2291 fazem parte da comissão a presença da professora Marcia Mansur também, que é nos ajudou no
2292 segundo ponto de pauta nossa e, o primeiro ponto trazido aqui pra plenária é o informe da
2293 conselheira Soyla que fez o atendimento ao município na quarta-feira, aí no plantão que ela fez foi
2294 rápido, é retomada de atividades que fazia parte da comissão mas que no ano passado não teve e
2295 que eu peço que a conselheira Soyla que relate a experiência. (Soyla)-CMAS de Paracatu: Prometo

2296 não me prolongar, uma vez que eu vou ler, e eu passo minhas experiências no final, tá. Realizado
2297 em 16 de maio de 2018 na sede do CEAS pelas conselheiras Soyla e Cecília, veio de bom grado,
2298 veio voluntariamente também, acompanhadas pelos técnicos da Secretaria Executiva do CEAS
2299 Paula e Leonardo, o atendimento das representantes do município de Santos Dumont: Gestora
2300 Patrícia Aparecida de Oliveira Almeida, Suely Maria de Carvalho, Conselheira Entidade, Rejane
2301 Ribeiro Fonseca, Trabalhadores, Érica Costa são Secretaria Executiva do CMAS. Informado que
2302 todo material do CMAS foi pedido, perdido em incêndio que consumiu todo prédio, o prédio era
2303 alugado, e pra piorar ainda queimou tudo, não sobrou nada, foi orientada a registrar todo ocorrido
2304 em ata e relatado em plenária. É, ainda está sendo apurado o incêndio. Buscar formas de resgatar
2305 as informações possíveis e ver o que consta no CNEAS, Senso SUAS e publicações do município.
2306 Estão refazendo as inscrições das entidades, relatam que a eleição anterior foi conturbada pelo ex
2307 presidente, que era governamental e, usou de recursos escusos para ganhar a eleição e reassumir
2308 a presidência como sociedade civil, entidade criada por ele para esse fim específico. Muito louco
2309 esse assunto. O caso foi denunciado ao Ministério Público que recomendou a saída do mesmo, e
2310 só pra localizar vocês nesse assunto eu caí no plantão anteriormente e atendi esse presidente e,
2311 orientei da melhor forma possível como que um CMAS se reorganiza e diante de um gestor
2312 entendeu, que antes ele relatava ser um gestor que não colaborava. Vê bem, a gente acaba
2313 ajudando demais. O caso foi denunciado pelo Ministério Público que recomendou a saída do
2314 mesmo, a vice assume a presidência e será realizada uma nova eleição, essa vice não veio, que é
2315 atual presidente ela não veio no plantão até a gente questionou isso que a gente poderia dar
2316 maiores orientações pra ela e tal, não veio, o chamamento público já está aberto, então a
2317 presidente não compareceu, devido a publicização de recebimento da verba federal pelo ex
2318 presidente durante reunião do município, está dando uma grande demanda de inscrição de
2319 entidades. Gente eu estou meio sem voz, eu estou muito cansada e já estou pensando na minha
2320 viagem para Paracatu, então eu peço a vocês que me perdoe, o que aconteceu, o ex-presidente do
2321 CMAS chamou uma audiência pública, chamou todas as entidades, informou as entidades que
2322 elas teriam uma verba da União, que ninguém sabe de onde, que fundo é esse, e daí as entidades
2323 ficaram todas loucas, vamos fazer inscrição, vamos fazer inscrição no CMAS, e tá essa correria,
2324 mais assim a gente percebeu que até a gestora, a Patrícia não só ela como bem toda a composição
2325 do CMAS não tem noção de orçamento, eles nem sabiam qual destinação do município para
2326 assistência do orçamento municipal, assim muito difícil, mas como as entidades vem aqui pedir
2327 R\$7.000,00 e R\$200,00, R\$7.200,00 eu falei você tem que ver se está no orçamento, eles não
2328 sabiam, é uma coisa assim bem, nossa foram muito primárias algumas orientações que a gente
2329 teve que resolver, teve que orientar, sabe, até inclusive por exemplo ah eu tenho escola de samba
2330 inscrita, e quer inscrição no CMAS, mas como que é refeita esse atendimento, e assim são
2331 organizações dentro do próprio governo a gente orientou a gestora como ela pode conversar com o
2332 prefeito, com os demais secretário, se organizar o governo, pra poder atender dentro da cultura,
2333 dentro do esportes essas entidades, reorganizar esses conselhos de direito, de cultura de esporte e
2334 etc. A gente orientou e explicamos que se não organizar o governo a gente não vai conseguir
2335 organizar a sociedade civil a gente incentivou a participação dela no COGEMAS, a gente informou
2336 a Ivone e o Gilberto que o COGEMAS está se organizando localmente através das regionais, e que
2337 ela podia participar das regionais, incentivamos ela que no dia seguinte na quinta-feira tinha reunião
2338 da URCMAS lá na região dela, a tá enviando representantes pra participar da URCMAS, eles não
2339 eram muito proativos na URCMAS e a gente orientou, explicou a questão dos Fóruns, da
2340 importância dos Fóruns Municipais da formação até pra composição desses Conselhos, dos
2341 usuários chegar até esses Conselhos, das entidades serem realmente escolhidas e tal a gente
2342 orientou da melhor forma possível e até através das nossas experiências: Entre as orientações
2343 repassadas então, realizar reunião com todas as entidades para a informação sobre o processo de
2344 inscrição de entidades, requisitos para se enquadrar na política de assistência, documentação
2345 necessária, prazo anual para apresentação de plano de ação e relatório de atividades, verificar
2346 qual orçamento para as entidades, planejamento e acompanhamento do CMAS, verificar o que é

2347 de assistência social e promover as orientações para planejamento adequado, orientar para as
2348 políticas de referência, verificar com a secretaria executiva do CMAS a assessora da gestora, foi
2349 orientado também que promova a troca por funcionário efetivo com formação superior conforme
2350 preconizado pela NOB SUAS 2012, para atendimento específico do CMAS, não dá gente a
2351 assessora da gestora vai ser a secretária executiva do CMAS, fica difícil, ainda que garantam
2352 transparência no processo de eleição para composição deste Conselho, o encaminhamento gerado
2353 pra deliberação em plenária, foi oficializar a gestão quanto a necessidade de disponibilizar de
2354 forma mediata um funcionário para a função de secretária executiva do CMAS conforme NOB
2355 SUAS 2012 tendo em vista a incompatibilidade da situação atual. Então foi isso, foi mais uma
2356 questão de orientação mesmo, e agora a gente oficializar eles para que a gestora tome providência
2357 quanto a Secretária Executiva do CMAS. Falei tudo, acho que sim. Obrigado. Já foi feito, sim foi
2358 feito está sendo apurado. Queimou tudo não tem um pen-drive sobre nada. (Isac): Voltando o
2359 nosso. (Soyla): A gente observou que seria importante é oficializar a gestora porque a gente falou
2360 durante o atendimento, mas seria interessante fortalecer um ofício para ela realmente verificar essa
2361 questão de secretária executiva, porque não dá para ficar a assessora dela sendo secretária do
2362 CMAS ela não tem nem tempo de fazer isso pela gestora e por ela. Só isso. (Rodrigo):Ok. Então
2363 vamos votar isso de uma vez. Os conselheiros que concordam com o ofício? Contrários?
2364 Abstenções? Ok. Ofício aprovado, depois você passa o teor direitinho para a Consolação pra gente
2365 prosseguir. (Isac): O nosso outro ponto de pauta que vem pra plenária é com relação ao Encontro
2366 Estadual dos Fóruns Regionais de Trabalhadores e de URCMAS realizado com a contribuição da
2367 Professora Márcia Mansur ontem, e também com a contribuição da secretaria executiva na pessoa
2368 da Consolação, eu vou pedir para a nossa amiga Paula fazer a leitura da proposta pra gente, e se
2369 quiserem fazer alguma colaboração fiquem a vontade tá bom, mas são os indicativos que saíram
2370 da comissão da discussão que levou até a noite ontem lá em torno desse encontro. (Paula): Ok.
2371 Então é Paula - Secretaria Executiva do CEAS- Então nós estivemos ontem felizmente com a grata
2372 presença da professora Márcia que é uma colaboradora já antiga e sempre que solicitada
2373 corresponde muito bem ao nosso chamamento para sorte nossa, sempre tem muito a contribuir,
2374 então nós começamos com o nome do Encontro que estava então: Encontro Estadual dos Fóruns
2375 Regionais de Usuários de Trabalhadores de Urcmas de Entidades e lançamento da Campanha
2376 Estadual de Combate ao Preconceito contra Usuários e Usuárias da Assistência Social. Então a
2377 primeira coisa já foi né que esse nome estava uma coisa absurda de grande então já veio a
2378 sugestão que nem é da comissão veio da mesa diretora de encaminhar pro setor de comunicação
2379 da Sedese para pensar algo mais chamativo e também sucinto, porque esse aqui nem a gente
2380 consegue até pra falar já dá cansada, ninguém vai lembrar um nome tão extenso. Então nós
2381 estamos esperando aí a contribuição do setor. Para conhecimento da campanha lançada na
2382 Conferência Nacional a secretaria executiva repassará todos os links e vídeos de entrevista sobre o
2383 assunto do CRP. O CRP como vocês já sabem está com uma campanha bem bacana que vem
2384 trabalhando essa questão do preconceito, então nós vamos somar nessa parceria, estar
2385 contribuindo com que eles já vem fazendo que está muito bonito. Algumas informações aqui gente,
2386 então são assim o TR mesmo que foi feito, toda programação do Encontro, algumas contribuições
2387 da Comissão de Apoio da Márcia Mansur, então está assim sendo feito de muitas mãos e muitas
2388 cabeças também somando aí, a data do Encontro que já havia no TR que é o dia 28 e 29 de junho,
2389 que permanece e teremos uma plenária ampliada do CEAS a partir do meio dia do dia 29, isso aí já
2390 foi mais um posicionamento da comissão de Apoio. Objetivo: Defender os usuários e fortalecer os
2391 Fóruns e Urcmas até durante a última plenária nos chegamos muito afoitos com uma porção de
2392 temas e de títulos, a gente tinha que centralizar alguma coisa então ficou agora mesmo a questão:
2393 Defender os Usuários e Fortalecer os Fóruns e Urcmas, o local ele só vai ser definido a partir da
2394 finalização da licitação, aqui nós não temos esse dado ainda, o método: Então ficou Juntar, Separar
2395 e Convergir, a participação, a estimativa é que seja em torno de 300 pessoas porque nós temos o
2396 público que virá dos Fóruns, do interior e também a gente pretende juntar bastante pessoas da
2397 própria região de Belo Horizonte, quem tem mais facilidade, então juntar mais um outro público aí.

2398 Para os participantes dos municípios do interior do Estado com exceção daqueles da região
2399 metropolitana de Belo Horizonte está garantido as passagens rodoviárias de ida e volta dos
2400 municípios, sede das diretorias regionais da Sedese até Belo Horizonte, o município de origem do
2401 participante fica responsável pela passagem rodoviária ou outro meio de transporte até o município
2402 sede da diretoria regional. Isso que nós já pensamos lá que a diretoria poderia estar amenizando aí
2403 este custo para os próprios municípios pra facilitar o transporte. A hospedagem dos participantes
2404 dos municípios do interior, então ficou a entrada, o check-in a partir das 14:00 horas do dia 27 de
2405 junho, e a saída às 12:00 horas do dia 29-06. Está previsto o café da manhã, para quem está
2406 hospedado, o almoço e o jantar para todos os participantes e, no dia 29 vai ter um brunch só
2407 considerando que no final alguma pessoas daqui já vão para casa e, que vão fazer viagem então
2408 precisaria de um lanchinho reforçado. Está incluso o consumo de 1 garrafa de água mineral por dia
2409 no quarto, então isso é importante a gente também estar atento informando bem que, o que passar
2410 disso é por conta do próprio usuário, da pessoa que está lá ele que vai arcar com isso. O Encontro
2411 contará com a participação de 08 representantes por segmento de cada regional, sendo 2 do
2412 Fórum Regional da Comissão, ou Comissão provisória dos Trabalhadores, 2 do Fórum Regional ou
2413 comissão provisória dos usuários, 2 de Urcmas ou Comissões Provisórias de Urcmas, visto que nós
2414 ainda temos bastante que ainda estão nas comissões, ainda não conseguiram se constituir. Ainda
2415 contará com 2 representantes de entidades por regional que serão escolhidos pelas Urcmas
2416 respeitando os seguintes critérios: a entidade deverá estar devidamente inscrita no CMAS, entidade
2417 eleita como delegada para as Conferências Regionais de Assistência Social, entidades que
2418 compõem as Urcmas, entidades que já compõem o CEAS não serão indicadas, os representantes
2419 devem ser de municípios distintos para se contemplar o maior número de municípios, o prazo de
2420 retorno das indicações será até o dia 25 de maio, nós já enviamos todos os ofícios para as
2421 Diretorias Regionais, para todos os Fóruns a que temos contatos, então as pessoas já estão
2422 começando a nos enviar essas respostas, então vamos entrar na programação do dia 28: então
2423 está previsto de 08:00 às 12:00 a abertura, a abertura gente é que ficou bacana que vem uma
2424 proposta nova que veio também da mesa diretora, essa abertura nós não faremos uma mesa de
2425 abertura mas, a abertura vai ser feita num caminhão de som num carro de som, então vai ser o
2426 próprio evento, abriu a abertura será o próprio evento em cima do carro com todas as falas, então
2427 eu acho que vai ficar uma coisa assim bem bacana. Os convidados para esse momento foi
2428 pensado então: Claro os representantes do CEAS do CRP do Fórum Nacional dos Trabalhadores,
2429 Fórum Estadual dos Trabalhadores, Fórum Nacional dos Usuários, Presidente do CNAS, a Dilma
2430 Roussef, o Nilmário Miranda, Ministério Público, a Dra. Paola do Cao da Infância o representante
2431 Geral do Ministério Público, Deputado André Quintão a Secretária da Sedese e o Deputado Federal
2432 Patrus Ananias, claro que a gente pode ainda incluir outras pessoas, caso o CEAS delibere por
2433 isso, isso ainda não está finalizado, as 12:00 horas então seria o almoço as 13:00 retornaremos
2434 com a mesa que seria o fortalecimento da sociedade civil através da organização dos Fóruns, a
2435 mesa sobre os Fóruns, Urcmas e entidade, aspectos comuns para o fortalecimento desses, para
2436 fortalecer o sistema em rede articulada nesses espaço de discussão, construção dessa rede
2437 articulada, como desenvolver redes envolvendo demais entidades da sociedade civil, os
2438 participantes previsto então seria o presidente do CEAS e as professoras Eleonora Schettine e
2439 Márcia Mansur. As 15:00 horas teríamos então reuniões simultâneas como já foi pensado as 4
2440 reuniões temáticas. Então teria a mesa de usuário e pra isso seria chamado então representantes
2441 do Fórum Nacional dos Usuários, o Daniel do Fórum, que nós estamos tentando falar com ele, a
2442 Aicê a Maria Alves e um conselheiro estadual. A segunda mesa, que seria de entidades nós ainda
2443 ficou aqui pra definir, nós vamos conversar posteriormente com as entidades então ainda não
2444 temos uma definição só está garantido por enquanto o conselheiro estadual. A mesa dos
2445 trabalhadores nós vamos também consultar os conselheiros, mas já está aqui acho que a gente já
2446 pode definir, a conselheira Luanda que está presidente, Rodrigo o presidente e a Marleide então
2447 estão todos presentes e já está acordado, é que ontem a gente não tinha isso. A mesa de Urcmas
2448 nós vamos também convidar o Sávio, a Simone Albuquerque e alguém da secretaria executiva do

2449 CEAS. As 18:00 horas o encerramento dos trabalhos e no dia 29 teríamos as 08:00 horas o início
2450 então seria uma grande mesa de convergência por onde seriam trazido todas essas propostas tudo
2451 que ficou discutido em cada mesa, viria então pra juntar todas as propostas, aí o presidente do
2452 CEAS vai conduzir todas as discussões, e no final a apresentação das conclusões dos trabalhos e
2453 as 12:00 horas o encerramento. Bom, então pro ato, o que foi pensado, pro ato a princípio até a
2454 própria comissão tinha sugerido também que fosse incluído até no título a questão do preconceito
2455 de gênero e monte de coisas, aí a professora Márcia falou assim não gente quando a gente pensa
2456 num ato desse não precisa é ficar destrinchando e incluindo tanta coisa porque nós trabalhamos
2457 com os marcadores, e nesses marcadores já estão implícitos a renda, a raça, a etnia, a questão
2458 geracional, adversidade sexual, então já está tudo implícito, não precisaria de ficar estendendo
2459 tanta coisa, colocando tudo específico já está implícito no trabalho que vai ser feito. A questão da
2460 deficiência também e ela mostrou-se também algumas coisas novas, interessantes, falou que o
2461 CEFES possui um material muito bom sobre a questão do preconceito, que isso já foi trabalhado já
2462 tem uns 3 anos atrás que eles fizeram então eles tem um material muito bom, então nós ficamos de
2463 resgatar esse material e ver o que a gente pode estar trazendo pra acrescentar nesse momento
2464 para enriquecê-lo. Então nós vamos fazer também as faixas, e nessas faixas, caixas, cartazes, é
2465 hora de incluir então esses marcadores, então as frases vai ter esse chamamento pra questão
2466 dessas que nós já falamos aqui da raça, da etnia, da diversidade, então será a hora de estar
2467 manifestando bem essas questões. Foi tirado também as comissões porque a gente vai precisar
2468 dividir porque tem muito trabalho, então pra estar trabalhando especificamente esse questão do
2469 ato, nós indicamos a conselheira Cristiane, que não estava lá na hora também mas eu tive a
2470 oportunidade de falar com ela hoje, então ela já está ok, a Silvana a Marleide a Cecília e o
2471 conselheiro Gilberto que também não estava lá, eu nem falei ainda, mas acho que ele viu aqui e ele
2472 não vai recusar fazer parte desse grupo. É de você mesmo que estávamos falando, Gilberto, ele
2473 estava no telefone, é que você foi indicado para estar compondo a comissão que vai cuidar do
2474 planejamento do ato do dia 28 do Encontro. Ok? A sim, e pra isso é claro nós temos que acionar
2475 também alguns parceiros, como COGEMAS, o FETSUAS, o CRP, o CRESS o Fórum Mineiro de
2476 Defesa do SUAS, a AMM e outros mais que possam surgir que a gente considere interessante que
2477 tem algo mais a contribuir. O grupo ficou então de marcar uma reunião para a próxima semana nós
2478 vamos avaliar a disponibilidade e estar agendando depois. Eles estão falando sobre a questão da
2479 mobilização dos usuários, divisão de falas, dos convites, tudo isso. É, nós temos aqui uns nomes
2480 também que a gente tem que verificar melhor porque eles surgiram mas nós não nos inteiramos
2481 ainda desses contatos o que é viável. Seria de Jamila Ribeiro, a Cris sugeriu ontem ela já havia
2482 surgido na comissão, a Márcia também respaldou muito, assim, indicou demais mas já disse que
2483 ela é uma pessoa difícil de atender. Então nós vamos tentar assim mesmo, a de Jamila Ribeiro a
2484 Conceição Evaristo. E também a proposta de envolver as redes sociais, ir a mídia, os jornalistas
2485 livres, vamos ver o que a gente pedir respaldo pra essa promoção do evento. Para mesa, para
2486 mesa fortalecimento da sociedade civil através das organizações dos Fóruns a fala do presidente
2487 deve ter um histórico do processo desde as Conferências Regionais com bases das Urcmas e
2488 Fóruns existentes, incluir dados de cursos, eventos, de emenda feita ao lançamento, falar sobre o
2489 apoio que o CEAS dará e do montante necessário para consolidar minimamente esse apoio.
2490 Esclarecer sobre os limites do ano eleitoral, aquela questão do dia 07 de julho que tem que parar
2491 tudo e que nós ficamos super apertado com essa data. Que o CEAS conta com o apoio das
2492 diretorias regionais que estão contribuindo com o processo de organização embasado inclusive
2493 pela resolução que dispõe sobre as Urcmas, nós temos a resolução 580 aí, que já estabelece essa
2494 parceria com as regionais mesmo. Deverão ocorrer apresentações culturais, isso é uma sugestão
2495 da comissão que seria a casa do beco, meninos de sinhá, e ontem a Márcia ainda trouxe o coletivo
2496 do Projovem e ela falou sobre a possibilidade de criar uma peça para o evento, que esse coletivo
2497 do Pro jovem tem um trabalho muito bacana que nós temos ainda que verificar as possibilidades.
2498 As reuniões simultâneas, cada grupo encontra-se no momento de organização, tendo questões
2499 específicas para tratar, por isso é importante encontrar os pontos de convergências, talvez por

2500 questões a serem respondidas a suscitarem o debate. O CEAS possui mais experiências com as
2501 Urcmas e possui resolução, os trabalhadores já possuem o Fórum Estadual e Nacional
2502 constituídos, os usuários possuem o Fórum Nacional, o Estadual foi criado em 2015 mas ele não
2503 conseguiu se consolidar, então ele criou mas morreu por ali mesmo, então precisa renascer, tem
2504 que renascer né Isac, as reuniões iniciarão com a mesa temática, trabalhar com eixo comum que
2505 pode ser construída a partir da importância da organização, da mobilização e da agenda de luta e
2506 resistência, e o específico, pensar nas potencialidades e nos desafios de cada grupo. Instituir o
2507 Fórum Estadual de Usuário e Entidades, aí até o Isac está levantando ali ele está meio pensando
2508 ainda, o grupo está discutindo se faz primeiro o Fórum Estadual, Regional então nós temos que
2509 chegar num acordo primeiro e tentar levar essas histórias adiante. O das entidades também Márcia
2510 que precisa ser criado. O conteúdo do ato deverá ser retomado na reunião de usuários, ligar o ato a
2511 organização e mobilização. Os seguintes conselheiros serão responsáveis por tratar da questão de
2512 conteúdo dessas discussões ouvindo os conselheiros representantes de cada segmento, então pra
2513 conteúdo ficou a Arlete, a Soyla, a Luanda que também não estava presente, e o Irajá, Luanda já
2514 está em todos, mas estou colocando você, mas ela presença importantíssima pra essa questão não
2515 poderia faltar. É, o indicativo da reunião na primeira semana de junho foi que nós levantamos de
2516 acordo com a agenda de todo mundo, são tantos compromissos aí que parece que há uma
2517 brechazinha do pessoal e marcamos. As reuniões deverão contar com relatores com habilidades de
2518 síntese para gerarem documento a serem apresentados no dia seguinte. Isso aí não foi tirado
2519 nenhum nome porque foi o pessoal disse que a gente precisa primeiro saber de que se trata, o que
2520 cada grupo vai abordar, para depois ver quem tem essa familiaridade com a questão para ser
2521 indicado como relator. E também voltando essa questão que nós falamos da evolução do espaço,
2522 cada um está no seu tempo, uns estão mais avançados, então as questões são bem específicas, e
2523 alguns tem facilidade de gerar essas propostas, outros com dificuldades para esses Encontros,
2524 então ficou que a secretaria executiva do CEAS vai elaborar propostas para as reuniões e
2525 encaminhar para apreciação dos contribuintes e conselheiros porque alguns são assim, ah vamos
2526 fazer mas não tem espaço para chegar ali, então estava meio complicado se a gente esperar todo
2527 grupo se reunir poderia passar a data do Encontro e não ter chegado isso aqui pra gente mas a
2528 partir do momento que a secretaria fizer, e encaminhar é claro tá aberto a todas as, sugestões,
2529 contribuições que forem necessárias que os grupos achar pertinente. (Isac): Eu só vou colocar 3
2530 questões aqui durante a apresentação, a primeira é na primeira página a letra B ali, eu não sei se
2531 está escrito lá no quadro mas a Paula quando ela leu a nossa proposta que a gente discutiu hoje,
2532 hoje de manhã que eu vi isso, é que está escrito participação 8 representantes por segmentos de
2533 cada regional, aí não é isso não, são 2 por cada segmento são 8 no total de cada regional. Ficou
2534 lido se tá lá no documento fica estranho. A segunda é que com relação a alteração da mesa de
2535 abertura, e o ato que antes tinha sido pensado fazer uma mesa de abertura no lugar fechado, o ato
2536 depois disso, é pra dar mais tempo ao ato e mais tranquilidade pra quem for participar e, a terceira é
2537 depois na última página na letra A que fala com relação os marcadores foi uma questão que a
2538 nossa conselheira da comissão Cristiane ela trouxe pra gente acrescentar, tratativa de gênero e
2539 raça com a campanha e o meu entendimento na comissão ontem que a gente debateu bastante
2540 sobre vários marcadores que tem no preconceito eu entendi é que essas colocações delas foram
2541 muito importantes e elas devem ser mantidas e deve haver um esforço pra que nas falas de todas
2542 as pessoas que participarem elas considerem isso. Até coloquei que praticamente hoje não estou
2543 considerando encontros de defesa de direito os que não tratam pelo menos a questão de raça e de
2544 gênero. E por último quando a Paula falou sobre as situações de cada segmento ela esqueceu de
2545 mencionar é que as entidade elas ainda estão querendo criar o Fórum Estadual. Só esqueceu de
2546 ler isso, empolgou falando dos usuários e esqueceu, era essas 3 considerações. Obrigado. (João):
2547 Eu estou até ficando mais educado gente, vocês viram eu não estou mais gritando, apelando, eu
2548 estou mudando aqui no CEAS, lá no CEDCA não era assim não, mas é o costume a gente
2549 aprende, a gente aprende, não assim gente eu quero trazer aqui sabe Isac, é porque ontem foi
2550 realmente eu tive um problema além de familiar eu tive problema com o meu serviço eu tive que

2551 sair correndo, e eu queria ter ido a comissão porque na minha ida a Montes Claros, na minha
2552 conversa com o pessoal de Salinas, eu percebi uma coisa conversando com a menina Presidente
2553 do Conselho de Montes Claros, ela falando comigo assim antes da gente começar a reunião ela
2554 falou comigo uma coisa interessante, quando ela me perguntou como que seria essa questão da
2555 ida e volta do traslado eu nem gosto de falar isso parece coisa de velório, aí eu falei com ela o
2556 seguinte na realidade o que a comissão já aprovou é que tem que sair do município sede da
2557 regional da Sedese, e aí ela falou mais porque tem que ser que de repente tem um município que
2558 tá bem lá na frente faz parte de Montes Claros, mas de lá do município por exemplo Bocaiúva, se
2559 sair de lá de Bocaiúva pra cá é mais perto do que ir para Montes Claros pra depois pegar o ônibus.
2560 Então eu falei olha não sei, já está decidido, isso já passou por nós também no pleno do Conselho,
2561 é dessa forma, mas ela falou assim, vocês deviam rever isso. Bom, então aí porque ficou isso, mas
2562 eu fiquei imaginando o seguinte, se é a gente que vai custear, se é o estado vai custear, não é mais
2563 fácil se ele tiver no município que tá 100 km, antes de ir pra Montes Claros, que vai chegar aqui é
2564 (100 km) é 200 porque ele vai e volta, então eu considerei essa hipótese da fala da colega lá de
2565 Montes Claros, e também o pessoal de Salinas fizeram esse questionamento, porque tem
2566 município que dá 150 km pra vim pra Montes Claros, e aí ele tem que ir lá em Salinas, são 300 km
2567 a mais que ele vai ter que viajar. E então a gente deveria assim considerar agora se não tiver jeito
2568 nós vamos ter o Encontro vamos falar sobre isso. Uma outra questão é sobre a questão do Fórum e
2569 aí você até já falou sobre isso Isac, mas eu quero dar uma enfatizada, tenho conversado com o
2570 pessoal da nossa Federação, da Fasemig, e até o nosso presidente lá Dr. Ananias, ele pediu o
2571 seguinte, que gostaria de contribuir com a gente na criação desse Fórum, Fórum das Entidades,
2572 Fórum Estadual, porque a gente não tem referência mesmo nenhuma pra tá falando, olha tenho
2573 que buscar informação em tal lugar, é o CEAS que tem que dar as informações, então assim eu
2574 gostaria até de convidá-lo pro Encontro pra fazer parte da mesa de discussão é no segmento de
2575 entidades, se puder a gente estende esse convite, é uma pessoa que assim tem um compromisso
2576 muito grande com as causas sociais, desde a assistência a causa da criança, do idoso, ele quer tá
2577 contribuindo, então assim, eu gostaria de propor já que você falou da criação do Fórum e que a
2578 gente precisa fazer isso urgentemente, porque as entidades realmente não tem nenhum local de
2579 apoio, pra que a gente possa tá indicando pra eles buscarem informações. (Rodrigo): Tá. É, o João
2580 eu vou passar para a Consolação para que ela explique a questão do termo de referência porque a
2581 gente tinha um prazo que já estava extrapolado nesse prazo em 6 dias, se eu não me engano, a
2582 Consolação me corrige, é em 6 dias pra poder mandá-lo porque a gente tem um período mínimo,
2583 de tramitação dessas peças burocráticas para licitação, tal, então, toda licitação antecede ao termo
2584 de referência, que são os parâmetros, você trabalha na Prefeitura você sabe, são os parâmetros
2585 mínimo da minha contratação, então a gente já estava extrapolado em 6 dias, e a gente tinha que
2586 mandar esse termo rápido. Então ocasiona-se o mesmo, mas eu vou passar pra Consolação para
2587 te dar mais informações. (Consolação): É na plenária anterior, a gente trouxe essa questão aqui, e
2588 colocamos do limite, da dificuldade, que a gente teve na Conferência Estadual, nós estamos
2589 prestando contas até hoje, tem um monte de gente que fala assim: “eu tô recebendo e-mail que eu
2590 não prestei conta”, é verdade, nós estamos prestando conta, então deu muito, mas muito problema
2591 em relação da emissão das passagens. Então, uma coisa era se a gente emitisse diretamente as
2592 passagens era para uma empresa que não tá sendo, prestando serviço a contento, né, prova
2593 também que já acontece às vezes aqui no Conselho, né, a saber se eles não emitiram a passagem.
2594 É, então nós trouxemos essa questão e falamos vamos colocar tudo no termo, foi aí que a gente,
2595 né, discutiu na comissão de apoio, da gente fazer um termo pro evento. Pra você colocar o termo e
2596 a pessoa dar o orçamento, falar em que valor, eu não posso ter municípios hipotéticos, eu tenho
2597 que saber da onde as pessoas estão vindo, e aí trouxe aqui a sugestão de que a gente então
2598 colocasse o transporte do município sede a BH, então assim a gente fez, tá, a gente colocou isso já
2599 no termo de referência, é lógico que a gente pode tentar, eu sempre falo isso porque a gente falar
2600 não é uma coisa muito complicada na vida, a gente vai aprendendo cada dia, então assim quando a
2601 gente tiver a relação completa, e vendo algumas é de repente se a pessoa está mais próxima de

2602 Montes Claros do que de Salinas e ela é da regional lá de Salinas, de repente vir de Montes Claros
2603 é algo possível, porque Montes Claros tá no termo de referência como município, então eu vejo que
2604 talvez pequenos ajustes, a gente até possa conseguir durante o processo, agora realmente pensar
2605 em atender a outro município, esse ou aquele cada um, a gente não tem porque foge ao objeto do
2606 termo. (Rodrigo): Soyla. (Soyla): A minha fala é bem rápida tá, Soyla: CMAS Paracatu é só quanto
2607 no sentido que Isac levantou, da questão dos Fóruns, é só minha contribuição tá Isac, dos Fóruns
2608 de Usuários Trabalhadores e Entidade, a gente sabe que cada Fórum tá num movimento e tá num
2609 processo, né, e assim, e até assim se a gente for comparar com as Urcmas é até desleal, né
2610 porque as Urcmas estão formadas, hoje em Minas finalmente Montes Claros e Paracatu concluiu,
2611 então estamos com todas as Urcmas formadas em Minas Gerais, a gente termina uma semana de
2612 forma positiva, e é fruto de uma vitória nossa uma luta nossa desse Conselho, assim né, eu fico até
2613 emocionada de falar isso, então assim, só que nesse conjunto o que acontece, a gente que está
2614 vivenciando a realidade dos município a gente sabe que não existe ainda, existe alguns poucos
2615 municípios a formação dos Fóruns Municipais, mais a gente tem que fazer diferente nesse governo
2616 que a gente fez nos demais, eu acho que é essa diferencial desse Conselho desse pleito, e do
2617 pleito anterior que eu vivenciei isso, que era considerar que as políticas públicas tem que nascer na
2618 base, que a gente tem que começar, o município não tem que receber demanda não, o município
2619 tem que demandar, trazer, porque eu falo no Fórum agora gente, a gente é 30% nosso e 70% é de
2620 quem traz, a gente vai receber muita estratégia através desse Encontro Estadual, a gente vai
2621 construir estratégia, a gente pode levar 30% achando que é 100 a gente pode contar com 30,
2622 porque vão levantar muitas possibilidades pra nós, eles vão trazer para nós, eles é que somos nós,
2623 e nesse sentido os Fóruns Municipais eles estão aguardando orientação os Fóruns Regionais estão
2624 aguardando orientação desse Conselho, então se preocupar nesse momento com Fórum Estadual
2625 é bacana, é bacana mas eles estão aguardando que a gente oriente os Fóruns Municipais e
2626 Regionais e a gente pode deixar num segundo momento os Fóruns Estaduais, porque é construir a
2627 base e sem a base não tem valor, O Conselho Estadual hoje de Trabalhadores existe bacana
2628 demais, dá orientação a gente tá recebendo orientação do Conselho Municipal mas nele vai sair
2629 muito mais forte o de ter formado os de municípios, eu falo assim por mim e pelo que eu ouvi no
2630 Norte de Minas e Alto Paranaíba da responsabilidade nossa nesse Encontro de firmar estratégias
2631 pros municípios e pra Regional e deixar num segundo momento é as formações estaduais, não
2632 quer dizer que a gente vai deixar pra agilizar o estado e o que a gente já tem que por exemplo é o
2633 Fetsuas né, é segundo a opinião dos trabalhadores, apesar de ser uma trabalhadora do SUS (né)
2634 se não sabem, mas a gente tem que pensar nisso tá, e eu acho que é bacana considerar isso, tá,
2635 só isso. Obrigado. (Rodrigo): Só, antes de passar pro Elerson, dar um informe para vocês, (é) em
2636 função da questão da hora, e do compromisso das meninas da Fucam, (é) a gente combinou delas
2637 apresentarem outro dia, até mesmo pela densidade que foi a pauta hoje, né, então elas acharam
2638 que não seria proveitoso elas tem compromisso já logo as 18:00 horas então agradei, dispensei e
2639 também o plano de ação da comissão de ética já ia ser tirado da pauta porque a comissão não
2640 conseguiu se reunir, então a gente teria que tirar. Elerson, depois o Isac. (Elerson): é só uma dica
2641 ali também, na primeira folha, no ato tem alguns segmentos, algumas pessoas que estão indicadas
2642 ali pra fazer uma fala, eu acho que seria interessante também garantir uma fala de algum
2643 representante de entidade. Então tem trabalhadores, tem usuários, acho que seria bacana ter
2644 também entidades. Acho que seria isso mesmo. Bom, o nosso porta voz é muito o Márcio Caldeira,
2645 mas como a gente não sentou no coletivo, mas acho que é bom a gente pensar no coletivo. Tem
2646 também a Arlete. Mas vamos tentar sentar no coletivo e depois a gente pensa. (Isac): Eu vou
2647 começar com as considerações do seu João, que não esta aqui agora mas é bom falar, as 2
2648 questões que ele trouxe são interessantes: a questão da passagem a gente sabe é uma questão
2649 burocrática do estado e que penaliza principalmente nós os usuários. Não sei se vocês estavam na
2650 plenária passada, quando a gente decidiu sobre isso. Foi uma decisão pesada para nós,
2651 porque...ou a gente fazia agora trazendo quem desce pra trazer ou ao gente ficaria sem fazer. Eu
2652 até falei que por essa questão de não ter como deixar pra depois, eu preferia que fosse feito agora.

2653 Inclusive foi adiado por causa do tempo, da história do Conselho do início, mas é uma coisa que
2654 penaliza muito a gente a Sociedade Civil e é lamentável, mas é necessário. E ficou também
2655 acordado, que se tirou da plenária que tanto o CEAS quanto a Sedese e o Cogemas iriam se
2656 mobilizar pra cobrar dos municípios que levassem essas pessoas da Sociedade Civil até o
2657 município sede, que se buscassem as que fossem mais viáveis a passagem para Belo Horizonte.
2658 Eu lembro, acho que a gente precisa resgatar isso da plenária passada. Ficou aprovado que trariam
2659 das regionais mais com essas observações, que a gente fizessem esforço pra trazer a Sociedade
2660 Civil. Com relação da sua indicação, pra contribuir com o diálogo do Fórum das entidades, cada um
2661 dos segmentos vai ter... foi feito uma outra comissão que participa representando alguém do
2662 usuário e alguém da entidade. Mas cada um dos segmentos ainda tá conversando sobre nome,
2663 sobre metodologias para serem chamados a vir participar, então a sua sugestão ela vai ser
2664 passada para a Cristiane aqui, que vai estar representando as entidades nessa comissão. E por
2665 último Soyla, as entidades como os trabalhadores estão se reunindo com a proposta de tirar
2666 nomes, tirar a metodologia, tirar os objetivos específicos pra o Encontro. E Soyla é um pouco nessa
2667 questão de que você falou, a sua opinião é muito interessante, a questão de fortalecer as bases. A
2668 gente no segmento dos usuários... eu, assim, já tenho essa dúvida a muito tempo, que é uma
2669 dúvida que eu combati também com o Fórum Nacional dos Usuários, eu acho que a gente precisa
2670 fazer o máximo articulado possível. Eu tendo a preferir a instituir Fórum Estadual, até porque a
2671 gente já tentou fazer isso na Conferência em 2015, eu ainda não era conselheiro mas eu participei
2672 lá. Eu entendi que foi por falta de recurso que a gente não conseguiu se reunir. Eu acho que é uma
2673 coisa, também, pra cada segmento avaliar, com um monte de informações que conseguiram, aí
2674 com muita delicadeza, pra saber se os objetivos que são mais importante naquele encontro ali e
2675 construir assim então. Porque eu iria preferir muito, muito mesmo que a gente tivesse condições de
2676 formar o Fórum Estadual, tendo Fóruns Regionais em todos os lugares ou pelo menos na maioria
2677 das nossas Regionais, ficaria muito melhor. Mas tem um monte de questões que a gente tá
2678 avaliando, inclusive a possibilidade de fazer outro Encontro com todos os usuários, com usuários
2679 de todas as regionais, inclusive a possibilidade da gente fazer isso no ano que vem. Então são
2680 pontos que a gente tá considerando. Acho que a gente tá avançando nessa discussão e ela é
2681 necessária gente. É isso que eu trago até o momento, é o que a comissão trás. Tinha muitos
2682 conselheiros participando lá, faltaram apenas 2 e se quiserem colocar mais alguma coisa, que
2683 esqueceram de trazer aqui na proposta, que se coloque por favor e mais sugestões dos
2684 conselheiros também, obrigado. (Rodrigo): Ok. E nós temos ponto de deliberação? Tem não né?!
2685 Nós temos que aclamar, a proposta da comissão. Sim, mas eu acho que é simbólico, então a gente
2686 coloca em votação para registrar. Então conselheiros quem aprovam a proposta da comissão?
2687 Aprovado. Contrários? Abstenções? Ok. Comissão de Políticas. Tá acabando gente. (Bruno -
2688 CMAS Juiz de Fora): Boa Noite, primeiro ponto é um ponto não muito feliz, como a gente imagina,
2689 mas acho que não precisa... só informes mesmo que é o programa Primeira Infância, na verdade é
2690 o Programa Criança Feliz que aqui tá como Primeira Infância. Vou pular ele, porque tá muito tarde
2691 e a gente já falou sobre ele. O segundo ponto é uma proposta de revisão de uma Resolução do
2692 CEAS sobre benefícios eventuais, a gente teve uma oficina pra poder tratar sobre esse assunto.
2693 Nessa oficina foram levantados muitos pontos importantes. Os pontos importantes estão sendo
2694 levados em consideração e vão trazer a minuta nova pra gente na próxima plenária para entrar em
2695 deliberação. Ponto 3, tem uma denúncia de uma entidade governamental que não utilizava
2696 corretamente a verba recebida pelo governo, a entidade chama Casa de Proteção Dr. Carlos
2697 localizada em Pirapora/ MG. Agente definiu na comissão que esse é um assunto, que nós não
2698 podemos fazer o serviço de polícia, de investigar e tal, embora seja nossa função acompanhar,
2699 então a gente encaminhou em mandar um ofício para o Conselho Municipal apurar; um ofício à
2700 Sedese solicitando informações e um ofício ao MDS informando os encaminhamentos. A gente
2701 tinha um prazo de 30 dias, só que 30 dias dá hoje, então a gente vai informar ao MDS que
2702 recebemos no dia 16/05, então não vai dar tempo de responder em 30 dias. O ponto 4, a Luanda tá
2703 por aí? pode deixar, o ponto 4. (Luanda): É, o ponto 4 então, ano passado a gente apresentou o

2704 Fetsuas trouxe pra plenária a solicitação de 2 moções, que por falta de prazo não conseguiram ser
2705 votadas na Conferência e aí a solicitação foi pra comissão de política, são 2 moções, agora não dá
2706 pra ser mais moção, mas são 2 assuntos relevantes. Um fala sobre assédio moral de trabalhadoras
2707 e trabalhadores que estão no CMAS, outro fala sobre a situação de Juiz de Fora, dizendo o
2708 posicionamento dos trabalhadores em relação a situação de Juiz de Fora. A gente decidiu na
2709 comissão escrever em forma de notas, então na verdade vai ser uma nota que a gente vai enviar
2710 para os gestores e para os conselhos municipais. Na verdade a gente decidiu que,
2711 estrategicamente, para os gabinetes de prefeitos seria interessante a importância da participação
2712 de trabalhadores no CMAS e o respaldo que os trabalhadores tem de participar, para que não
2713 vivam esse assédio moral. Então a gente tem até legislação que respalda isso. Nós fizemos um
2714 esboço dessa nota, mas para que ela fique bem feita vamos precisar de um tempinho para
2715 escrever. Então eu, Bruno, a Camila vamos escrever e compartilhar essa nota com vocês no e-mail,
2716 ficou assim pra ficar mais fácil e a gente decidiu isso. Deixa eu ver se aqui tem deliberação nisso.
2717 Então assim a deliberação, o encaminhamento aqui pra plenária seria se todos estão de acordo
2718 com isso, da gente transformar essas moções em notas e enviar para os conselhos municipais e
2719 para os gestores. Se todos tiverem de acordo a gente vai confeccionar a nota. É, uma Nota Pública.
2720 (Débora): Só complementando gente, é que a gente achou assim muito importante isso, porque
2721 inclusive a gente sabe que já aconteceram, temos o caso de Betim e outro de Poços de Caldas,
2722 que chegaram de trabalhadores que eram representantes no Conselho Municipal de Assistência
2723 Social, e por causa da sua atuação no Conselho acabam sendo demitidos pela gestão. Então, é
2724 uma pena que essa a moção não chegou a tempo, mas a gente achou que é um ponto muito
2725 importante para enviar para os Conselhos, falando da relevância pública, da importância desse
2726 trabalho e tal. (Bruno): Em Juiz de Fora a gente teve um caso até curioso que não foi de
2727 trabalhador de entidade, na verdade foi de trabalhador de entidade governamental, que era até um
2728 padre que tinha lá muito atuante, assim ele era muito benéfico para Sociedade Civil. E batia forte
2729 mesmo, era muito resistente. Ele ficou 3, 4 semanas e tiraram ele do Conselho. Acredito que ele
2730 era concursado, não foi demitido. Mas essa questão de forçar a barra pra pessoa não falar o que na
2731 verdade o que ela deve, é uma coisa que existe mesmo. Já podemos votar, então. Podemos
2732 colocar em votação presidente? (Rodrigo): É, então, os conselheiros que aprovam a nota pra todos
2733 os Conselhos, alertando com relação ao assédio moral e etc. (Luanda): A outra é com relação a
2734 questão de Juiz de Fora. Ontem durante a comissão a deliberou, foi elaborada uma nota de repúdio
2735 a gestão de Juiz de Fora, considerando a situação vivida, em torno do chamamento público. Esta
2736 nota também será elaborada em breve. Então são 2 notas porque são 2 moções. (Rodrigo): Sim. É
2737 que a questão da terceirização da proteção social básica: CRAS e PAEF. (Bruno): Essa questão,
2738 eu não sei se ficou claro pra todo mundo, é porque em Juiz de Fora já é atendido CRAS, CRESS,
2739 Centros Pops por entidades privadas do terceiro setor. E a moção é porque através da MROSC
2740 está tentando regularizar a situação (que não vai) que vai ficar bem contraditório, entendeu? Então
2741 é assim, existe um chamamento público para um serviço que não pode ser feito via chamamento
2742 público, ele só pode por execução direta do poder público. Então a gente já teve até algumas
2743 desculpas do poder executivo, de ofícios enviados perguntando qual que é a posição e aí é sempre
2744 alguma coisas que a gente não consegue entender muito bem. (Rodrigo): É isso que eu ia falar,
2745 nós marcamos uma reunião com eles mandamos um email, a mesa diretora, e eles responderam, o
2746 email, que na data marcada eles tinham um evento. O presidente do Conselho, inclusive, mandou
2747 calendário das reuniões. Então estão solícitos e a gente vai buscar uma nova data pra eles virem
2748 aqui. (Bruno): Eu estou otimista com essa situação, acho que a gente vai conseguir regularizar. As
2749 pessoas que estão envolvidas, hoje, são muitos benéficas para regularização da coisa. (Débora): A
2750 gente comentou lá na comissão, ontem, da importância de ser ágil essa agenda, porque parece que
2751 o chamamento já ocorreu, quem ganhou o chamamento foi a Adra. Inclusive, a Amac que é a
2752 entidade que está lá desde a década de 40, sei lá desde que década que ela tá lá, ela também saiu
2753 e agora nós temos até a Amac contra o chamamento, porque ela perdeu. Então acho que é um
2754 momento importante para a gente apoiar a cidade de Juiz de Fora. É um apelo a mesa diretora e a

2755 secretária executiva pra tentar agendar o mais rápido essa reunião. (Elerson) Cáritas. (Rodrigo): Oh
2756 Elerson, espera só um minutinho. É que a reunião estava marcada pra ontem na mesa diretora e
2757 está como prioridade absoluta, sim. E a questão não é nem a dificuldade de ir lá, é porque trazê-los
2758 aqui para reunir, com a Presidência do Conselho, a Secretaria Executiva e a subsecretaria, que
2759 estará também presente, é ter um comprometimento simbólico. Eu acho que é intencional trazê-los
2760 aqui. Elerson desculpe. (Elerson) Cáritas: Para maior agilidade da questão, é uma sugestão que eu
2761 daria, seria oficiar o Ministério Público, pois se tem um edital em curso, para amarrar o edital só
2762 uma ação do Ministério, por exemplo: pode suspender o edital através de uma liminar. Eu acho que
2763 é isso que tem que ser feito. (Rodrigo): Você trás como proposta, Elerson? De tentar amarrar o
2764 edital? (Débora): A gente já até falou isso na última reunião. Teve já audiência pública lá e o
2765 Ministério Público já está acionado, já tiveram várias questão. Agora está num outro momento,
2766 mudou a gestão, então a gente já tá vivendo um momento diferente, que vale a pena então a gente
2767 insistir. Parece que está correndo, mas a gente não teve notícias como é que está o processo no
2768 Ministério Público, mas que tem processo lá tem. (Juanita) Federação das Apaes: Na verdade
2769 existe a NOB SUAS 2012, que regula o processo de fiscalização pelos órgãos, inclusive os
2770 Conselhos e tem uma procedimentalização da fiscalização, que tem que ser formalizado pelo
2771 Conselho. As recomendações e orientações ao CMAS, caso as irregularidades não sejam
2772 respondidas ou corrigidas, o Conselho Estadual tem que encaminhar ao Ministério Público. Acho
2773 que foi feito o encaminhamento igual com relação ao Edital. Eu acho que a situação do SUAS em
2774 Juiz de Fora está numa situação irregular de gestão, lá toda vida o CRAS e o CREAS foi assim
2775 executado. Na época foi tentada negociação, enfim, possivelmente tem esses registros lá. Mas eu
2776 falo, o que esse Conselho vai fazer além de solicitar pra reunião? que na NOB SUAS estabelece a
2777 procedimentalização dessa fiscalização e que desemboca no Ministério Público. (Rodrigo): Sim. É,
2778 eu acho que uma coisa não isenta a outra. Obviamente a reunião foi pensada muito numa tentativa
2779 de se tentar um diálogo, pra que a gente não saia queimando todos os cartuchos ao léu. Então eu
2780 penso o seguinte, que a gente, se for pra oficiar nós temos que oficiar também a Sedese e ao
2781 Fundo Nacional. Porque se está regular, com o cofinanciamento está caindo, então se já partimos
2782 para o pressuposto que vamos oficiar o Ministério Público antes dessa reunião, eu acho que tem
2783 que ser estendido ao Ministério Público, Sedese, e Fundo Nacional. (Bruno): Só uma coisa
2784 rapidinho, desculpa Débora, tem 2 situações: uma é a Adra que foi habilitada e está com maior
2785 pontuação e a Amac, ela tem inscrição no Conselho nesses serviços. A Juanita chamou a minha
2786 atenção, para uma coisa, ela tem que ter inscrição no CMAS, no CNEAS e no SEBAS para poder
2787 prestar o Chamamento Público. (Rodrigo): Eu penso, que como o CMAS também inscreve uma
2788 entidade pra executar PAEF e PAIF?. (Bruno): Teve uma situação que eu vou falar o que é
2789 comentado... mas é nada oficial, a comissão de avaliação e monitoramento, a comissão de normas
2790 que certificou a Amac na época, em novembro do ano passado, que certificou o serviço, informou
2791 que através de respaldo do próprio CEAS e do CNAS, ela entendeu que como a instituição já
2792 presta serviço a muito tempo ela poderia ser certificada, porque precisa de uma regularização.
2793 Pode ser que eu esteja enganado, que eu tenha entendido errado, mas a entidade está certificada
2794 nesses serviços. (Rodrigo): Oh Bruno, ainda bem que você falou: ela entendeu. Eu acho que a gente
2795 tem que recuperar esses documentos aqui no CEAS. Então, Consolação, tudo que se diz respeito a
2796 Juiz de Fora a gente deve fazer um dossiê disso. Compreende? porque eu penso o seguinte: o que
2797 a entidade entende tem uma distância do que está escrito. Então temos que recuperar. É uma
2798 questão de Ordem. Juanita. (Juanita): Nós já temos algumas ações em andamento, que inclusive
2799 uma dessas é essa tentativa de reunião, essa reunião até porque nós conversamos aqui na na
2800 última plenária, que seria uma oportunidade considerando que mudou o Gestor e a gente precisa
2801 fortalecer o sistema. Entretanto, a gente, eu penso que esse Conselho poderia formalizar ao
2802 Conselho Municipal de Juiz de Fora, sobre indícios de irregularidades que chegaram ao nosso
2803 conhecimento de execução do PAEF, do PAIF e serviço de população em situação de rua
2804 executado por entidades privadas, e solicitar deles que se manifestem. Já foi feito? Foi feito
2805 quando? E eles já responderam? (Débora): Só situar aqui eu acho o seguinte, pela discussão que a

2806 gente já teve, inclusive o nosso companheiro aqui é vice presidente do Conselho Municipal, então a
2807 situação de Juiz de Fora é uma situação assim de longa data, que está lá a muito tempo. E a gente
2808 conversou na última plenária, que era uma oportunidade da gente intermediar, numa posição
2809 amigável agora, por enquanto, para tentar reverter isso, aproveitar a situação, quem sabe que a
2810 partir daí eles regularizam. Porque eu entendo, sei que assim já foi pro Ministério Público e para o
2811 Conselho Municipal, o que era possível fazer já foi feito, talvez agora possa mudar um pouco o
2812 panorama, como o companheiro falou. Grande parte do Conselho Municipal era de lá da Amac,
2813 então não tinha interesse nisse, continua no segundo lugar no edital, mas enfim eu acho que assim,
2814 a gente tem que agilizar, minha opinião é essa, marcar o mais rápido possível, essa semana de
2815 preferência, essa reunião. Dar essa pressionada e a partir da reunião a gente avaliar, sabe Juanita,
2816 todas as possibilidades. Aí sim, depois que a gente fizer isso, aí a gente apoia o Ministério Público,
2817 acompanha o que o Ministério Público está fazendo, vamos ver para aonde a gente parti. Inclusive
2818 os Fóruns, lá a gente sabe que os Fóruns está contra, vários movimentos lá estão contra e a gente
2819 precisa agora tentar uma ação mais efetiva. (Bruno): Isso. Só uma coisinha aqui, tem um
2820 representante da Amac no Conselho, oficial do presidente da Amac tem uma pessoa, tem outras
2821 pessoas que tem alguma relação indireta com a Amac, mas representante da Amac é uma só no
2822 Conselho. E a outra coisa que eu ia falar, é que a gente tem que repensar a necessidade, agora
2823 que eu pensei isso, eu não tinha pensado ontem na Comissão de Política, mas a gente tem que
2824 repensar a necessidade dessa nota, uma vez que eles virão aqui então as vezes não precisa da
2825 gente bater antes de conversar, a gente pode conversar primeiro. (Rodrigo): eu tenho uma proposta
2826 de encaminhamento aqui, porque eu acho o seguinte, eu concordo muito com a Juanita falou, a
2827 gente é... pelo que eu me recordo o que chegou no ofício, desde da época da outra conselheira de
2828 Juiz de Fora, que a gente vem trazendo essa pauta, isso não é novo mesmo. Foi muito voltado para
2829 o Edital, embora lá diga que está irregular não sei o que, foi voltado para a situação do Edital, o
2830 plano de fundo é o Edital, então, pra não dizer que não foi dito, eu penso o seguinte... eu estava
2831 vendo com a Consolação se poderia deliberar, uma vez que a gente não tem coro qualificado mais,
2832 pode que é pauta, então eu penso que é pra gente não esperar o próximo pleno, já passei a minha
2833 agenda ainda em maio para Consolação, por isso que eu dei uma desligada, porque eu tava
2834 fechando com ela algumas coisas, não só de Juiz de Fora, mas também da posse do Conselheiro
2835 Márcio, a gente não disse aqui mas a gente tá no radar, a gente não esqueceu disso, é a gente já
2836 aprovar os encaminhamentos caso a reunião não vá pra frente, por algum motivo, a gente já
2837 encaminhar esses ofícios com autorização desse pleno e notificar os agentes, porque senão a
2838 gente espera mais um mês, depois vai mais um mês entendeu? então a minha proposta é que a
2839 gente já coloque essa autorização. Então, podemos votar? Então, os Conselheiros que autorizam,
2840 caso a gente não consiga estreitar o diálogo com a Prefeitura de Juiz de Fora, por qualquer motivo,
2841 a gente encaminhe os ofícios notificando o Conselho e os órgãos competentes. (Bruno): Só um
2842 segundinho, desculpa, antes da votação. A votação é para o caso da nossa conversa não ter um
2843 fruto positivo, a gente mandar nota ou de não ter conversa. Beleza. Tá ótimo. (Rodrigo):
2844 Exatamente. Então, estamos esclarecidos, podemos votar? Oi? Já aprovamos a outra, as duas
2845 moções. Lembrando as duas moções estão aprovadas. Então, os conselheiros que aprovam os
2846 encaminhamentos referentes aos ofícios e coisa. Abstenções. Contrários. Então aprovado.
2847 Comissão, mais alguma questões? (Luanda): Vão lá. O próximo ponto 5 de pauta, uma
2848 manifestação do Fortsuas, o de Muriaé, da regional de Muriaé dizendo das condições precárias de
2849 trabalho vividas pelos profissionais do SUAS lá. Então numa primeira ação que já foi feita, foi
2850 encaminhada pelo presidente, manifesto ao CREAS para apurar a denúncia. Aí a gente discutiu se
2851 a gente não sabe que tipo de demanda são essas dos trabalhadores lá e nem onde se localiza
2852 especificamente, a gente sabe que se localiza na regional e aí a gente sugeriu também enviar pro
2853 SIND, do CRP, pra que a categoria de psicólogos, enquanto trabalhadores do SUAS, também seja
2854 atendida na denúncia de precariedade de trabalho. A gente vai enviar também, enquanto CEAS,
2855 uma manifestação ao Fort em apoio, dizendo que a gente vai fazer um Encontro para
2856 fortalecimento do trabalhador, nos dias 28 e 29, que é importante que eles estejam presentes

2857 também, para que a gente consiga até amadurecer essas questões. Porque essas situações de
2858 precarização de trabalho a gente percebe em várias regionais, enfim. A gente pensou até em
2859 elaborar uma cartilha, porque não é a primeira denúncia que a comissão recebe sobre esse tema
2860 de precarização profissional do trabalho e aí elaborar uma cartilha também nesse sentido,
2861 orientadora mesmo. É, então a gente tirou como encaminhamento enviar ofício ao SIND, ao CRP,
2862 informando sobre a denúncia e para tais órgãos o ofício já foi enviado, então pros dois, solicitar ao
2863 CREAS se o CREAS já tem alguma apuração da denúncia, já que o ofício já foi enviado para ele
2864 antes. E enviar esse ofício ao Fortsuas, informando sobre as medidas tomadas, para que o FORT
2865 também saiba que a gente tá discutindo o assunto aqui e está tentando encaminhar ele de alguma
2866 forma. Então é isso, é assim, então por enquanto são só ações que a comissão propõe e não tem
2867 deliberação nisso. Essa não. É informe. Ponto 6, situação de precarização de trabalho vividas por
2868 trabalhadores e trabalhadoras da Subsede da Sedese essa foi uma denúncia que foi anônima que
2869 foi recebida pelo Fetsuas. A de cima? Os ofícios. Então é ofício. Então CRP, SIND e ao Fort.
2870 (Rodrigo): Então tem. Então tem alguma discussão, conselheiros? Não? Então os conselheiros que
2871 aprovam o encaminhamento? Ok. Abstenções? Contrários? Encaminhamento número 5.
2872 Encaminhamento número 5 aprovado. (Luanda): Número 5. Há outro ponto 6, um ponto que a
2873 gente já colocou aqui em Plenária também, que é uma denúncia anônima recebida pelo FET, que o
2874 FET encaminhou para o CEAS, que diz respeito a condição de trabalho novamente dos
2875 trabalhadores das regionais da Sedese, a gente enviou um ofício 28/2018 a Sedese solicitando a
2876 apuração dos fatos, só que a gente ainda não obteve retorno desse ofício. E aí a nossa discussão é
2877 que a gente ficou aguardando a resposta, mas já que é uma situação de denúncia, que a gente não
2878 vai ficar aguardando passivamente, então vamos mandar um novo ofício a Sedese reforçando a
2879 situação do trabalhador que continua precarizada, pedindo novamente o posicionamento. Reiterar o
2880 ofício é melhor. (Rodrigo): Microfone por obséquio. (Luanda): Então tá. Reiterando o ofício, a gente
2881 decidiu também estabelecer um prazo pra que obtivesse uma resposta mais prontamente. É, isso
2882 também precisa ser deliberado, porque é reiteração de ofício. (Rodrigo): Conselheiros que aprovam
2883 o encaminhamento número 6? Contrários? Abstenções? Encaminhamento 6 aprovado. (Bruno): É,
2884 voltando, eu vou ter que voltar ao ponto 1, 2 e 3 porque a gente não deliberou? (Rodrigo): Qual?
2885 (Bruno): Pontos 1, 2 e 3. 1 não, desculpa, 2 e 3. O 2 é a revisão da resolução do CEAS, a gente
2886 tem os encaminhamentos. Ah tá, o 2 não precisa não e o 3 precisa com certeza. O 3 é a denúncia
2887 enviada pelo MDS ao CEAS sobre o serviço de acolhimento de criança e adolescente ofertado pela
2888 entidade Casa de Proteção Dr. Carlos, localizada em Pirapora. Eu até esqueci de falar, uma coisa
2889 nesse ponto, já teve uma denúncia para essa entidade nesse ano. O Juiz já determinou algumas
2890 coisas para ela, eu não sei se vocês querem que eu leia, acho que não precisa que já são 6:08 h,
2891 mais ela já perdeu na justiça uma ação desse gênero, a gente até trouxe aqui se for o caso a gente
2892 até envia por email. Mas os encaminhamentos são: 1 - enviar ofício ao Conselho Municipal, você
2893 troca aí para mim por favor, é Municipal, tá Conselho Municipal, solicitando informações sobre a
2894 denúncia apresentada, que apure o fato para o subsidiar o CEAS, 2 – enviar o ofício a Sedese
2895 solicitando informações sobre o que conseguiu apurar e 3 - ofício ao MDS, só pra poder falar que a
2896 gente não pode responder em 30 dias, que vence hoje 30 dias e que a gente recebeu anteontem.
2897 Então, podemos deliberar? (Rodrigo): Não. Porque nós temos um novo encaminhamento pra
2898 acrescentar aí. (Bruno): Pois não. (Rodrigo): Nós estamos discutindo aqui. Nós temos 3
2899 conselheiros de Pirapora aqui dentro. Nós temos 1 que representa o CMAS de Pirapora, ele tem
2900 que ser implicado, a gente tem que ouvi-los, chamá-lo, chamar atenção e pedir pra que eles
2901 observem a situação lá também. Eles tem que se implicar. É pra isso que o Conselho tá aqui. Pois
2902 não, pode falar Ariadna. Ariadna (Fasemig): Oh, gente eu vou falar pela primeira vez, (Fasemig)
2903 Pirapora: É, eu conversava agora com o Leo, eu vou falar pelos outros 2 conselheiros que não
2904 estão presente, mas nós vamos ter muito interesse em estar nesse caso, porque lá também nós
2905 temos outras informações, então pra nós seria interessante nós estarmos juntos dessa
2906 averiguação, porque elas tem algumas controvérsias, sim. O que saiu lá que o Conselho está
2907 acompanhando, então nós gostaríamos de estar junto pra poder estar a par da real situação,

2908 porque até então eu tenho outras informações também sobre essa denúncia, sobre essa situação.
2909 (Rodrigo): Então a sugestão é que a comissão chame esses conselheiros. Peçam a contribuição
2910 deles, e se for o caso, oficie e traga algumas estratégias junto a esses conselheiros. Mas o fato é
2911 que o conselheiro precisa se implicar com isso aí. (Bruno): Tá ótimo. Aí você coloca pra gente que
2912 1, 2, 3. (Rodrigo): Márcio. (Márcio): Pelo que eu entendi há um prazo estabelecido pelo MDS que
2913 vence hoje, a gente pelo menos teria que ter uma manifestação de solicitação de prorrogar esse
2914 prazo, eu acho que a gente precisa dessa dilação do prazo aí, entendeu? pra que o trabalho seja
2915 realizado de forma mais complementar. (Rodrigo): Então, mais um encaminhamento então, que é
2916 mandar ofício pedindo dilação de prazo. (Bruno): É o encaminhamento número 3. (Rodrigo): E
2917 apurado de fato. (Bruno): Na verdade quem estabeleceu o prazo não foi o MDS, desculpe, é porque
2918 o Juiz estabeleceu, ao MDS, isso mesmo. (Rodrigo): Ok. Mas de qualquer forma a gente já mandou
2919 um ofício para o MDS, falando que tá em apuração e que o prazo terá que ser dilatado. (Bruno): E
2920 aí a gente teve até esse ponto também ou não precisa. (Rodrigo): A gente vai colocar tudo em
2921 votação se algum conselheiro contestar o encaminhamento, manifeste-se agora. (Bruno): Ótimo,
2922 podemos?: (Rodrigo): Mais alguma questão, não? Tem algum conselheiro contrário alguma
2923 inclusão dos encaminhamentos? Quem aprova o encaminhamento número 3, os encaminhamentos
2924 número 3 com os acréscimos? Contrários?. Abstenções?. Aprovado. (Bruno): Ótimo. Agora ponto
2925 8, ponto 7, desculpa. Ponto 7, é uma tristeza, aqui é um luto praticamente, a Prefeitura Municipal de
2926 Belo Horizonte registrou como público o imóvel de Dona Wilma situado a rua (rodrigues), desculpa,
2927 a rua Congonhas no bairro São Pedro. Na nossa discussão, todos fomos favoráveis a dona Wilma,
2928 coitada. De acordo com a história diante da nossa discussão, parece que a família, o avô dela
2929 construiu, era o pai dela trabalhou na construção da calçada ali e aí como troca do pagamento ele
2930 recebeu o imóvel, agora tem uma questão, que segundo ela todas as casas daquela rua tem
2931 registro no mesmo cartório e só o registro da casa dela que sumiu. Então, assim uma coisa muito
2932 delicada pra gente, então o nosso encaminhamento diante disso é elaborar uma nota de apoio a
2933 Dona Wilma, para encaminhar ao gabinete do prefeito e para a Prefeitura de Belo Horizonte.
2934 (Rodrigo): Eu queria pedir um acréscimo também, não só uma nota de apoio a Dona Wilma, uma
2935 nota de repúdio a administração pública, por propor essa atitude. (Bruno): Foi levantada essa
2936 situação. A nossa comissão pensou numa nota de apoio. Aqui na mesa a gente vai decidir se cabe.
2937 (Elerson): Nós da Cáritas estávamos assessorando o caso, através de um projeto, uma parceria
2938 que a gente tem com o Ministério Público, depois porque a Dona Wilma recebeu já uma ação
2939 demolitória, ela tinha um prazo que era até maio pra sair, com a repercussão do caso a prefeitura
2940 suspendeu essa ação demolitória e fez uma contraproposta de dar o uso fruto para Dona Wilma,
2941 até enquanto ela tiver em vida, não considerando a herança, acho que a história do caso é isso
2942 mesmo. Vale ressaltar que a Dona Wilma sofreu assédio a vida toda, porque ela mora na região de
2943 São Pedro, Santo Antônio, então vocês sabem como é a especulação imobiliária ali, várias
2944 construtoras quiseram comprar aquele imóvel. Existe projeto já de um prédio para ser construído
2945 alí, na qual o terreno dela vai ser simplesmente uma área de lazer. Então acho que vale uma nota
2946 de repúdio, porque a administração pública não quer reconhecer esse direito que ela tem, direito de
2947 posse ela já tem, mas é o direito da propriedade, no sentido de que eles dão a cessão de uso,
2948 falecendo Dona Wilma eles não reconhecem os direitos dos herdeiros, de toda família que está ali.
2949 Então acho que vale isso sim. Há uma pressão, agora que a coisa ganhou uma repercussão
2950 nacional e tal, vai até ter uma audiência pública na câmara dos deputados de Brasília aqui, então
2951 acho que vai institucionalizar, vai ser de grande valia essa nota. (Bruno): Eu pessoalmente sou a
2952 favor da Nota de Repúdio. (Rodrigo): É, eu penso que só a questão da propriedade já merecia o
2953 repúdio, a forma como foi, merecia algo maior que o repúdio, eu acho que merecia ir ao ministério
2954 público, mas como a gente não tem condição de fazer nada maior do que o repúdio, se tivesse eu
2955 proporia aqui facilmente, eu sustento e peço a inclusão. Vou por em votação, então mais uma
2956 questão conselheiros? Então os conselheiros que aprovam a inclusão da nota de repúdio aos
2957 encaminhamentos? Contrários? Débora, Abstenção? Débora, eu esqueci seu nome, Sandra.
2958 Abstenção? A Sandra abstêm, Débora contrário e Sandra abstêm. Quem aprova também a moção

2959 de apoio a Dona Wilma? Moção de apoio a Dona Wilma? Débora, apoio, contrários? Abstenções?
2960 Ok. Então encaminhamento 7 aprovado. (Bruno): Ótimo. Vamos para ao número 8 e penúltimo:
2961 Continuação da apuração da denúncia de Bueno Brandão que identificou acumulação de função,
2962 uma vereadora ocupava também a função de cadastradora do Programa Bolsa Família, na nossa
2963 discussão, de ontem, na comissão a gente identificou que também esse processo já estava
2964 rolando. Assim nós já notificamos ao CMAS de Bueno Brandão, a resposta foi que eles não
2965 conseguiam apurar nada antes de 3 meses. No sistema não dá o histórico, pois é anterior a 3
2966 meses, por exemplo: hoje nós estamos em maio, e a última pessoa que eu consigo verificar que
2967 entrou foi em fevereiro, então a pessoa que entrou em janeiro não tem mais dado sobre ela. Só que
2968 a gente identificou também, a Maria do Carmo ligou para uma pessoa que faz esse cadastramento
2969 e a pessoa falou que não, não é isso, se você tiver o nome completo da pessoa você consegue
2970 puxar até, até muito mais distante que isso. Então a nossa manifestação em relação a isso é enviar
2971 outro ofício ao CMAS de Bueno Brandão solicitando acompanhar toda a situação cadastral do PBF.
2972 Eu ainda acrescentaria, ontem eu comi mosca nesta parte, a informação de que pode sim verificar,
2973 dizer que pode sim que é possível com o nome completo da pessoa é possível verificar. E teve uma
2974 questão na discussão também, a gente não colocou como encaminhamento, mais a Maria do
2975 Carmo levantou uma situação interessante que é o seguinte, o programa Bolsa Família a pessoa
2976 precisa de atualizar, se eu não me engano de 2 em 2 anos, aí ela falou olha, se a gente pegar as
2977 pessoas que entraram antes da última atualização e a atualização depois que a vereadora saiu do
2978 programa bolsa família então a gente vai restringir o número de cadastros para verificar e vai ser
2979 mais fácil com esse menor número de pessoas, verificar quais cadastros irregulares tinham ali, pra
2980 ver se teve algum cadastro irregular do Programa Bolsa Família. Então a proposta de ofício é essa.
2981 (Rodrigo): Eu peço que no ofício é a gente, tem um manual e ele é público, é fácil baixar, já
2982 encaminhe o manual do sistema pra eles, se for possível se não for extrapolar nossas atribuições.
2983 E talvez a gente depois da comissão de política, Bruno, a gente debruçar um pouquinho melhor
2984 sobre isso, sobre esses relatórios a gente solicitar os relatórios, se for o caso a gente discute isso
2985 melhor, mas o encaminhamento a gente encaminhar com cópia do manual do sistema e para que
2986 eles emitam esses relatórios. (Bruno): Tá ótimo. Marta. (Marta): Acho que precisa apresentar o
2987 ofício que o município pode recorrer a orientação técnica da Sedese, a equipe do cadastro, do
2988 bolsa. A equipe orienta. (Rodrigo): Ótimo. Indica também os contatos do pessoal da Sedese.
2989 Juanita. (Rodrigo):Fala no microfone. Vamos votar esse e depois a gente volta ao caso, pra
2990 terminar então? Pode ser? Ok. Então os conselheiros que aprovam o encaminhamento com os
2991 acréscimo? Em votação, contrários, contrários Luanda? Contrários, Abstenção? Então
2992 encaminhamento oitavo, aprovado. Deixa eu terminar o encaminhamento e a gente volta. (Bruno):
2993 É, número 9 é uma denúncia da terceirização dos profissionais do SUAS, abertura de processo
2994 licitatório de menor preço, é, não dar posse aos aprovados no concurso. Eu estou rindo aqui mas é
2995 de nervoso. Porque é uma situação terrível, Rio Pardo de Minas. Para quem não tiver entendido,
2996 teve um concurso público tinham excedentes, as pessoas estavam esperando a nomeação e a
2997 cidade fez um pregão, sei lá como é que coloca o nome de menor preço, e contrataram uma
2998 pessoa pagando muito menos. Então assim essa é a denúncia que a gente tem. Eu não estou
2999 falando que isso aconteceu, é algo que a gente ouviu, que a gente recebeu. Os encaminhamentos
3000 seriam oficial o CRESS e o PSIND, perguntando se recebeu alguma denúncia de existência de
3001 pregão pra assistente social em Rio Pardo de Minas e em caso positivo quais os encaminhamentos
3002 gerados, profissionais do SUAS, (Rodrigo): Há é profissionais do SUAS não é só assistente social?.
3003 (Bruno): Eu falei assistente social? Devo ter falado, mas é profissional do SUAS, desculpa e o
3004 encaminhamento número 2, enviar um ofício ao CMAS solicitando averiguar a existência do
3005 processo de licitação de menor preço, eu não sei se ficou claro aqui, a gente vai solicitar ao CRESS
3006 e ao PSIND perguntando se eles estão sabendo se houve esse concurso, se as pessoas estão
3007 aguardando serem nomeadas e solicitar ao CMAS se eles sabem de alguma licitação de menor
3008 preço para essa atividade. Vou ler tudo só pra gente deliberar. Licitação de menor preço para
3009 contratação de profissionais do SUAS que estejam vigente ou que tenha acontecido, além de

3010 verificar se no último concurso tem cargo para o SUAS, se os aprovados tomaram posse ou se
3011 houve alguma situação irregular. Reforçar sobre o cumprimento da NOB RH e a importância de
3012 combater situação de precarização do SUAS. Podemos votar? (Rodrigo): Vocês pensaram em
3013 acionar o Ministério Público se eles estão tomando conta disso? (Luanda): Na verdade a denúncia
3014 chegou de forma anônima e com poucas informações então a primeira ação da comissão foi pedir
3015 mais informações porque a gente não sabe o número do concurso, a gente não sabe de quando
3016 que é esse edital, quando que foi feito esse pregão, a gente não tem essas informações. E aí o
3017 denunciante não deu retorno ao e-mail, mas a gente por considerar uma denúncia importante, uma
3018 denúncia séria, a gente resolveu tomar a medida de ver se os outros órgãos receberam também
3019 essa denúncia e se tiveram mais informações a respeito do assunto. Então, assim, acionar o
3020 Ministério Público por agora sem informações concretas (fica meio) a gente está sem saber como
3021 fazer isso. (Rodrigo): Eu estou pensando Luanda na questão o seguinte, não acionar a título de
3022 denúncia procurar saber se existe algum processo, se existe alguma questão, se eles estão
3023 acompanhando o processo do concurso, porque horas, se tem um concurso vigente o Ministério
3024 Público tá acompanhando. É geralmente o Ministério Público, muito desses concurso é motivado
3025 inclusive pelo Ministério Público. E eu penso o seguinte, a gente já desenhou esse trem tantas
3026 vezes, isso é pauta recorrente, mas eu penso que a gente tem que começar a engrossar a
3027 conversa sabe, isso tá virando prática, então se é irregular, eu parto do pressuposto, que os órgãos
3028 governamentais, Fundo Nacional, Conselho Nacional, Sedese, MDS, também tem que ser
3029 implicado nisso. E a gente as vezes até mesmo indicar a cessão de recurso, a paralisação de
3030 recurso, porque hora, tá financiando um serviço que está sendo executado de forma
3031 completamente irregular, então não dá. A assistência... enquanto a gente ficar nessa fase dialógica,
3032 de mais também, a gente não vai conseguir avançar, porque prefeito tem medo de perder recurso
3033 da saúde, porque recurso da saúde bloqueia FPM, educação bloqueia FPM, o nosso não acontece
3034 nada. Sabe, então eu acho que hora de pensar alguma estratégia pra dentro da comissão e estudar
3035 até onde a gente pode ir, engrossar um pouquinho mais esse caldo aí. Elerson. (Elerson): Só sobre
3036 uma coisa que me veio do outro caso da Dona Wilma aí, só pra uma indicação da nota de repúdio
3037 que vai sair, eu acho que seria interessante constar na nota, é repúdio à morosidade da Prefeitura
3038 de Belo Horizonte na resolução do caso na garantia na direito de propriedade dela, acho que é
3039 interessante colocar isso, que é a grande luta que ela tá colocando. (Rodrigo): Ok, mas algum
3040 conselheiro? Então Ok. Eu penso que deveria solicitar, eu não sei se é possível, é Leo, pedir essa
3041 informação para o Ministério Público, eles respondem? Microfone, eu quero saber se eles estão
3042 acompanhando a questão do concurso e se já existe alguma questão do Ministério Público afeto a
3043 essa temática lá, do pregão, da propriedade dos trabalhadores do SUAS. (Leonardo): Secretaria
3044 Executiva do CEAS: Eu penso que por ser um procedimento licitatório mais eficiente seria se a
3045 gestão estadual, que o CEAS, oficiasse a gestão municipal, o executivo municipal, porque o
3046 procedimento é Licitatório, então ele partiu do município, qual é esse município? Rio pardo de
3047 Minas, então o Ministério Público sim, ele pode contestar qualquer procedimento licitatório e pode
3048 também analisar a questão da precarização do concurso público, porque o concurso está super
3049 valorizado no município é interessante, que nem o procedimento como é aquele procedimento
3050 Consolidação, de 2 em 2 anos, você pode fazer, você lembra Marta me fugiu, processo seletivo
3051 simplificado, procedimento seletivo simplificado, que já era, já seria não tão recomendado, mais
3052 agora parece que já virou exceção da exceção, então eu acho que dá pra ter 2 frentes aí, a frente
3053 em cima do procedimento licitatório, com a gestão estadual oficiando a gestão municipal e a
3054 precarização do trabalho por meio da não adoção do concurso público que é regra constitucional
3055 direto com o Ministério Público. Por fim eu vou ressaltar um ponto aqui que eu estava falando com
3056 a conselheira Luanda, que seria o CEAS tentar diagnosticar de uma forma mais rápida esse
3057 fenômeno da precarização através de pregão eletrônico, da contratação de profissionais da
3058 Assistência Social, de impugnando diretamente no edital, entendeu? Porque se você impugna esse
3059 edital, e até o Ministério Público pode fazer isso também, você já resolve o problema antes dele
3060 começar. (Rodrigo): É o que eu sei é que o CRESS ele atua nisso, agora com tudo existe um em

3061 brolho, eu não vou dizer com certeza, por favor salvaguarda, qualquer equívoco, mais eu me
3062 apropriado disso para o próximo pleno, eu trago isso com maior certeza, mas pelo o que eu ouvi, não
3063 é da minha comissão enquanto dentro do Conselho, se o técnico passar, enquanto processo o
3064 CRESS tem uma atuação, ele consegue atuar e tentar reverter alguma atuação, a partir do
3065 momento que assina um contrato existe uma concordância do profissional, então o CRESS não
3066 consegue reverter mais, não que não seja legal, não que não seja imoral, mas é parte de um
3067 pressuposto, que o contrato é uma concordância de ambas as partes e aí existe uma questão, por
3068 mais que a gente se agilize o CRESS perde. (Leonardo): É isso, a CLT e a comunhão das partes,
3069 através de um contrato, sempre prepondera, salvo na administração pública. Na administração
3070 pública essa regra ela não existe. Então se eu sou um empresário e quero contratar alguém, vou
3071 me valer da CLT, por mais que ela tenha sido relativizada nos últimos meses, mas na
3072 administração pública é esse processo, é um processo que se dá através de edital, com
3073 publicidade, com acompanhamento dos órgãos componentes, exatamente o que a conselheira
3074 Juanita lembrou, pelos princípios da administração pública o contrato aqui está num plano inferior,
3075 entendeu? Os princípios da administração pública, é exatamente, isso é licitação, isso não é, eu
3076 acho que na pior das hipóteses, eu acho que interessante seria o processo seletivo simplificado,
3077 que eu já acho precário por si só. Agora eu discordo, a gente pode discutir isso melhor, eu discordo
3078 que o contrato prevaleça sobre o interesse público. (Débora): É, eu queria só fazer uma proposta
3079 Presidente aqui, Rodrigo, devido ao adiantado da hora e da importância do tema que a gente ficou,
3080 ontem lá na comissão, muito tocado com essas questões que são questões que sempre vem na
3081 questão da precarização do trabalho, tem questão do pregão, dos concursos e enfim e aí eu queria
3082 propor se a gente podia na comissão de política fazer um aprofundamento disso, e talvez trazer...a
3083 gente sabe que PSIND tem advogada, que tá fazendo essa questão de concurso, o CRESS tem,
3084 trazer pra plenária, fazer alguma apresentação sobre essas questões e como você tá falando
3085 assim, acho que é hora da gente engrossar. Eu acho que a gente tem que ter um embasamento e
3086 aí um posicionamento assim, que isso vai aparecer, tá aparecendo direto. Lá na região de Montes
3087 Claros tem muito pregão, então eu acho que a gente tomar posição que seja mais ampla e que,
3088 talvez, até porque a gente vai encontrar com os Fóruns de Trabalhadores e colocar essa
3089 informação na mão deles, porque os trabalhadores é que vão ter que ser protagonista nisso, porque
3090 não dá pra tudo chegar no CEAS e cada município dos trabalhadores dos Fóruns conhecer. Então
3091 minha proposta é a gente trazer essa discussão com ponto de pauta pra próxima plenária com a
3092 vinda dos especialistas, das pessoas que sabe disso, a advogada no PSIND, do CRESS o Leo
3093 mais o assessor e a gente fazer um debate mais aprofundado disso pra poder ter um
3094 posicionamento do CEAS até para a comissão de política ter mais, é isso. (Sandra): Montes Claros.
3095 É só uma questão de contribuir mesmo e dizer que a proposta de chamar pra discussão maior ela é
3096 fundamental, porque eu vejo umas questões muito sérias, primeiro que não tem nível nacional um
3097 determinado piso e aí vocês esbarram, realmente, com o gestor fazendo um piso que ele acha que
3098 deve estabelecer para o técnico e pra outros, outros serviços também para a política de assistência.
3099 Uma experiência que nós tivemos, em agora recentemente, em Montes Claros (o técnico) é os
3100 profissionais contratados com recurso do cofinanciamento, o salário deles era diferente dos
3101 trabalhadores efetivos do município que estavam dentro da gestão do SUAS, assim tipo assistente
3102 social e Psicólogos R\$1.600,00, o salário base da prefeitura é R\$2.501,79 e aí um grupo de
3103 servidores efetivos, fizemos uma reunião muito séria com o secretário, a gente conseguiu equiparar
3104 o salário de todo mundo, todos os profissionais, orientador, educador, assistente social, psicólogo,
3105 advogado. Então a gente conseguiu a partir desse mês agora de maio eles já vão receber
3106 equiparado. Então uma das discussões também é que todo município tem determinado um plano
3107 ruim ou não mais ele tem, um plano de cargo e salários, então o que justifica que um assistente
3108 social executando os mesmo serviço o mesmo espaço, tá ganhando um salário x e o outro
3109 ganhando um salário y, então também é uma discussão que eu acho que ela também tem que
3110 trazer e com pessoas que consiga inclusive encaminhar isso, levar isso para frente que é a questão
3111 da isonomia previsto na Constituição. (Rodrigo): Bruno. (Bruno): É no Sintbref também tem um

3112 grupo de advogados eu posso ver com alguns deles se podem vir para contribuir, eu acho que é
3113 bem importante porque essas questão trabalhista a gente cai mesmo, nossa eu tô até acostumado.
3114 (Rodrigo): Eu acho que é uma questão, essa conversa com os advogados e coisa, não exige da
3115 gente encaminhar as outras questões, porque a gente tem que dar celebridade a isso. Então, estão
3116 satisfeitos conselheiros? (Bruno): Perai a gente vai voltar para comissão, é isso, beleza . (Rodrigo):
3117 Não, mas os encaminhamentos que vocês propuseram de oficial e coisa nós vamos encaminhar
3118 (Bruno): Ótimo (Rodrigo): E concomitante a isso vai fazer essa conversa pra dentro da comissão.
3119 Ok? (Bruno): Pra dentro da comissão. (Rodrigo): Não, dentro da comissão, sistematiza e trás o
3120 roteiro pra cá. Isso. Podemos? Conselheiros que aprovam esses encaminhamentos da comissão?
3121 Contrários? Abstenções? Encaminhamento 9 aprovado. Então, mas alguma coisa comissão?
3122 Acabou? (Bruno): Acabou, tem informe. (Rodrigo): Tem Juanita. (Juanita): Eu peço desculpas aos
3123 colegas, mas foi eu que comi mosca mesmo no item 3 da deliberação que nós fizemos, mas eu
3124 fiquei com isso na cabeça, assim e pedi pra ler. Na verdade eu não me ative muito a denúncia, uma
3125 entidade de acolhimento institucional para criança e adolescente que recebe recurso, o município
3126 recebe recurso do MDS, está tudo ali eu que não me ative aos encaminhamentos, recebe recurso
3127 do MDS e o município recebe não gasta o recurso. E o município não repassa recurso para
3128 entidade inclusive eles tem uma alimentação muito ruim, nesse sentido nós não fizemos nenhum
3129 encaminhamento com relação ao Conselho dos direitos da criança e do adolescente porque a
3130 entidade é inscrita no CMDCA, é abrigo municipal, mesmo assim acho que abrigo municipal não
3131 escreve no CMDCA não, né, não inscreve, não ele manda um plano, ele não inscreve não, é ele
3132 não inscreve, ele não tem CNPJ próprio. Na verdade então o procedimento é, o gestor da política
3133 da criança e do adolescente encaminha um plano onde fala dos programas e projetos, mas eu acho
3134 que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente deve entrar nesse processo,
3135 porque afeta a criança e adolescente. (Rodrigo): É eu penso que o Conselho da Criança e o
3136 Conselho Tutelar também, eles tem que acompanhar isso aí, eu acho que a gente pode incluir esse
3137 encaminhamento e é um novo encaminhamento, não estamos voltando atrás estamos
3138 acrescentando, acho que não vejo problema regimental. Então os conselheiros que aprovam a
3139 inclusão de notificar os conselhos de direitos da criança? Contrários? Abstenções? Então inclusão
3140 aprovada. Que mais? Outro informe da comissão? (Bruno): É não sei se precisa falar? (Rodrigo):
3141 Informe pode passar por e-mail, conselheiros muito obrigado, acho que hoje foi um dia muito feliz.
3142 Encerrou-se a ata que será assinada pelos participantes.

Nomes	Representatividade	Assinatura
Alice de Rezende Brandão Faria	Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de Belo Horizonte	
Ana Cristina de Resende Dias	Secretaria de Estado de Fazenda – SEF	
Ariadna de Almeida Silva	Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG - FASEMIG	
Arlete Alves de Almeida	O Movimento GRAAL do Brasil	
Bruno Alexandre Rodrigues Tocafundo	Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora	
Camila Rita da Silva	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	
Cecília de Araújo Carvalho	Associação Quilombola Porto Pontal	
César Augusto Calinçani Pereira	SEDESE	
Cristiane Isabel Felipe	SACRAMENTINOS	

Damião Braz (Nome Social - Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas	
Deborah Ackerman	SEDESE	
Elerson da Silva	Cáritas Brasileiras - Regional MG	
Eleniudes Santos Silva	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos FENEIS	
Felipe Serrano Milioreli	CMAS Campo Belo	
Gabriela Nair Figueiredo	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão SEPLAG	
Gilberto Donizete Ribeiro	Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais - COGEMAS	
Helder Augusto Diniz Silva	Conselho Municipal Assistência Social de Pedro Leopoldo	
Isac dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais	
Ivone Pereira Costa Silva	Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais - COGEMAS	
João Alves Crisóstomo	Conselho Municipal de Assistência Social de Pirapora	
Luanda do Carmo Queiroga	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	
Márcio Caldeira	Associação Profissionalizante do Menor - ASSPROM	
Maria da Conceição Silva	Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Lima	
Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas	Conselho Municipal de Assistência Social de Leopoldina	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das APAES do Estado de Minas Gerais	
Marleide Marques Castro	Conselho Regional de Psicologia – CRP – 4ª Região	
Marta Maria Castro Vieira da Silva	SEDESE	
Rodrigo Silveira e Souza	Conselho Regional de Serviço Social - CRESS	
Sandra de Fátima Veloso Costa	Conselho Municipal de Assistência Social Montes Claros	
Silvana Célia de Campos	Secretaria de Estado de Educação	
Soyla Rachel dos Santos Pereira	Conselho Municipal de Assistência Social de Paracatu	